



Revista Municipal



PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

NA CAPA: Gaiotas no Tejo



VISTA DA TORRE DE BELEM
— AGUA TINTA DE J. WELLS, SEGUNDO
DESENHO DE NOEL (1793)

REVISTA MUNICIPAL

DIRECTOR
HENRIQUE MARTINS GOMES

ASSISTENTE GRAFICO
ALFREDO THEODORO

DESENHOS DE
CARLOS O. PINTO
G. PROSPERI
JULIO GIL
LUIZ OSORIO



ANO XXVI—NÚMEROS 104/105—1.º E 2.º TRIMESTRES DE 1965

OS ARTIGOS PUBLICADOS SÃO
DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES

REVISTA MUNICIPAL
N.º 10 - 1958

REVISTA MUNICIPAL

EDITORA
LIVRO EDITORA
RUA...
Cidade...



IMPRESSÃO: ...

SUMÁRIO

*ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LISBOA
NO SÉCULO XV*

MARIA TERESA CAMPOS RODRIGUES

*EXTRATEXTO — PANORAMA GERAL DE LISBOA
ILUMINURA DO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉCULO XVI*

HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS — II

IRISALVA MOITA

CAMÕES — AMOR E SAUDADE EM LISBOA

GONÇALVES CRESCO

SUBSIDIOS PARA UMA BIBLIOGRAFIA GERAL DE LISBOA

COSTA GARCEZ

ACONTECIMENTOS CIDADINOS



ASPECTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE LISBOA NO SÉCULO XV

(CONTINUAÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR)

MARIA TERESA CAMPOS RODRIGUES

CAPÍTULO IV

REGULAMENTAÇÃO DE VÁRIOS ASPECTOS DA VIDA QUOTIDIANA

A) VIDA MORAL

A Câmara de Lisboa desenvolveu, no período de que nos ocupamos, uma actividade no sentido de reprimir a prática de actos contrários aos bons costumes, traduzida numa série de medidas tendentes a guardar a moral e a decência públicas.

Logo no início do reinado de D. João I, em Novembro de 1385, os magistrados municipais apresentaram ao monarca uns estatutos, que ele confirmou, pelos quais se proibiam no concelho quaisquer manifestações supersticiosas que, ofendendo a Deus e obliterando o verdadeiro significado da religião, chamavam sobre o reino a cólera divina.

Esta ordenação, de excepcional interesse, mostra-nos bem o espírito eivado de superstições do povo e a multiplicidade de crenças a que se dedicava. Quizeram, pois, os dirigentes do município, sob severas penas, tais como degredo da circunscrição concelhia, pôr termo a feitiços, legamentos, chamar diabos, encantações, benzedeiras, carântolas, sonhos, agouros, lançar rodas e sorte, mezinhas; carpir finados, etc., interditando, também, que se cantassem janeiras e maías, que propunham substituir por procissões em louvor de Cristo e da Virgem.

Comprometendo-se, por seu lado, a exercer vigilância estricte sobre barregueiros casados, pediam ao Bispo da capital a sua colaboração relativamente a eclesiásticos, seculares ou regulares, que publicamente vivessem em pecado, resolvendo, ainda, duas vezes no ano inquirir, eles próprios, pelas freguesias, sobre o estado moral de Lisboa (³⁷⁴).

Se bem que ignoremos o resultado desta tentativa do extermínio de práticas supersticiosas, sabemos, contudo, que a câmara, sob diversos aspectos, continuou a lutar pela repressão e extinção de actos favoráveis ao aviltamento dos costumes.

Assim, quando em 1439 e em 1442 o concelho requereu ao Infante D. Pedro que desobrigasse os seus vizinhos do dever da aposentadoria (³⁷⁵) e a escusasse aos judeus (³⁷⁶), apresentou como uma das principais razões de ambos os pedidos a imoralidade a que dava azo, acrescentando mesmo, numa frase imbuída de sabor medieval, que os pecados dela advenientes bastavam para «avermos pestillemcias na terra e fome e pouca vitoria com os Jmigos». Já em 1428, D. João I, a fim de evitar certos abusos, proibira aos fidalgos de se hospedarem, em Lisboa, em casa de mulheres viúvas e «com aquellas que nom teem seus maridos na terra» (³⁷⁷).

Porém, sob o ponto de vista moral, a legislação concelhia visou sobretudo o problema da prostituição, preocupando-se, especialmente, em separar e fazer distinguir as «mundanas» das mulheres honradas.

A câmara fixou, pois, a residência das meretrizes em determinados lugares, impondo penas, quer àquelas que neles não habitassem⁽³⁷⁸⁾, quer a quem lhes alugasse casas em qualquer outro local⁽³⁷⁹⁾. Interdiziam-se, também, os homens casados de morarem com suas esposas, nas ruas que lhes eram destinadas, pois sucedia frequentemente «que os homens se uão meter nas ditas casas em que assi moram os casados e cuidando que som solteiras lançam dellas maao pera fazer seu pecado»⁽³⁸⁰⁾.

Levantava-se, contudo, um problema. Os senhoriós, aproveitando a obrigação a que as meretrizes estavam sujeitas de viverem, unicamente, em certas ruas, e querendo evitar que tais mulheres alugassem as suas casas, exigiam rendas exorbitantes. Para as defender da especulação dos proprietários, proporcionando-lhes, ao mesmo tempo, habitações acessíveis, o concelho decidiu, então, com anuência régia, encarregar «dous homens bõos que uejam as ditas cassas e que segundo os alugueres que Rendiam amte que as ditas molheres fossem asinaadas e pello que igualmente ualarem sejam aluidradas»⁽³⁸¹⁾.

As «mundanas» deviam, ainda, para facilmente se conhecerem, usar veus «bem açafrados»⁽³⁸²⁾, proibindo-se-lhes, também, que vissem ou se hospedassem em estalagens⁽³⁸³⁾.

Em 1406, estabeleceu-se, em virtude dos actos pouco morais a que dava lugar, que nenhuma mulher, embora acompanhada de seu marido, fosse às Judiarias, à imagem do estatuído em relação à Mouraria⁽³⁸⁴⁾.

Igualmente com o fito de reprimir a degradação dos costumes e evitar as funestas consequências do alcoolismo, que entre a classe servil favorecia, especialmente, o roubo, uma postura camarária de 1469 proíbe, sob determinadas penas, a qualquer pessoa a venda de vinho a servos, negros ou brancos⁽³⁸⁵⁾.

Mas, não é necessário recorrer a ordenações especiais para concluir que o estado moral da cidade constituía uma preocupação dominante das autoridades municipais. Basta percorrer de relance

uma lista das penas que revertiam a favor da alcaidaria para verificarmos que um dos principais deveres do alcaide e de seus subordinados consistia na polícia dos costumes.

Recebiam, portanto, as multas aplicadas a barregueiros casados, às barregãs de clérigos e frades, a tabernas abertas durante a noite depois do sino de recolher, a mouros e judeus que não se encontrassem nos seus bairros às horas pres-

⁽³⁷⁸⁾ Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. I, págs. 272 e ss.

⁽³⁷⁹⁾ A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, Livro 20, fl. 88; Estremadura, Livro 10, fl. 87-v.; Col. de Cortes, vol. 7.º, fl. 7. A aposentadoria, segundo os procuradores do concelho, era ocasião «de mingua de virtudes e pecados»; «muytos boos e homrrados som desomrrados em estes regnos E muytas virgões e horfãas e viuvas ssoam lamçadas em perdição E outros criam filhos alheos por sseus e fiquam herdeyros em seos bens».

⁽³⁷⁶⁾ A. N. T. T., *Chanc. de D. Afonso V*, Livro 23, fl. 19; Estremadura, Livro 10, fl. 15; Col. de Cortes, vol. 5.º, fl. 146.

⁽³⁷⁷⁾ Humberto Carlos Baquero Moreno, *Subsidios para o Estudo da Sociedade Medieval Portuguesa (Moralidade e Costumes)*, diss. dact., 1961, Fac. de Letras, Univ. de Lisboa, pág. 171.

⁽³⁷⁸⁾ A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fl. 20-v. 21; Humberto C. Baquero Moreno, *ob. cit.*, pág. 201. As mulheres «que fezerem por mayns homeens que por doois» morariam «Na ruua de Joham duujda E no beco e traussa que saee da dicta rua. E em testa da outra com a rru dos fornos E na Rua do vyado des omde mora Joham martijn criado de Joham de bellos ataa homde morar o dicto Joham de bellos e des onde mora o dicto Joham dobelos ataa ruua que vay pera santo espirito».

⁽³⁷⁹⁾ A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fl. 9-v.; A. N. T. T., Estremadura, Livro 5, fl. 172.

⁽³⁸⁰⁾ Freire de Oliveira, *Elementos...*, T. I, pág. 305; Humberto C. Baquero Moreno, *ob. cit.*, pág. 201.

⁽³⁸¹⁾ Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. I, pág. 306 n.; A. H. C. M. L., Livro 1.º de D. João I, fl. 83.

⁽³⁸²⁾ Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. I, pág. 305; ref. em Humberto C. Baquero Moreno, *ob. cit.*, pág. 201. Embora Freire de Oliveira diga que esta disposição camarária, estabelecida a 29/5/1395, pouco tempo vigorou, nem o autor documenta a afirmação, nem nós o podemos fazer.

⁽³⁸³⁾ Humberto G. Baquero Moreno, *ob. cit.*, pág. 202. A. N. T. T., *Chanc. de D. Duarte*, Livro 1.º, fl. 214-v. No entanto, deferindo um pedido do concelho, D. Duarte consente que as «mancebas solteiras» «possam hir e vjir a essas estalagens», contanto que aí não vivam, nem «estem continuadamente»; ref. em Humberto C. Baquero Moreno, *ob. cit.*, pág. 202.

⁽³⁸⁴⁾ Freire de Oliveira, *Elementos...*, T. I, pág. 307 n.

⁽³⁸⁵⁾ A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fl. 76-v.

critas e às mulheres «useiras de braadar». Pertencia-lhes, ainda, parte do ouro e da prata encontrados no jogo, o que nos leva a crer que era totalmente proibido, pelo menos a dinheiro ⁽³⁸⁶⁾.

B) MEDIDAS SANITÁRIAS

Durante o século xv registaram-se com frequência em Lisboa vagas epidémicas mais ou menos violentas e duradouras, particularmente favorecidas no seu desenvolvimento pela higiene precária que então reinava na cidade ⁽³⁸⁷⁾. Não se pense, porém, que as pestes ou o motivo que especialmente as fomentava eram «privilégios» de Lisboa. Ambos se verificaram na maior parte das povoações portuguesas, podendo mesmo dizer-se que constituíram na Idade Média um flagelo comum a toda a Europa.

Contudo, tanto o poder central como o município se aperceberam de que as deficiências sanitárias da capital contribuíam em larga escala para a difusão das epidemias e entre as várias providências adoptadas a fim de as debelar insistiu-se sempre na necessidade de cuidar e observar rigorosamente a limpeza da cidade ⁽³⁸⁸⁾.

Quando em 1437 a peste assolava Lisboa, juntamente com outras medidas preventivas tendentes a evitar a propagação do contágio tais como missas diárias em todas as igrejas, proibições gerais às sextas-feiras, a proibição de entrarem na cidade indivíduos vindos do Algarve, de Ceuta e de outros quaisquer lugares infeccionados, a mudança do curral dos bois e dos carneiros para um local afastado, o concelho, mediante aprovação régia, prescreveu que se removessem, com carretas a adquirir, as esterqueiras e sujidades das ruas, pretendendo para o efeito lançar um imposto sobre os municípios com o qual, porém, D. Duarte discordou, ordenando que todas as despesas se fizessem à custa das rendas da cidade ⁽³⁸⁹⁾.

São, no entanto, mais abundantes e elucidativos os exemplos referentes à epidemia que de 1483 a 1496 grassou quase ininterruptamente

em Lisboa, datando desse período o conjunto mais completo e interessante de medidas profiláticas anti-epidémicas que conhecemos.

As condições higiénicas continuaram a considerar-se de tal modo importantes para a salubridade da capital que em 1484 atribuindo-se a grande duração da doença ao seu estado de imundície D. João II mandou que se procedesse imediatamente à limpeza das vias públicas, e que as matérias feacas e o lixo se vasassem apenas em determinados locais «donde delles nunca possa parecer nenhũa coussa» ⁽³⁹⁰⁾, suspendendo, em Outubro de 1485, os vencimentos da vereação em virtude de se terem mostrado negligentes no cumprimento de um mandado «tam tocante aa saude e nobreza» da cidade ⁽³⁹¹⁾. Nesse mesmo ano, o monarca reservou, ainda, para si o desembargo de todas as causas respeitantes à limpeza ⁽³⁹²⁾, propondo-se, também, em 1491, substituir, à sua escolha, os almotacés eleitos caso por ela não zelassem como deviam, pois «em a cidade ser bem limpa vay muyta parte da saude della» ⁽³⁹³⁾.

Tendo, igualmente, em vista o melhor saneamento de Lisboa D. João II ordenou, em 1486, a montagem de um sistema de canalização nas ruas, para serventia dos prédios, onde se deitassem as águas sujas, para a qual o concelho forneceria a mão-de-obra, contribuindo os vizinhos com os materiais ⁽³⁹⁴⁾. Ignoramos, contudo, se tão útil melhoramento, a primeira rede de esgotos de que há notícia, se chegou a realizar.

Mas, durante este longo período de tempo em que Lisboa não esteve nunca incólume empreendeu-se uma verdadeira campanha de sanidade que, mediante a adopção das mais diversas medidas, tentou prevenir o alastramento do contágio e defender a saúde pública.

Isolavam-se obrigatoriamente os doentes em quintas, afastadas da cidade e requisitadas, para o efeito, pelo município aos seus proprietários ⁽³⁹⁵⁾, ou em casas transformadas ocasionalmente em hospitais mediante subsídio monetário régio. Sabemos da existência de três destes esta-

blecimentos, um não localizado, mas que, segundo se infere de um texto de 1487⁽³⁹⁶⁾, estava situado fora da cidade e onde se proibia o internamento de indivíduos estranhos ao concelho, e dois funcionando, respectivamente, junto a S. Lázaro, portanto no arrabalde, e perto de Santo Antão, recolhendo-se, neste último, doentes que não habitassem a cidade⁽³⁹⁷⁾. No entanto, os fidalgos e cavaleiros que não quizessem dar entrada nos hospitais públicos pode-lo-iam fazer conquanto saíssem da cidade⁽³⁹⁸⁾. Só era permitido aos indivíduos já curados voltar para Lisboa depois de um mês de convalescença, guardando-se o mesmo prazo em relação aos médicos e pessoal que tratava os prestíferos⁽³⁹⁹⁾.

Tornou-se, também, obrigatória a desinfecção das casas de morada e dos objectos pessoais dos contaminados.

Assim, logo que alguém adoeceia procedia-se ao despejo de sua casa, lavando-se toda a roupa encontrada e o mobiliário susceptível de lavagem. As habitações, depois de bem arejadas, eram esfregadas com vinagre e defumadas com alecrim, assinalando-as em seguida com um ramo de alecrim nas portas ou nas janelas para que ninguém as habitasse durante um mês. Este serviço estava incumbido a quatro homens que deveriam, também, como prevenção, fazer fogueiras de alecrim por toda a cidade⁽⁴⁰⁰⁾.

Adoptaram-se, igualmente, providências especiais em relação a navios procedentes de portos infeccionados, embargando-se-lhes, sob severas penas, a entrada em Lisboa. D. João II recomendou ao concelho, em Setembro de 1492, que demarcasse o limite máximo até onde os barcos podiam chegar com uma cruz grande de pedra colocada num cabeço nas proximidades de Belém⁽⁴⁰¹⁾ e, em Outubro do mesmo ano, com dois mastros de mármore arvorando cada um sua bandeira, uma com a imagem de S. Sebastião e outra com a de S. Vicente, colocados junto à ponte de Alcântara. Esta balisa seria permanentemente fiscalizada por duas sentinelas⁽⁴⁰²⁾.

Estabeleceu-se, ainda, um regime de quarentena para as embarcações que vindas de lugares perigosos pretendessem, decorrido certo número

⁽³⁹⁶⁾ Ver neste trabalho págs. 61 (2.^a col.), 62 (1.^a col.), Rev. n.^o 101/102.

⁽³⁹⁷⁾ Parece-nos inútil historiar as várias pestes que no século XV se verificaram em Lisboa pois que o assunto, além de não estar no âmbito do nosso trabalho, foi detalhadamente tratado por Gama Barros, *ob. cit.*, 2.^a ed., T. V, págs. 170 a 183, e Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. I, pág. 464 n. e ss. Limitar-nos-emos, portanto, a referi-las cronologicamente: 1415, 1432, 1437-39, 1457-58, 1464, 1480-81, 1483-96. Sobre o assunto poder-se-á ver, também, Maximiano de Lemos, *História da Medicina em Portugal*, Lisboa, 1899, vol. I, Segundo Período, cap. V e Vieira de Meireles, *Memórias de Epidemiologia portuguesa*, Coimbra, 1866, págs. 37 a 43 e 218 a 234.

⁽³⁹⁸⁾ No entanto, diversas posturas municipais, independentes de épocas de epidemias, legislavam, também, sobre a limpeza da cidade, mostrando, pois, que o problema constituía uma preocupação constante do concelho. Citaremos, por exemplo, uma ordenação de 18 de Junho de 1410 que obrigava os municípios a varrerem «cada huiu ante a sua porta» todos os dias, «des o dya da pascoa da sorreçam ataa sam mjggell», ou seja, na Primavera e no Verão. A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fl. 11; ref. em Fernando da Silva Correia, *Esboço da História da Higiene em Portugal*, Lisboa, 1938, cap. IV, s/n.^o. Posturas sobre o assunto podem ser encontradas no citado livro do A. H. C. M. L., a fls. 1, 1-v., 2, 2-v., 3, 4, 5, 7, 8, 10, 10-v., 11, 12, 12-v., 20, 21-v., 26, 30, 32, 43 e 45.

⁽³⁹⁹⁾ Gama Barros, *ob. cit.*, 2.^a ed., T. V, pág. 173.

⁽⁴⁰⁰⁾ Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. I, pág. 355; ref. em: Gama Barros, *ob. cit.*, 2.^a ed., T. V, págs. 178 e 179.

⁽⁴⁰¹⁾ A. H. C. M. L., Livro 1.^o do Provedimento da Saúde, fl. 6. Segundo se infere deste documento e de uma carta régia de 1 de Novembro de 1485, cit., em Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. I, pág. 362, os vencimentos estiveram suspensos apenas no mês de Outubro, tendo a vercação recebido já no mês de Novembro.

⁽⁴⁰²⁾ Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. I, pág. 363 e T. XII, pág. 116 n. Esta carta é confirmada no ano seguinte, 1486, a 26 de Agosto. Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. XII, pág. 118 n.

⁽³⁹³⁾ A. H. C. M. L., Livro 1.^o do Provedimento de Ofícios, fl. 61; ref. em Gama Barros, *ob. cit.*, 2.^a ed., T. V, pág. 180.

⁽³⁹⁴⁾ Gama Barros, *ob. cit.*, 2.^a ed., T. V, pág. 179. Nesta carta, o rei aconselha, ainda, a incumbir-se a um cidadão, com poderes judiciais, a superintendência geral nos serviços de limpeza, devendo certos homens, pagos pelos municípios fiscalizá-la nas freguesias.

⁽³⁹⁵⁾ A. H. C. M. L., Livro 1.^o do Provedimento da Saúde, fl. 5.

⁽³⁹⁶⁾ Idem, idem, fl. 8.

⁽³⁹⁷⁾ Idem, idem, fls. 7, 8, 16, 18. Conferiam-se, aos médicos e a quadrilheiros especiais nomeados para cada freguesia poderes de internamento.

⁽³⁹⁸⁾ Idem, idem, fl. 16-v.

⁽³⁹⁹⁾ Idem, idem, fls. 8 e 16-v.

⁽⁴⁰⁰⁾ A. H. C. M. L., Livro 1.^o do Provedimento da Saúde, fl. 13; ref. em Gama Barros, *ob. cit.*, 2.^a ed., T. V, pág. 181.

A. H. C. M. L., Livro cit., fl. 22.

⁽⁴⁰¹⁾ Gama Barros, *ob. cit.*, 2.^a ed., T. V, págs. 181 a 182.

de dias, entrar no porto de Lisboa. As de grande tonelagem ficariam retidas no Montijo e as mais pequenas na embocadura do rio das Enguias, confiscando-se-lhes os escaleres a fim de a tripulação não ter possibilidade de desembarcar ⁽⁴⁰³⁾.

As mercadorias com destino à capital provenientes de locais contaminados submetiam-se à acção do sol, durante o tempo que se julgasse conveniente, e recolhiam-se em alpendres construídos perto de Belém ⁽⁴⁰⁴⁾.

A guarda terrestre da cidade intensificou-se, também, vedando-se-lhe o acesso aos habitantes de povoações que se sabiam de antemão atacadas pela peste e exigindo-se a qualquer pessoa que nela quizesse entrar cartas comprovativas do estado de salubridade dos locais de onde vinham ⁽⁴⁰⁵⁾.

E, por último, parece-nos bastante interessante observar que, independentemente de períodos epidémicos, existiam em Lisboa médicos municipais, um físico e um cirurgião, remunerados, portanto, pela câmara. Os seus vencimentos, pagos anualmente, elevavam-se, em 1471, a mil e cinquenta reais e dois moios de trigo ⁽⁴⁰⁶⁾.

Ao cirurgião foram, em 1470, concedidos privilégios militares pelos quais ficava isento «de seer acomiado em armas nem em cavallo nem em beesta de garrucha nem de pollee nem pareça em alardo com nenhũa comthia posto que pera ello tenha bées» ⁽⁴⁰⁷⁾.

C) OBRAS DE UTILIDADE PÚBLICA

Era da exclusiva competência da câmara de Lisboa o empreendimento, na circunscricção territorial que administrava, de obras de utilidade pública ⁽⁴⁰⁸⁾, tais como a construção e reparação de muros ⁽⁴⁰⁹⁾, fontes e chafarizes ⁽⁴¹⁰⁾, calçadas ⁽⁴¹¹⁾, pontes ⁽⁴¹²⁾ e estradas ⁽⁴¹³⁾ ou quaisquer outros melhoramentos cidadãos ⁽⁴¹⁴⁾.

Mandadas executar com o acordo da vereação e do corregedor ⁽⁴¹⁵⁾, concediam-se, de uma maneira geral, em regime de empreitada, certa-

mente o processo mais económico e rendoso, sob a vigilância directa de funcionários especiais, nomeados pelo concelho, o vedor das obras e seu escrivão. Estes oficiais estariam presentes nos actos de concessão das empreitadas, assentando o escrivão no seu livro as cláusulas de cada contrato, para que o vedor no decorrer das inspecções aos trabalhos, a que era obrigado diariamente, as fizesse cumprir. Competia-lhes, ainda, fornecer aos empreiteiros todo o material que pelas cláusulas contratuais devesse ser subministrado pelo concelho, discriminando-o, à medida que o entregavam, no livro do escrivão e anotando-se, também, as despesas de transportes ⁽⁴¹⁶⁾.

No entanto, a câmara tinha permanentemente a seu serviço um mestre de «pedraria», um mestre de carpintaria, um pintor ⁽⁴¹⁷⁾ e oito «mesteiraces de pedreiros e carpinteiros», isentos, estes últimos, de trabalharem nas obras régias ⁽⁴¹⁸⁾.

Aos mestres de «pedraria» e «carpintaria» concederam-se, em 1442, privilégios escusando-os dos encargos régios e de «parecerem em alardos» ⁽⁴¹⁹⁾.

CAPITULO V

ESTABELECIMENTOS CONCELHIOS

A) APOSENTADORIA E ESTALAGENS

Alguns dos privilégios conferidos por D. João I ao concelho de Lisboa, de livre iniciativa, ou, a maior parte das vezes a pedido dos magistrados municipais, em recompensa da atitude relevante e decisiva por ele assumida no movimento revolucionário imediatamente posterior à morte de D. Fernando, que, opondo-se às pretensões de Castela ao trono português, elevou o Mestre de Avis à dignidade régia, não passaram de meras concessões fictícias, integradas numa política oportunista, sem efectividade prática.

Tal sucedeu com a promessa feita nas cortes de Coimbra de 1385 de se eximirem os mora-

dores de Lisboa e seu termo da obrigação de darem aposentadoria gratuita a fidalgos ou a quaisquer outros viandantes que viessem a capital, devendo estes hospedar-se, mediante pagamento, em casas fundadas pelo concelho para esse fim, vulgarmente designadas por estaos⁽⁴²⁰⁾, e que segundo uma reclamação apresentada ao Infante D. Pedro, em 1439, nunca se chegou a cumprir⁽⁴²¹⁾.

Realmente, a legislação posterior de D. João I vota em completo esquecimento a matéria da mercê outorgada, e embora o grande movimento tendente a abolir definitivamente o pesado encargo da aposentadoria se situe no reinado de D. Afonso V⁽⁴²²⁾, período em que foi regulamentada sob diversos aspectos, várias medidas de D. Duarte denotam já a preocupação de resolver o problema. Sob a sua égide, e talvez influenciado por seu irmão D. Pedro que na carta escrita de Bruges ao primogénito de Portugal aponta como um dos principais erros da política administrativa portuguesa o direito de aposentadoria⁽⁴²³⁾, iniciou-se, em Lisboa, a construção de um estao oficial no Rossio «acerca de sam domjngos», onde se hospedariam «tanto que acabado for», quaisquer pessoas «dos nossos regnos ou de fora delles que uaaõ pera cepta nem (sic) armados ou pera algũa outra parte ou em ella queiram estar de qual quer estado e condi-

trazia documento que o attestasse, porque ao soberano constára que havia casos de peste n'algumas terras da Beira e n'outras, por onde os judeus de Castella tinham transposto as fronteiras de Portugal»; Gama Barros, *ob. cit.*, 2.^a ed., T. V, pág. 181.

⁽⁴⁰⁶⁾ *Livro Vermelho do senhor rey D. Affonso V*, in «loc. cit.», pág. 423.

⁽⁴⁰⁷⁾ A. N. T. T., Estremadura, Livro 4, fl. 180.

⁽⁴⁰⁸⁾ Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. I, págs. 301, 331, 335.

⁽⁴⁰⁹⁾ Referem a reparação das muralhas: D. A. H. C. M. L., vol. I, pág. 47; vol. II, pág. 93; vol. III, págs. 229, 245 e 283.

⁽⁴¹⁰⁾ A. H. C. M. L., Livro 1.^o do Provimto da Água, fls. 2, 3, 4 e 5-v.

⁽⁴¹¹⁾ A. N. T. T., Chanc. de D. Duarte, Livro 1.^o, fl. 215. D. A. H. C. M. L., vol. III, págs. 178, 233, 244, 325, 328, etc.

⁽⁴¹²⁾ A. H. C. M. L., Livro 1.^o de Compras e Vendas, fl. 2.

⁽⁴¹³⁾ D. A. H. C. M. L., vol. III, pág. 263.

⁽⁴¹⁴⁾ Referem melhoramentos e embelezamentos cívicos: abertura de praças: A. H. C. M. L., Livro 1.^o de Compras e Vendas, fl. 3. A. N. T. T., Chanc. de D. João I, Livro 2, fl. 21; derrube de alpendres, sacadas, arcos, etc.: Freire de Oliveira, *Elementos...*, T. I, pág. 316. T. X, pág. 299 n. D. A. H. C. M. L., vol. III, pág. 234. A. N. T. T., Estremadura, Livro 4, fl. 10.

⁽⁴¹⁵⁾ A. N. T. T., Colec. de Cortes, vol. 7.^o, fl. 38; Estremadura, Livro 7, fl. 72 (último capítulo).

⁽⁴¹⁶⁾ A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fl. 59. *Livro Vermelho do senhor rey D. Affonso V* in «Collecção de Livros Ineditos de Historia Portuguesa», T. III, Lisboa, 1793 págs. 424-425.

⁽⁴¹⁷⁾ *Livro Vermelho do senhor rey D. Affonso V* in «loc. cit.», págs. 423 e 424. Os mestres recebiam de vencimento anual, cada um, 1050 reais e 2 moios de trigo.

⁽⁴¹⁸⁾ D. A. H. C. M. L., vol. II, pág. 249.

⁽⁴¹⁹⁾ A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, Livro 37, fl. 129; Estremadura, Livro 10, fl. 26; Col. de Cortes, vol. 5.^o, fl. 149.

⁽⁴²⁰⁾ A. H. C. M. L., Livro dos Pregos, fls. 132-v. a 135-v.; pub. em Marcelo Caetano *O concelho de Lisboa na crise de 1383-1385*, pág. 68, cap. 7. Este capítulo confirma uma mercê idêntica outorgada por D. Fernando a Lisboa em 22 de Abril de 1383; Freire de Oliveira, *Elementos...*, T. I, pág. 257 n. Segundo refere Fernão Lopes na Crónica de D. Fernando, os homens bons de Lisboa fizeram uma representação a Leonor Teles, depois da morte do marido, pedindo, também, que desagravasse a cidade do dever da aposentadoria. Em face de várias soluções por eles apresentadas, a rainha aconselha a que a câmara promova a construção de estalagens. Ref. em Gama Barros, *História da Administração...*, 2.^a ed., T. V, pág. 221 n.

Vemos, pois, que o concelho de Lisboa lutava já há anos pela abolição das aposentadorias.

⁽⁴²¹⁾ Gama Barros, *ob. cit.*, 2.^a ed., T. V, pág. 218; A. N. T. T., Col. de Cortes, vol. 7, fl. 6.

⁽⁴²²⁾ Nas cortes de Lisboa de 1439, o regente D. Pedro, a pedido dos povos, aboliu, pelo menos em teoria, não só em Lisboa, mas em todo o reino, a obrigação da aposentadoria gratuita, ordenando aos concelhos a construção de hospedarias e estatuindo os preços a pagar pelas hospedagens. Gama Barros, *ob. cit.*, 2.^a ed., T. V, págs. 216 a 218.

⁽⁴²³⁾ A. Moreira de Sá, *A «Carta de Bruges» do Infante D. Pedro*, págs. 18-19, separata da revista «Biblos», vol. XXVIII, Coimbra, 1952.

⁽⁴⁰³⁾ A. H. C. M. L., Liv. cit., fls. 14 a 14-v.

⁽⁴⁰⁴⁾ Gama Barros, *ob. cit.*, 2.^a ed., T. V, págs. 181 a 182. Não sabemos, se todas estas medidas de policia sanitária marítima foram cumpridas, pois, em Outubro de 1493 e em Maio de 1494, ainda não tinham sido colocados os mastros com as bandeiras na ponte de Alcântara e navios procedentes de portos infeccionados continuavam a vir comerciar à capital portuguesa, insurgindo-se D. João II contra tais descuidos. A. H. C. M. L., Livro 1.^o do Provimto da Saúde, fls. 22 e 25.

⁽⁴⁰⁵⁾ A. H. C. M. L., Livro 1.^o do Provimto da Saúde, fls. 9, 12, 19, 21, 22. Um exemplo típico destas providências profiláticas diz respeito aos judeus que, expulsos de Castela em Março de 1492, se acolhiem em Portugal. «A 25 de Setembro d'esse anno recommendava D. João II ao concelho de Lisboa que não deixasse entrar na cidade qualquer dos judeus expatriados, sem primeiro saber se elle vinha de logar são, e

çom)» (424), e para a qual concedeu ao município, como já referimos, parte da renda de Vila Nova (425).

Mais tarde, (1439) (426) na posse integral da imposição do vinho e despendendo-a totalmente «em as cousas que for hordenado pera apouentaria», e só nelas (427), o concelho usufruiu de meios suficientes para fomentar a construção de estaos. Explica-se assim que todos aqueles que os pretendessem abrir recebessem uma comparticipação da câmara. Parece-nos aceitável a hipótese de que a inobservância do privilégio outorgado por D. João I em 1385 resultou essencialmente do facto de o concelho, na falta de recursos pecuniários, não ter procedido ou incrementado a fundação de estalagens bem fornecidas.

Conquanto saibamos que em 1442 já se concedia auxílio monetário a quem se obrigasse a manter uma hospedaria (428), só num período relativamente curto, que vai de 1463 a 1468, nos é possível determinar o montante da verba e as condições da sua concessão.

Assim, aqueles que quizessem estabelecer um «meio estao», ou seja, uma estalagem com cinco camas, duas de escudeiro e três de homem de pé, e cinco «estadas» para animais com boas mangedouras, receberiam do concelho sete mil reais brancos. Mantendo-o vinte anos entregariam à cidade, expirado o prazo, cinco mil reais, guardando para si os restantes dois mil, e continuando a explorá-lo não eram obrigados a devolver dinheiro algum. Se, porém, fechassem o meio estao antes de perfeitos os vinte anos restituiriam à câmara a totalidade da soma recebida (429). Elevava-se a catorze mil reais, sob as mesmas condições, mas entregando-se à câmara ao fim de vinte anos dez mil reais, a comparticipação dada a quem se compromettesse a manter um estao «inteiro», com dez camas, seis de escudeiro e quatro de homem de pé, e com dez cavaliças (430).

No entanto, em 1467 o concelho aumentou em mil reais as quantias conferidas para a substituição de hospedarias. Não se alterando o valor das somas a restituir, os estalajadeiros ganhavam,

portanto, mais mil reais do que anteriormente (431). Como é óbvio todo este dinheiro provinha da imposição do vinho, que passou a ser normalmente designada por renda da apouentadoria.

Uma extensa e assaz curiosa ordenação, que a câmara submeteu à aprovação régia em 1439, e consequência de um capítulo outorgado pelo Infante D. Pedro, nas cortes de Lisboa da mesma data, abolindo definitivamente, na cidade, a apouentadoria gratuita (432), regulava, os preços a pagar pela hospedagem nos estaos, consoante a qualidade das camas e os fornecimentos exigidos pelos hóspedes.

Estabelecia-se, pois, que os cavaleiros teriam direito a uma cama, com cortinas de sarja ou de linho, com um colchão de lã sobre o qual se poria outro, de melhor qualidade, designado por cocedra, um travesseiro, lençóis de linho fino e duas mantas, uma portuguesa e outra de Flandres ou inglesa, pagando por noite três reais. Como as camas eram para duas pessoas o cavaleiro que quizesse dormir só pagaria a pernoita em dobro. Se, porém, no estao não estivesse ninguém da sua classe, e que portanto pudesse dormir com ele, embora dormisse só, não pagaria senão a sua parte.

As camas de escudeiro ou «gentill homem» seriam idênticas, mas sem cortinas, pagando-se dois reais por noite.

Os homens de pé e os moços, que pagavam um real por dormida, teriam camas com um colchão de lã, um travesseiro, dois lençóis e uma manta portuguesa.

De camas sem leitos, portanto no chão, cobrar-se-ia meio real.

Se alguém trouxesse cama e nela quizesse dormir pagaria pelo espaço ocupado um real e sendo-lhe fornecida qualquer roupa combinar-se-ia o preço. No entanto, a pernoita era grátis se, não havendo cama livre na estalagem, fosse obrigado a dormir na sua.

Ficava dependente de ajuste, entre o hóspede e o estalajadeiro, o preço a pagar por cama de qualidade superior à das anteriormente descritas.

Nas hospedarias haveria sempre cavaliças com boas mangedouras, levando-se pela recolha de uma besta um real, meio por dia e meio por noite.

Competia ao estalajadeiro fornecer aos hóspedes toalha de mesa, pratos e copos, louça de cozinha, lenha, água, sal e vinagre. Um cozinheiro ou uma cozinheira privativos do estao fariam a comida e as camas, pagando quem aí comesse, sendo cavaleiro dois reais, além da dormida, se fosse escudeiro mais um real, cobrando-se aos homens de pé e aos moços mais meio real.

Embora cada um comprasse candeias para o seu quarto, a estalagem possuía uma na sala comum e durante a ceia os hóspedes tinham direito a uma candeia de mesa. Também na estabaria haveria, obrigatoriamente, luz.

Os estalajadeiros poderiam, se quizessem, vender palha, em cestos, por preço fixado pelos funcionários municipais encarregados de vigiar os estaos, cevada por mais $1/5$ do que valesse no mercado, erva e quaisquer outros mantimentos à sua vontade.

Se, quando o Rei, seus irmãos ou outros senhores viessem a Lisboa, os estaos não comportassem toda a comitiva, aqueles que não tivessem lugar hospedar-se-iam em casas particulares, designadas pela câmara, mediante os pagamentos atrás estabelecidos⁽⁴³³⁾. Neste caso, porém, os hospedeiros não eram obrigados a fornecer senão camas, com a respectiva roupa, cavaliças, palha e cevada⁽⁴³⁴⁾.

No entanto, por mercê régia, concediam-se, frequentemente privilégios, dispensando certos indivíduos de darem aposentadoria em suas casas, mesmo pelo motivo atrás referido⁽⁴³⁵⁾.

Nas judiarias de Lisboa era, igualmente, proibido hospedar-se qualquer pessoa, para se evitarem os prejuízos que daí advinham aos judeus e «por quitar os pecados que sse fazem na Judarya quando hij pousam»⁽⁴³⁶⁾. De certo, os cristãos, que tinham contra os judeus uma natural má vontade, albergando-se em suas casas não perdiam a oportunidade de os explorar e abusar deles.

(434) 1436. Dez. 1. A. N. T. T., Chanc. de D. Duarte, Livro 1.º, fl. 204.

(435) Ver renda de Vila Nova neste trabalho, pág. 35, 1.ª col., Rev. n.º 103. Carta régia de 1434. Abril. 8.

Como, em parte, já observou Júlio de Castilho, em *Lisboa Antiga*, 2.ª ed., vol. X, págs. 32-33, Lisboa, 1937, embora tradicionalmente se atribua ao Infante D. Pedro a fundação do Estao do Rossio, mais tarde designado por Palácio da Inquisição, com base documental, podemos categoricamente afirmar que a sua construção foi ordenada por D. Duarte, iniciando-se, talvez, em 1434, data em que este monarca outorgou ao concelho, para tal fim, seis contos de libras, por ano, da imposição do vinho. O já citado documento de 1436 dá a entender que, embora não concluído, nesta altura a sua construção ia adiantada. Talvez, no período da regência de D. Pedro tivesse sido definitivamente concluído ou oficialmente inaugurado.

(436) A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, Livro 20, fl. 87-v.; Estremadura, Livro 10, fl. 85-v.

(437) A. N. T. T., Estremadura, Livro 7, fl. 73.

(438) A. N. T. T., Estremadura, Livro 10, fl. 26-v. e 27.

(439) A. H. C. M. L., Livro 1.º de Escrituras e Aforamentos, fls. 32-v., 99, 104, 118-v., 127-v.

(440) A. H. C. M. L., Livro 1.º de Escrituras de Aforamento, fls. 111-v., 119-v.

(441) A. H. C. M. L., Livro 1.º de Escrituras de Aforamento, fls. 121, 128-v., 130, 135, 144, 145, 146.

(442) A. N. T. T., Chanc. de Afonso V, Livro 20, fl. 88; Estremadura, Livro 10, fl. 87-v.; ref. em Gama Barros, *ob. cit.*, 2.ª ed., T. V, págs. 218 a 219 (5.º dos capítulos especiais a Lisboa).

(443) Por alvará régio de 1449. Outubro. 13, D. Afonso V ordena ao concelho de Lisboa a construção de estaos próximo dos palácios dos fidalgos, para que as suas comitivas se pudessem alojar, sem recorrer a casas particulares, perto deles. Ref. em Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. I, pág. 327 n.; Gama Barros, *ob. cit.*, 2.ª ed., T. V, pág. 220 n. Vemos, pois, que a política central continua a favorecer as aspirações do povo, tentando, cada vez mais, libertá-lo de receber estranhos em sua casa, ainda que estes lhes pagassem a hospedagem.

(444) A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, Livro 20, fl. 91, Estremadura, Livro 10, fl. 93. Ref. em Gama Barros, *ob. cit.*, 2.ª ed., T. V, pág. 219. Apesar de estes estatutos terem tido a aprovação régia, o concelho queixa-se, em 1441, que quando o rei esteve em Lisboa, pouco tempo atrás, «as suas gentes», não pagaram as hospedagens. Ao pedido que as mande pagar, responde o regente D. Pedro nada ter ainda resolvido pois soube «que na pousentadoria e camas se teue tam maa hordenança que bem com rrazom sse nom deuera dello pagar dinheyro». Pelos vistos, ou as estalagens e os serviços da aposentadoria eram ainda deficientes, ou o Infante, alegando esta desculpa, se queria eximir ao pagamento. A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, Livro 23, fl. 16-v.; Estremadura, Livro 1.º, fl. 13.

(445) São inúmeros os privilégios deste teor que conhecemos e, portanto, limitar-nos-emos a referir alguns: A. N. T. T., Chanc. de D. João I, Livro 2, fl. 60; Chanc. de D. Afonso V, Livro 20, fl. 85; Estremadura, Livro 1, fl. 1, Livro 3, fl. 4, Livro 8, fl. 243-v., Livro 11, fls. 50-v., 109-v., 180.

(446) A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, Livro 23, fl. 18-v.; Estremadura, Livro 10, fl. 15; Col. de Cortes, vol. 5.º, fl. 145-v.

Contudo, quando fosse necessário, os judeus deviam entregar ao aposentador da cidade «noventa camas de Roupa .S. quorenta camas pera escudeiros de tres homêes cada hũa e cinquentã pera homêes de pee de quatro homêes cada hũa». A cama de escudeiro compunha-se de uma esteira, um colchão de lã, três almofadas de penas, dois lençóis de linho e duas mantas portuguesas, sendo a de homem de pé constituída por um colchão de lã, e uma almofada, um lençol de estopa e uma manta portuguesa.

Por cada cama de escudeiro forneceriam, ainda, algumas toalhas de mesa e de «maãos», talvez guardanapos, dois pratos, um pichel, um saleiro, um alguidar e um espeto. Tudo isto lhes seria devolvido integralmente depois de utilizado (437).

Pertencia ao concelho a superintendência no governo da aposentadoria, dispondo os vereadores, procurador e procuradores dos mesteres do dinheiro da imposição dos vinhos, guardado numa arca separadamente das outras rendas municipais, e de outros quaisquer rendimentos a ela pertencentes, e nomeando, também, de entre os cidadãos de Lisboa, funcionários directamente incumbidos da gerência dos assuntos que lhe diziam respeito (438).

A documentação compulsada dá-nos a conhecer o aposentador e seu escrivão, a quem, segundo inferimos, competia hospedar a comitiva régia, quando o rei estivesse em Lisboa, e outras quaisquer pessoas, desde que os estaos estivessem cheios, ou trouxessem cartas régias nesse sentido, e vistoriar as casas que se pretendessem transformar em estalagens; o vedor dos estaos, cargo criado em 1442 (439), que vigiava as hospedarias, provendo ao seu fornecimento, e constringia todos aqueles que recebessem dinheiro da câmara a mantê-las bem «guarnecidas»; e o tesoureiro da imposição de Vila Nova que tinha à sua guarda a arca dos dinheiros da aposentadoria, entregando, por mandado dos corpos directivos do concelho, as somas que lhe fossem requeridas para quaisquer despesas necessárias.

Para juiz dos feitos da aposentadoria, D. Afonso V designou, em 1449 (440), o corregedor da cidade, proibindo a outros juizes e tribunais o conhecimento de tais causas.

Embora, por certo, houvesse mais cargos ligados à aposentadoria, mas que não conhecemos, interessa essencialmente focar que a sua administração pertencia à câmara e à classe superior concelhia.

No entanto, em 1471 alterou-se profundamente o regimen de governo da aposentadoria.

D. Afonso V depois de ter consultado o seu conselho, o príncipe herdeiro e reunido a câmara de Lisboa entregou o governo e regimento dela aos mesteres e povo da cidade (441). Formou-se, então, um colégio composto por vinte e quatro mestereiros, à imagem do que representava a classe artesanal na administração do município, que passou a exercer, em relação à aposentadoria, as funções outrora desempenhadas pelos cidadãos. De entre esses vinte e quatro elegiam-se trienalmente, pelo sistema dos pelouros, portanto, à sorte, seis oficiais principais: o vedor da aposentadoria, igualmente juiz em primeira instância de todas as causas com ela relacionadas, e seu escrivão, o aposentador e respectivo escrivão, o tesoureiro e escrivão (442). Todas as apelações e agravos dos feitos julgados pelo vedor seriam definitivamente desembargados por um juiz, único elemento pertencente a uma classe social superior, escolhido pelos vinte e quatro mediante aprovação régia (443).

Aos mencionados funcionários da aposentadoria conferiram-se, em 1473, privilégios militares, pelos quais eram isentos de «seruir em nenhũas armadas» e de lhes serem pera ellas filhadas suas armas», embora fossem «vassallos» do rei ou «acomtehiados em algũua comtia» (444).

Se bem que em 1472 os seus vencimentos anuais tivessem sido fixados respectivamente em seis mil reais para o vedor, aposentador e tesoureiro, e cinco mil reais para o juiz superior e escrivães (445), em 1476, D. Afonso V, uniformizou-os, elevando-os a oito mil reais (446). Porém, quando em 1490, D. João II confirmou

aos mestres e povo a gerência da aposentadoria e os privilégios outorgados por seu pai, alterou os salários, estabelecendo que o juiz, vedor, aposentador e tesoureiro receberiam, anualmente, os mesmos oito mil reais, os escrivães do tesouro e do vedor passariam, no entanto, a receber sete mil reais cada um, devendo-se pagar ao escrivão do aposentador seis mil reais⁽⁴⁴⁷⁾.

Cumprido, também, observar que, neste mesmo diploma, D. João II resolveu que a hospedagem da comitiva régia, quando o monarca estivesse em Lisboa, ou a de qualquer indivíduo portador de carta do rei fosse paga com as rendas da aposentadoria da cidade.

Assim, o concelho de Lisboa viu, durante o século XV, coroado de êxito os esforços que desde há muito empreendia no sentido de desobrigar os seus vizinhos do oneroso e vexatório dever da aposentadoria gratuita, tentando mesmo eximi-los de receber hóspedes, ainda que fossem remunerados, mediante a construção de estalagens.

B) HOSPITAIS

I

CASA DE S. LÁZARO

Durante a Idade Média, uma terrível doença, a lepra, grassou com intensidade entre a população portuguesa, não poupando nenhuma classe social.

Altamente infecciosa, para evitar a sua propagação recorria-se, frequentemente, ao isolamento dos leprosos, repelidos e desprezados por toda a gente, quer pelo aspecto repugnante que a doença lhes imprimia, quer pelo medo de contágio, em locais para esse fim instituídos e situados, de uma maneira geral, longe das povoações.

Em Lisboa, os gafos deviam obrigatoriamente recolher-se no hospital de S. Lázaro fundado em data desconhecida, mas que se crê bastante remota⁽⁴⁴⁸⁾, fora das muralhas da cidade, na encosta que da Mouraria sobe para o actual Campo

de Santa Ana, conhecida, então, por poio de S. Lázaro⁽⁴⁴⁹⁾. Mandado edificar pelo município⁽⁴⁵⁰⁾, era constituído por uma cerca murada onde existiam as habitações dos leprosos e uma capela sob a evocação de S. Lázaro. Fora da cerca ficavam várias edificações entre as quais um curral, um lagar, as casas de morada do provedor e de outros

⁽⁴⁴⁷⁾ A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, Livro 27, fl. 55-v.

⁽⁴⁴⁸⁾ A. N. T. T., Estremadura, Livro 7, fl. 73. Sabemos, que com os rendimentos da imposição do vinho, o concelho adquiria bens imóveis cujo rendimento pertencia à aposentadoria. Porém, só conhecemos duas cartas de aforamento de casas que lhe pertenciam. A. H. C. M. L., Livro 1.º de Escrituras de Aforamento, fls. 97 e 121.

⁽⁴⁴⁹⁾ A. N. T. T., Estremadura, Livro 10, fls. 26-v. a 27.

⁽⁴⁵⁰⁾ Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. I, pág. 331; A. N. T. T., Estremadura, Livro 8, fl. 240.

⁽⁴⁵¹⁾ A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, Livro 16, fl. 118-v. A 18 de Junho de 1464, D. Afonso V confirmou à cidade de Évora um regimento da aposentadoria, pelo qual o concelho deixou, também, de ter a sua administração, passando «a estar a cargo de três procuradores dos mestres e povo miúdo, com a retribuição annual de três mil réis a cada um pelo cofre da aposentadoria, pertencendo-lhes prover na arrecadação dos rendimentos respectivos, em que se compreendiam certas imposições sobre o sal, vinho, carne e pescados». Gama Barros, *ob. cit.*, 2.ª ed., T. V, págs. 221 a 222.

⁽⁴⁵²⁾ A. N. T. T., Chanc. de D. João II, Livro 10, fl. 15-v.

⁽⁴⁵³⁾ A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, Livro 16, fl. 119; Chanc. de D. João II, Livro 10, fl. 15-v. (fim); Chanc. de D. Afonso V, Livro 26, fl. 75.

⁽⁴⁵⁴⁾ A. N. T. T., Chanc. de D. Afonso V, Livro 33, fl. 197-v.

⁽⁴⁵⁵⁾ A. N. T. T., Chanc. de D. João II, Livro 10, fls. 15-v. e 16; Estremadura, Livro 3, fl. 157.

⁽⁴⁵⁶⁾ A. N. T. T., Chanc. de D. João II, Livro 10, fl. 16.

⁽⁴⁵⁷⁾ A. N. T. T., Chanc. de D. João II, Livro 10, fl. 16-v.

⁽⁴⁵⁸⁾ Freire de Oliveira nos *Elementos para a história do município de Lisboa* pensa que a sua fundação seria anterior à conquista da cidade; T. I, pág. 320 n., T. XIV, pág. 532 n. No entanto, sem nada afirmarem, Silva Carvalho em *História da Lepra em Portugal*, Porto, 1932, págs. 86 ss. e José Maria António Nogueira, *Espasmos*, Coimbra, 1934, págs. 79 ss., dizem parecer-lhes que a sua fundação remontaria aos primeiros tempos da monarquia. Como nas nossas investigações nos foi impossível procurar minuciosamente, em arquivo, documentos anteriores ao século XV nada de novo podemos trazer ao assunto.

⁽⁴⁵⁹⁾ Cf. Silva Carvalho, *ob. e loc. cit.*; José M. António Nogueira, *ob. e loc. cit.*; Fernando da Silva Correia, *Os velhos hospitais da Lisboa antiga* in «Revista Municipal», Ano II, 1941, n.º 10, pág. 12.

⁽⁴⁶⁰⁾ A. H. C. M. L., Livro 1.º do hospital de S. Lázaro, doc. 5 ou 7; transcrito em Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. XIV, pág. 542 n. (resumido, T. I, pág. 321 n.); Silva Carvalho *ob. cit.*, págs. 84 a 85.

servidores do hospital ⁽⁴⁵¹⁾. A sua administração pertencia, em exclusivo, à câmara de Lisboa, competindo-lhe nomear as autoridades leigas e eclesiásticas que efectivamente o dirigiam, o provedor, um escrivão e o capelão ⁽⁴⁵²⁾.

A gafaria de S. Lázaro mantinha-se com os rendimentos de casas e herdades com que fora dotada quando da sua instituição ou legadas por particulares e, ainda, com os proventos de bens que por morte dos leprosos lhe ficavam ⁽⁴⁵³⁾. A maior parte destas propriedades não eram exploradas directamente pelo hospital, mas aforavam-se mediante certos pagamentos anuais, por vezes repartidos em duas prestações, em dinheiro ou em géneros ⁽⁴⁵⁴⁾. Os aforamentos só eram válidos desde que os respectivos contratos se lavrassem na presença do corregedor, vereadores, procurador e provedor, arquivando-se, depois, num livro para o efeito ordenado ⁽⁴⁵⁵⁾. Pertencia, também, à gafaria de Lisboa metade do usufruto dos bens dos lázaros vivos, que recebiam a outra metade, não podendo vender qualquer propriedade sem autorização das autoridades municipais e do provedor ⁽⁴⁵⁶⁾, e uma esmola dada anualmente pelos moradores da cidade e de seu termo, para evitar o perigo que advinha de os leprosos andarem a pedir pelas ruas. A arrecadação deste benemérito subsídio, designado por «O Reall», talvez porque cada morador contribuisse com essa soma, podia, se o provedor achasse vantajoso, arrendar-se ⁽⁴⁵⁷⁾.

Todos os anos, em fins de Março, de entre os vereadores, que então terminavam o exercício das suas funções, elegia-se o provedor do hospital de S. Lázaro no qual a câmara delegava o poder de o administrar. Não era, contudo, permitida a eleição de qualquer vereador que estivesse no activo ⁽⁴⁵⁸⁾.

Uma vez investido no cargo, entregava-se ao novo provedor, depois de feitos os balanços, a receita dos rendimentos da gafaria e as chaves de duas arcas em que se guardavam, respectivamente,

as escrituras pertencentes ao hospital, e «os hornamentos da dicta casa asy como mamtos e capas frontaaes calcezes e cruzez». A primeira destas arcas tinha, porém, outra fechadura cuja chave estava na posse do escrivão ⁽⁴⁵⁹⁾.

Competia ao provedor inspecionar, juntamente com o escrivão, duas vezes por ano, no Natal e «por sam Jorge», as propriedades da casa de S. Lázaro, provendo seu bom aproveitamento ⁽⁴⁶⁰⁾. Devia, também, constringer todos os leprosos do concelho de Lisboa a darem entrada no hospital, ainda que contrafeitos, tomando, em seguida, conhecimento dos seus bens, móveis e de raiz ⁽⁴⁶¹⁾.

O provedor acumulava, ainda, as funções de juiz dos feitos crimes e cíveis dos leprosos «com outros sãaos», requerendo, quando lhe parecesse justo, apelação e agravo, «porque muitas vezes os dictos lazarus perdem seus dirreitos por nam os poderem hir requerer polla defesa que lhes he posta que nam saiam de seu cerimiterio (sic)» ⁽⁴⁶²⁾.

Igualmente pelo facto de estarem impossibilitados de sair da gafaria, os leprosos necessitavam uma criada para ir ao açougue comprar quaisquer mantimentos, trazer-lhes água e acender suas candeias. Contratada pelo provedor, habitava, sem pagar, uma casa do hospital no exterior da cerca, recebendo de ordenado mensal dez reais, dois alqueires de cevada e um almude de vinho ⁽⁴⁶³⁾.

Os vencimentos do provedor e do escrivão pagavam-se anualmente, consistindo o do primeiro destes funcionários em trezentos reais, seis quartos de trigo, um moio de cevada, uma pipa de vinho, um forrageal semeado à custa da gafaria e situado junto à cerca, e todos os foros de animais e aves. O escrivão recebia um moio de trigo, outro de cevada e uma pipa de vinho. As despesas das deslocações, em serviço, do provedor e escrivão eram, também, pagas pela casa ⁽⁴⁶⁴⁾.

Na ermida de S. Lázaro, isenta da jurisdição de qualquer autoridade eclesiástica⁽⁴⁶⁵⁾, um capelão privativo do hospital e, como dissemos, escolhido pela câmara, celebrava missa aos lázaros três vezes por semana, ao domingo, à quarta-feira e à sexta, recebendo, anualmente, mil e quinhentos reais e dez alqueires de trigo, com os quais pagaria a um sacristão e compraria hóstias. Ser-lhe-iam descontadas no vencimento as missas que não pudesse celebrar, contratando-se, então, outro clérigo que as rezasse. Contudo, a Extrema-Unção era dada aos leprosos, não pelo capelão, mas pelo prior de Santa Justa, que o provedor mandava chamar quando necessário. Para remunerar esta obrigação o hospital de S. Lázaro entregava, todos os anos, à freguesia de Santa Justa dois moios de pão meado, uma pipa de vinho, dois cântaros de azeite e seiscentos e sessenta e seis reais⁽⁴⁶⁶⁾.

Resta-nos, agora, dizer alguma coisa sobre os leprosos.

Enclausurados na cerca do hospital, donde sob nenhum pretexto podiam sair, irremediavelmente inutilizados, expulsos, para sempre do convívio social, como que sepultados em vida, a sua existência não era certamente muito risonha.

Quando as forças lhes permitiam agricultavam, talvez, a área que lhes estava reservada⁽⁴⁶⁷⁾, e criavam algumas aves, para o que recebiam, todos os meses, dois alqueires de cevada.

Tinham, também, direito, mensalmente, a quatro alqueires de trigo e a dois almudes e meio de vinho, e a um cântaro de azeite por ano para seu sustento, perdendo, contudo, a ração do mês, e sendo preso, o leproso que abandonasse o circuito do hospital. Quando algum morria as suas

formação das misericórdias portuguesas, Lisboa, 1944, pág. 376. A. H. C. M. L., Livro cit., doc. 6 ou 8; transc. em Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. XIV, págs. 543 a 544 n. (res. no T. I, pág. 320); ref. em Silva Carvalho, *ob. cit.*, pág. 85; Fernando S. Correia, *ob. e loc. cit.* A. H. C. M. L., Livro cit., doc. 7 ou 9; transc. em Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. XIV, págs. 546 a 547 n.; ref. em Silva Carvalho, *ob. cit.*, pág. 85; Fernando S. Correia, *ob. cit.*, pág. 376.

⁽⁴⁶⁵⁾ A. H. C. M. L., Livro 1.º do Hospital de S. Lázaro, doc. 5 ou 7; Livro de Posturas Antigas, fl. 67. Os bens móveis e de raiz dos gafoz que morriam ficavam obrigatoriamente para a casa de S. Lázaro.

⁽⁴⁶⁶⁾ A. H. C. M. L., Livro 1.º de Escrituras de Aforamentos, fls. 5, 16, 21, 24, 31, 37-v., 65-v., 89-v., 94, 117-v., 126, 129, 131, 139, 149, 152. Livro 2.º de Escrituras de Aforamentos, fls. 28-v., 31, 35, 45, 51, 69. Estes empenhamentos faziam-se quer em vidas, quer para sempre, predominando, contudo, o primeiro tipo.

⁽⁴⁶⁷⁾ A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fl. 67. Porém, muitos dos aforamentos acima referidos foram lavrados sem a presença do corregedor: Livro 1.º de Escrituras de Aforamentos, fls. 31, 37-v., 65-v., 85-v., 89-v., 94, 116-v., 117-v., 126, 129, 131, 139, 152. Reforça o que afirmamos quanto à indispensável autoridade dos magistrados municipais para a validade dos aforamentos, uma confirmação de um empenhamento que tinha sido feito unicamente pelo provedor do hospital. A. H. C. M. L., Livro 1.º de Escrituras de Aforamentos, fl. 24.

⁽⁴⁶⁸⁾ A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fl. 67.

⁽⁴⁶⁹⁾ A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fl. 68.

⁽⁴⁷⁰⁾ A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fl. 68. Livro 1.º do Hospital de S. Lázaro, docs. 6 ou 8 e 7 ou 9; *ob. cit.* em Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. XIV, págs. 443 a 444, 445 a 447 n.; Fernando S. Correia, *Origem e formação das misericórdias portuguesas*, pág. 376.

⁽⁴⁷¹⁾ A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fls. 66-v., 67 e 68.

⁽⁴⁷²⁾ A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fl. 66-v. O dia de S. Jorge é a 23 de Abril, logo a primeira inspeção far-se-ia imediatamente a seguir à entrada do novo provedor.

⁽⁴⁷³⁾ A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fl. 67. Na gafaria de Lisboa só se admitiam os leprosos da cidade e termo, recebendo-se os de fora a título muito excepcional, «se taes trezoeses iv ouiver per que ho Corregedor e vereador-procurador e perneador acordarem ser bem de os requeberem», *liv. e loc. cit.*

⁽⁴⁷⁴⁾ A. H. C. M. L., Livro 1.º do Hospital de S. Lázaro, doc. 8 ou 10; *ob. cit.* em Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. XIV, págs. 547 a 548 n.; Silva Carvalho, *ob. cit.*, pág. 85; Fernando S. Correia, *Origem e formação das misericórdias portuguesas*, pág. 376. E A. N. T. T., Col. de Cortes, vol. 6.º, fl. 480; Extremadura, Livro 7, fl. 142.

⁽⁴⁷⁵⁾ A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fl. 67.

⁽⁴⁷⁶⁾ A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fl. 66-v.

⁽⁴⁷⁷⁾ A. H. C. M. L., Livro 1.º do Hospital de S. Lázaro, doc. 5 ou 7; *ob. cit.* em Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. I, pág. 321 n. e T. XIV, págs. 542 a 543 n.; Silva Carvalho, *ob. cit.*, pág. 84; Fernando S. Correia, *ob. cit.*, pág. 376.

⁽⁴⁷⁸⁾ A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fl. 67. S. Lázaro estava incluído na referida paróquia.

⁽⁴⁷⁹⁾ Pensamos que dentro da cerca do hospital os lázaros praticassem a agricultura pois a fls. 67 do Livro de Posturas Antigas, A. H. C. M. L., proibe-se-lhes a venda da fruta que colhessem nos «lugares que sam apropriados aos ditos lazaros».

⁽⁴⁶⁵⁾ Cf. Silva Carvalho, *ob. cit.*, pág. 81. Contudo, os documentos que nos dão a conhecer em pormenor a constituição da gafaria de Lisboa são desconhecidos do mencionado autor que apenas refere a capela e as habitações dos leprosos. A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fls. 66-v. e 68; Livro 1.º de escrituras de aforamentos, fl. 149.

⁽⁴⁶⁶⁾ A. H. C. M. L., Livro 1.º do Hospital de S. Lázaro, doc. 5 ou 7; transc. em Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. XIV, pág. 542 n. (res. no T. I, pág. 321 n.); Silva Carvalho, *ob. cit.*, págs. 84 a 85. Res. em Fernando S. Correia, *Origem e*

roupas de vestir e de cama repartiam-se entre os outros lazarus, ficando os seus bens móveis e de raiz para a casa de S. Lázaro ⁽⁴⁶⁸⁾.

Por carta régia de 11 de Outubro de 1392, D. João I põe sob protecção régia os leprosos de Lisboa, as propriedades da gafaria e quem nelas trabalhasse ⁽⁴⁶⁹⁾.

Embora os mesteirais, que devido à sua crescente importância se pretendiam imiscuir em todos os negócios públicos, tivessem reclamado a administração do hospital de S. Lázaro, D. Afonso V, em 1478, atendendo os cidadãos de Lisboa confirma à câmara a superintendência no governo da gafaria da cidade ⁽⁴⁷⁰⁾.

II

HOSPITAIS DE D. MARIA DE ABOIM E DO CONDE D. PEDRO

Segundo as cláusulas testamentárias de D. Maria de Boim (1337) ⁽⁴⁷¹⁾ e de Teresa Anes (1348) ⁽⁴⁷²⁾ pertenceria ao concelho de Lisboa, por morte dos respectivos testamenteiros, a administração de dois hospitais por elas mandados instituir nos diplomas que continham as suas últimas vontades, o que trazia o nome da sua fundadora e o do Conde D. Pedro ⁽⁴⁷³⁾.

Embora a documentação do século xv referente ao assunto se limite quase exclusivamente a cartas de aforamento de bens pertencentes aos ditos hospitais e pouco nos elucide quanto à organização e funcionamento dos mesmos, podemos dizer que durante este período a Câmara de Lisboa, ou mais precisamente, os juizes do cível e o procurador da cidade superintenderam no seu governo ⁽⁴⁷⁴⁾.

Parece-nos, contudo, necessário observar em primeiro lugar que estes hospitais não correspondem aos modernos estabelecimentos assim designados, mas eram como que uns hospícios onde se recolhia e sustentava certo número de pobres.

Ambos se mantinham com os rendimentos de propriedades com que as beneméritas senhoras,

para esse fim, os dotaram ⁽⁴⁷⁵⁾, emprazadas por autoridade dos mencionados funcionários municipais, encarregados, também, de zelar pelo seu aproveitamento, conservação e incremento ⁽⁴⁷⁶⁾. Deviam, ainda, os juizes do cível e procurador do concelho visitar os hospitais anualmente determinado número de vezes ⁽⁴⁷⁷⁾ e nomear, em veação, para cada um deles, um provedor incumbido de «procurar e proueer e mjinistrar todollos bês e todallas outras cousas» que lhes dissessem respeito ⁽⁴⁷⁸⁾.

Porém, em 1472, o príncipe D. João em quem seu Pai parcialmente delegara o governo do reino, considerando que o hospital do Conde D. Pedro andava muito «defraudado» manda o juiz João Alves Porto Carreiro tomar conta da sua administração ⁽⁴⁷⁹⁾. Mais tarde, em 1482, D. João II, já rei, investe o mesmo indivíduo no cargo «da proueadoria da Jurdiçam e aministramçam» dos dois estabelecimentos de caridade, num prazo de quatro anos, delegando nele o poder que pelas disposições das fundadoras cabia ao município e usurpando mais uma vez as prerrogativas concelhias ⁽⁴⁸⁰⁾.

No hospital de D. Maria de Boim, situado a S. Domingos nas casas de morada da instituidora ⁽⁴⁸¹⁾, sabemos, apenas pelo testamento de 1337, que se albergavam dez mulheres pobres «de boa nomeada», enquanto que ignorando o número de pobres recolhidas no do Conde D. Pedro, estabelecido nas casas de sua mãe D. Garcia nas proximidades da Sé ⁽⁴⁸²⁾, de um texto de 1403 referindo uma das visitas inspectivas a que os juizes e procurador estavam obrigados, concluímos que elas recebiam, cada uma, para seu sustento, vinte reais por mês anteriormente àquela data e trinta reais a partir dela ⁽⁴⁸³⁾.

Os rendimentos dos hospitais applicavam-se, também, na conservação e manutenção da capela de D. Maria de Boim, na Igreja de S. Domingos ⁽⁴⁸⁴⁾, e na de D. Garcia, na Sé, competindo ao provedor do hospital do conde D. Pedro a administração desta última ⁽⁴⁸⁵⁾.

CONCLUSÃO

Durante a segunda metade do século XIV, a Europa Ocidental atravessou uma fase de profundas transformações que abalaram as suas estruturas políticas, económicas, sociais e religiosas.

Tais modificações, que deram origem a um dos mais interessantes debates entre os actuais medievistas, verificaram-se igualmente em Portugal. A tão discutida crise, que começara já a esboçar-se a partir da segunda década do século XIV, veio a ser definitivamente acelerada pela generalização da Peste Negra, entre os anos de 1348 e 1352.

A epidemia, alterando as estruturas económicas e demográficas, reflectiu-se inevitavelmente na ordem social. O abaixamento populacional, que originou a carência de mão-de-obra e o consequente afluxo do trabalhador rural às cidades, bem como a diferente distribuição da propriedade contribuíram quer para o aparecimento de novas classes sociais quer para a melhor definição de outras já existentes.

Assim, as lutas que precederam o início da dinastia de Avis e a tornaram uma realidade efectiva, garantindo consequentemente a conservação da independência foram, como se sabe, na quase totalidade sustentadas e alimentadas por uma burguesia no seu sentido mais lato, abrangendo, portanto, todos os indivíduos não nobres, homens de leis, proprietários rurais, mercadores e oficiais mecânicos, elementos componentes, em exclusivo, e ao mesmo tempo dirigentes das pequenas circunscrições autónomas que eram os concelhos. Pode, pois, dizer-se que as agitações registadas de 1383 a 1385 se apoiaram na sua maior parte nos municípios portugueses, chefiados pela cidade de Lisboa, de onde partira o grito

(⁴¹¹) A. H. C. M. L., Livro 1.º do Hospital de Dona Maria de Boim, fl. 2 ss. ref. em José M. António Nogueira, *Esparsos*, pág. 94 ss.

(⁴¹²) A. H. C. M. L., Livro 1.º do Hospital do Conde Dom Pedro, fl. 13 ss.; ref. em José M. A. Nogueira, *ob. cit.*, pág. 89 ss.

(⁴¹³) Este hospital era assim chamado pois tinha sido fundado nas casas que haviam pertencido a D. Grácia, mãe do Conde D. Pedro, filho bastardo do rei D. Dinis e testamenteiro de Teresa Anes, e, ainda, pela sua alma quando falecesse. O Conde doara as mencionadas casas a Teresa Anes, de Toledo, dama da rainha D. Beatriz, mulher de D. Afonso IV, que segundo se crê não era casada mas «intima» do conde D. Pedro. Cf. Júlio de Castilho, *Lisboa Antiga*, 2.ª ed., vol. V, págs. 195-196, Lisboa, 1936.

(⁴¹⁴) São muitos os documentos que confirmam esta afirmação e de entre eles citaremos alguns: A. H. C. M. L., Livro 1.º do Hospital de D. Maria de Boim, fls. 23, 24, 49, 42, 51; Livro 1.º do Hospital do Conde D. Pedro, fls. 15-v., 26, 25-v., 51. A. N. T. T., Chanc. de D. João II, Livro 3, fl. 85-v. e Estremadura, Livro 10, fl. 229-v.

(⁴¹⁵) Testamentos citados na nota 471.

(⁴¹⁶) A. H. C. M. L., Livro 1.º do Hospital de D. Maria de Boim, fl. 51; Livro 1.º do Hospital do Conde D. Pedro, fl. 15-v., 25-v. Deduz-se, também, de todas as cartas de aforamento contidas nos livros citados.

(⁴¹⁷) Pelo testamento de Teresa Anes sabemos que deviam ser três, por ano, as visitas dos juizes e procurador ao seu hospital. D. Maria de Boim manda apenas que a elas se proceda sem, contudo, indicar o seu número. Dois documentos do século XV referem-nas: A. H. C. M. L., Livro 1.º do Hospital de D. Maria de Boim, fl. 40; Livro 1.º do Hospital do Conde D. Pedro, fl. 26.

(⁴¹⁸) A. H. C. M. L., Livro 1.º de D. Maria de Boim, fls. 23, 24, 42; Livro 1.º do Hospital do Conde D. Pedro, fls. 15-v., 25-v.

(⁴¹⁹) A. H. C. M. L., Livro 1.º do Hospital do Conde D. Pedro, fl. 56.

(⁴²⁰) A. N. T. T., Chanc. de D. João II, Livro 3, fl. 85-v. Estremadura, Livro 10, fl. 229-v. Conclui-se, porém, do documento que já em tempo de Afonso V a administração dos hospitais estava a cargo do referido juiz.

(⁴²¹) A localização é-nos dada no testamento e em muitos documentos do Livro 1.º do Hospital de D. Maria de Boim, A. H. C. M. L., como por ex. os dos fls. 22, 23, 24. Situam-no, igualmente, Fernando S. Correia, *Os Velhos Hospitais da Lisboa Antiga*, in «Revista Municipal», ano II, 1941, n.º 10, pág. 10 e José M. A. Nogueira, *Esparsos*, págs. 94 ss.

(⁴²²) O testamento de Teresa Anes e os autores acima referidos nas citadas obras, respectivamente a págs. 10 e 89 ss. localizam-no, também.

(⁴²³) A. H. C. M. L., Livro 1.º do Hospital do Conde D. Pedro, fls. 26 e 26-v. Embora Fernando A. Correia no cit. artigo da «Revista Municipal» a págs. 12 nos diga que no Hospital do Conde D. Pedro se mantinham cinco homens pobres, nunca encontramos nenhuma menção ao seu número e do citado documento de 1403 infere-se claramente que os pobres aí recolhidos eram mulheres. Além disso, no século XVI, recebiam por conta do Hospital de Todos-os-Santos, onde o do Conde D. Pedro tinha sido incorporado, alimento e casa. Cf. Júlio de Castilho, *ob. e vol. cit.*, pág. 199.

(⁴²⁴) Testamento de D. Maria de Boim, já cit. Superintendiam na administração da capela os frades de S. Domingos.

(⁴²⁵) Testamento de Teresa Anes, também citado e A. H. C. M. L., Livro 1.º do Hospital do Conde D. Pedro, fl. 15-v. Cf. Júlio de Castilho, *ob. e vol. cit.*, págs. 194-198.

(⁴²⁶) A. H. C. M. L., Livro de Posturas Antigas, fls. 67 a 68.

(⁴²⁷) Silva Carvalho, *ob. cit.*, pág. 83.

(⁴²⁸) A. H. C. M. L., Livro 1.º do Hospital de S. Lázaro, doc. 8 ou 10; cit. em Freire de Oliveira, *ob. cit.*, T. XIV, págs. 547 a 548; Silva Carvalho, *ob. cit.*, pág. 85; Fernando S. Correia, *ob. cit.*, pág. 376. E A. N. T. T., Col. de Cortes, vol. 6.º, fl. 480; Estremadura, Livro 7, fl. 142.

de revolta e cuja atitude tanto influiu no modo como o Reino encarou a situação em face da qual se encontrava.

Pugnando desde a sua origem pela conquista de uma libertação total (especialmente administrativa e fiscal) em relação tanto a nobres e eclesiásticos como também à coroa, não admira, pois, que os concelhos aproveitassem a situação de vantagem que a adesão à causa do Mestre na luta com Castela lhes valera para reivindicarem privilégios favoráveis a tão almejada autonomia. Não espanta, igualmente, que D. João I uma vez rei, cumulusse, por iniciativa própria, com inúmeros favores esses sustentáculos das suas pretensões, ou se sentisse coagido a deferir o que lhe pediam.

Assim, abre-se com o reinado do Mestre de Avis uma era de reivindicações autonomistas e de concessões régias ao concelho de Lisboa, todas elas cifradas no brilhante comportamento e nas privações impostas à cidade pela guerra da independência.

Alarga-se o alfoz do município, desoneram-se os vizinhos de antigos encargos fiscais devidos à coroa, facilita-se a sua vida económica pela abolição de impostos que tornavam dificultoso o comércio, favorece-se a agricultura mediante a revogação de ordenações que embargavam a livre emigração de trabalhadores rurais, concedem-se isenções militares a lavradores, facilita-se o abastecimento da cidade, autorizando aos seus moradores a compra de mantimentos por todo o Reino, isenta-se o peixe de tributos quando dele há falta, tentam remediar-se crises cerealíferas com medidas extraordinárias, tais como abolição de contribuições, seguranças a navios estrangeiros, imposições para que se semeie milho, concedem-se ao município novos rendimentos (imposição de Vila Nova), regulamentam-se outros (marco dos navios) e confirma-se a possibilidade de comutar a dinheiro as penas de feitos crimes, afirma-se a autonomia municipal quanto à eleição dos seus quadros administrativos, ratifica-se à câmara a exclusiva competência no provimento de certos

ofícios, renovam-se os privilégios respeitantes à polícia económica concelhia, a almotaçaria, autoriza-se a criação de novos cargos administrativos, os procuradores dos mesteres.

Contudo, o rei não renunciou por completo ao controle da vida municipal e apesar da situação delicada em que se encontrava não consentiu nalgumas das exigências dos homens bons de Lisboa ou votou ao esquecimento muitos dos compromissos tomados, facto que nitidamente denuncia o carácter oportunista da política dos primeiros anos do reinado de D. João I.

Consciente, decerto, da crescente importância do concelho de Lisboa o Mestre de Avis, embora o contrário lhe tivesse sido requerido nas cortes que o levaram ao trono, manteve na cidade o corregedor privativo que seu irmão D. Fernando para ela nomeara a título provisório. Deste modo, junto à vereação estaria permanentemente um representante do monarca investido de vastíssimas atribuições inspectivas.

Também, não obstante ter confirmado a competência do concelho na eleição dos juizes ordinários, não deixou de guardar para si o direito de sancionar a sua escolha, e, ainda que houvesse ratificado à câmara o privilégio do provimento de certos ofícios violou-o pela nomeação em 1399, de 1401 a 1410 e em 1426 respectivamente do escrivão dos órfãos, dos juizes das sisas e do juiz dos órfãos.

O mesmo se verificou quanto à renda de Vila Nova outorgada ao município, em 1410 mas breve arrecadada nos cofres régios. E, a promessa feita com respeito à abolição da aposentadoria gratuita relativamente aos moradores da cidade e conseqüente construção de estalagens, não só foi letra morta, como também não recebeu o menor interesse na posterior actividade legislativa do monarca.

Mas, o acontecimento de maior alcance registado sob o governo do Mestre de Avis e que, sem dúvida, marcou indelévelmente este período consistiu no acesso legal à vida pública dos mestrais de Lisboa e na sua integração nos corpos

dirigentes do município que teve como consequência a ruptura do sistema administrativo tradicional. Podemos mesmo considerá-lo como o ponto de partida de uma *nova era* na história da administração municipal portuguesa, e não só na de Lisboa, pois o exemplo das transformações verificadas na cidade depressa foi seguido pelos demais concelhos do Reino.

Como já frisámos, a participação dos oficiais mecânicos no governo do município reveste um duplo significado sócio-administrativo.

Sob o ponto de vista social traduz a crescente importância dos mesteiros, tanto mais digna de nota quanto nos séculos anteriores era nítida a supremacia do elemento agrícola sob o elemento artesanal.

No campo administrativo, os oficiais mecânicos vêm temperar o sistema oligárquico para que tendia o governo municipal apenas exercido pelas classes superiores do concelho — cidadãos e nobreza.

Durante o curto reinado de D. Duarte e a regência de seu irmão o Infante D. Pedro a vida concelhia poucas alterações sofreu.

Os privilégios anteriormente outorgados à cidade foram, de um modo geral, confirmados de novo, ao mesmo tempo que, atendendo a representações da câmara, se tentou ou pôr em prática algumas das concessões teóricas de D. João I ou restituir-se ao município a posse de determinados direitos que lhe pertenciam.

Assim, enquanto que a renda de Vila Nova, usurpada pela coroa pouco tempo depois da sua doação, se reintegrou nos rendimentos municipais, primeiro apenas em parte (1434) e depois na totalidade (1439), tanto D. Duarte como o Infante D. Pedro legislaram no sentido de tornar uma realidade a abolição do oneroso e vexatório dever da aposentadoria gratuita. Na verdade, datam deste período, quer a construção e inauguração do Estao do Rossio, quer a maioria dos regulamentos respeitantes a hospedagem.

A política de fomento económico prosseguiu. Em relação à agricultura extinguiram-se as tão

prejudiciais coutadas de caça e quanto ao abastecimento da cidade renovaram-se certas medidas, especialmente fiscais, em períodos de carência cerealífera ou piscatória, embora as licenças concedidas, sob D. Duarte e sob D. Pedro, autorizando a exportação de gado para Castela tivessem, por vezes, dificultado a abundância de carne no concelho.

Parece-nos, pois, lícito afirmar que, com D. Duarte e D. Pedro no poder, o município de Lisboa continuou a gozar de todas as prerrogativas autonomistas, de certo modo melhor definidas, que lhe haviam sido conferidas ou confirmadas por D. João I.

Mas, em breve se tentou restringir essa independência. Com o advento de D. Afonso V começa a esboçar-se uma política intervencionista que se reflecte, em particular, na completa liberdade do concelho quanto à eleição dos seus órgãos administrativos. Como já dissemos, cabe, desde então, ao corregedor, representante directo do poder central junto ao município, a escolha de seis cidadãos a quem se confiava a elaboração de um rol de indivíduos julgados competentes para o exercício dos cargos a prover. Deste modo e na medida em que os homens bons encarregues do recenseamento dos elegíveis eram exclusivamente designados pelo agente do rei, as listas, embora indirectamente, podem considerar-se condicionadas pelo monarca.

Também a interferência de Afonso V na vida económica concelhia se tornou constante. É ele que elabora uma série de medidas relativas à actividade dos atafoneiros e manda regulamentar a venda de carne na cidade, tomando providências quanto à sua abundância, quer mediante licenças para que os carnicheiros de Lisboa a possam adquirir, livremente, em todo o Reino, quer proibindo terminantemente, a exportação de gado para Castela ou revogando os privilégios concedidos aos genoveses em relação ao monopólio da compra do couro no concelho.

Contudo, é mercê da política centralizadora adoptada por D. João II que se faz sentir no

município a intervenção constante do poder central em assuntos da sua exclusiva competência. E, evidentemente, esta intervenção conduz a frequentes usurpações, por parte do rei, de liberdades concelhias.

Já no período durante o qual seu Pai lhe delegara parcialmente o governo do Reino e quando este lhe ficou entregue por motivo da viagem de Afonso V a França, a atitude de D. João com respeito a certo assuntos anuncia a futura linha condutora da sua política. Em 1472, violando os direitos municipais, nomeia um provedor para o hospital do Conde D. Pedro, facto em que reincidiria tornando, no primeiro ano do seu reinado, o mesmo indivíduo administrador único daquele hospital e do de D. Maria de Boim. E, em 1477, embora a pedido do povo da cidade segundo consta apenas num documento régio e portanto não muito fidedigno, empossa o corregedor de Lisboa do desembargo de causas cíveis e crimes pertencentes aos juizes municipais.

Mas, quando rei, a sua interferência na vida concelhia torna-se mais opressiva.

Escolhe *motu proprio*, e por várias vezes, elementos da vereação, chegando a dar por nulas as eleições municipais. Revê obrigatoriamente as listas eleitorais; pretende que os almotacés sirvam consecutivamente durante um ano; reserva-se o direito de rever os feitos da almotaçaria; provê, em 1486, o julgado dos órfãos; elabora, em 1490, o rol completo dos corretores; impõe outros indivíduos para o referido cargo em 1491, 1492 e 1493; intervem constantemente de 1483 até ao fim do reinado, no saneamento de Lisboa, quer coagindo por meio de penas, tais como a suspensão de vencimentos e exoneração de cargos, os corpos administrativos do município à limpeza da cidade, quer ordenando a construção de uma rede de esgotos, quer mandando abrir hospitais, quer guardando para si o desembargo de causas respeitantes à higiene pública.

Sob o ponto de vista económico, D. João II, como os seus antecessores, legislou no sentido de favorecer e facilitar o abastecimento da cidade.

Confirmou aos seus vizinhos os privilégios de que gozavam quanto à livre compra de mantimentos por todo o Reino. Regulamentou a venda de carne e proibiu, mais uma vez, a exportação de gado para Castela, tentando, ao mesmo tempo, remediar crises cerealíferas, mediante a concessão de isenções fiscais aos cereais importados, de seguranças a navios estrangeiros, de licenças para os adquirir no Norte de África, ou taxando o preço máximo do trigo e regulando o seu comércio.

Para concluir diremos que nos parece sumamente importante o reflexo no processo administrativo do município resultante da acção junto a ele desenvolvida por D. João II, pois nota-se claramente que, pouco a pouco, o rei vai ceteando as prerrogativas autonomistas do concelho, tentando pô-lo sob a sua alçada directa, orientação que aliás perfeitamente se integra no movimento de centralização administrativa registado, à data, em toda a Europa e que gradualmente levará ao aniquilamento dos concelhos como realidades políticas.

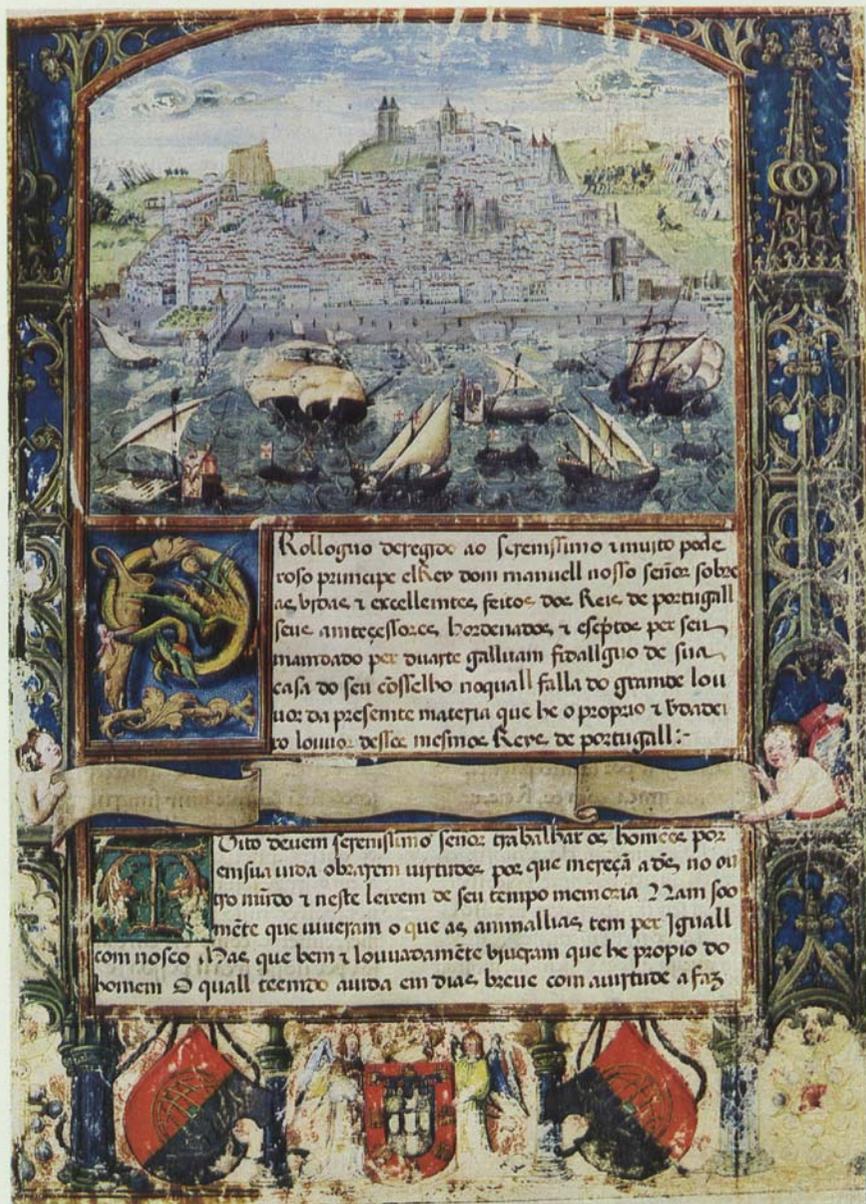
★

Chegados ao fim deste trabalho resta-nos dizer quanto lamentamos não nos ter sido possível, por absoluta falta de tempo em face da vastidão do assunto, ocuparmo-nos de outros aspectos directamente relacionados com a administração municipal de Lisboa.

Seria interessante estudar as colónias estrangeiras estabelecidas em Lisboa, e que no século xv aumentaram consideravelmente em virtude do surto comercial provocado pelo afluxo de produtos ultramarinos ao porto da capital, nas suas relações com o município.

Igualmente interessante, nos parece o estudo da comunidade judaica, que dentro do seu bairro estava administrativamente organizada, e dos elementos mouriscos, nos seus contactos com o corpo directivo do concelho.

(Continua)



PANORAMA GERAL DE LISBOA
 ILLUMINURA DO PRIMEIRO QUARTEL DO SÉC. XVI.
 CRÓNICA DE D. AFONSO HENRIQUES
 DE DUARTE GALVAO
 MUSEU CONDE CASTRO GUIMARÃES — CASCAIS



IRISALVA MOITA

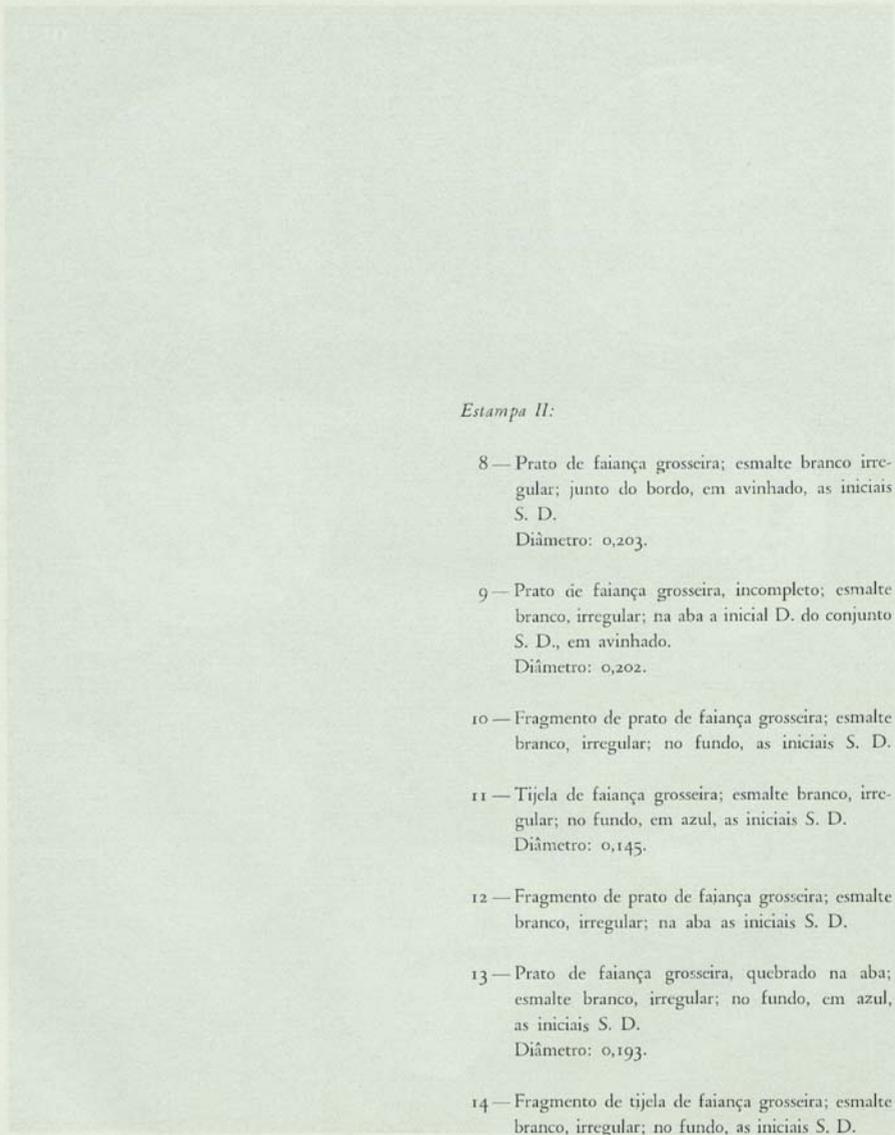
HOSPITAL REAL DE TODOS-OS-SANTOS-II

RELATÓRIO DAS ESCAVAÇÕES A QUE MANDOU PROCEDER
A C. M. L., DE 22 DE AGOSTO A 24 DE SETEMBRO DE 1960

Estampa 1:

- 1 — Tijela de faiança grosseira; esmalte branco, irregular; no fundo, a preto, a inscrição ENFRA.
Diâmetro: 0,062.
- 2 — Prato de faiança grosseira; esmalte branco, irregular; no fundo, a preto, a inscrição EMFRA.
Diâmetro: 0,175.
- 3 — Tampa de boião de faiança grosseira, levemente quebrada no bordo; esmalte branco, irregular; na superfície externa, a preto, a inscrição EM-FERMARIA.
Diâmetro: 0,125.
- 4 — Tampa de boião de faiança grosseira, com o bordo, em parte, quebrado; esmalte branco, irregular; na superfície externa a preto, EMFER-MARIA.
Diâmetro: 0,125.
- 5 — Prato de faiança grosseira, com a aba em parte quebrada; esmalte branco, irregular; no fundo, a preto, a inscrição EMFRA.
Diâmetro: 0,172.
- 6 — Prato de faiança grosseira; esmalte branco, irregular; no fundo, a preto, a inscrição EM-FERMA.
Diâmetro: 0,165.
- 7 — Prato de faiança grosseira, com a aba, em parte, quebrada; esmalte branco, irregular; no fundo, a preto, a inscrição EMFERMA.
Diâmetro: 0,165.





Estampa II:

- 8—Prato de faiança grosseira; esmalte branco irregular; junto do bordo, em avinhado, as iniciais S. D.
Diâmetro: 0,203.
- 9—Prato de faiança grosseira, incompleto; esmalte branco, irregular; na aba a inicial D. do conjunto S. D., em avinhado.
Diâmetro: 0,202.
- 10—Fragmento de prato de faiança grosseira; esmalte branco, irregular; no fundo, as iniciais S. D.
- 11—Tijela de faiança grosseira; esmalte branco, irregular; no fundo, em azul, as iniciais S. D.
Diâmetro: 0,145.
- 12—Fragmento de prato de faiança grosseira; esmalte branco, irregular; na aba as iniciais S. D.
- 13—Prato de faiança grosseira, quebrado na aba; esmalte branco, irregular; no fundo, em azul, as iniciais S. D.
Diâmetro: 0,193.
- 14—Fragmento de tijela de faiança grosseira; esmalte branco, irregular; no fundo, as iniciais S. D.



8



9



10



11



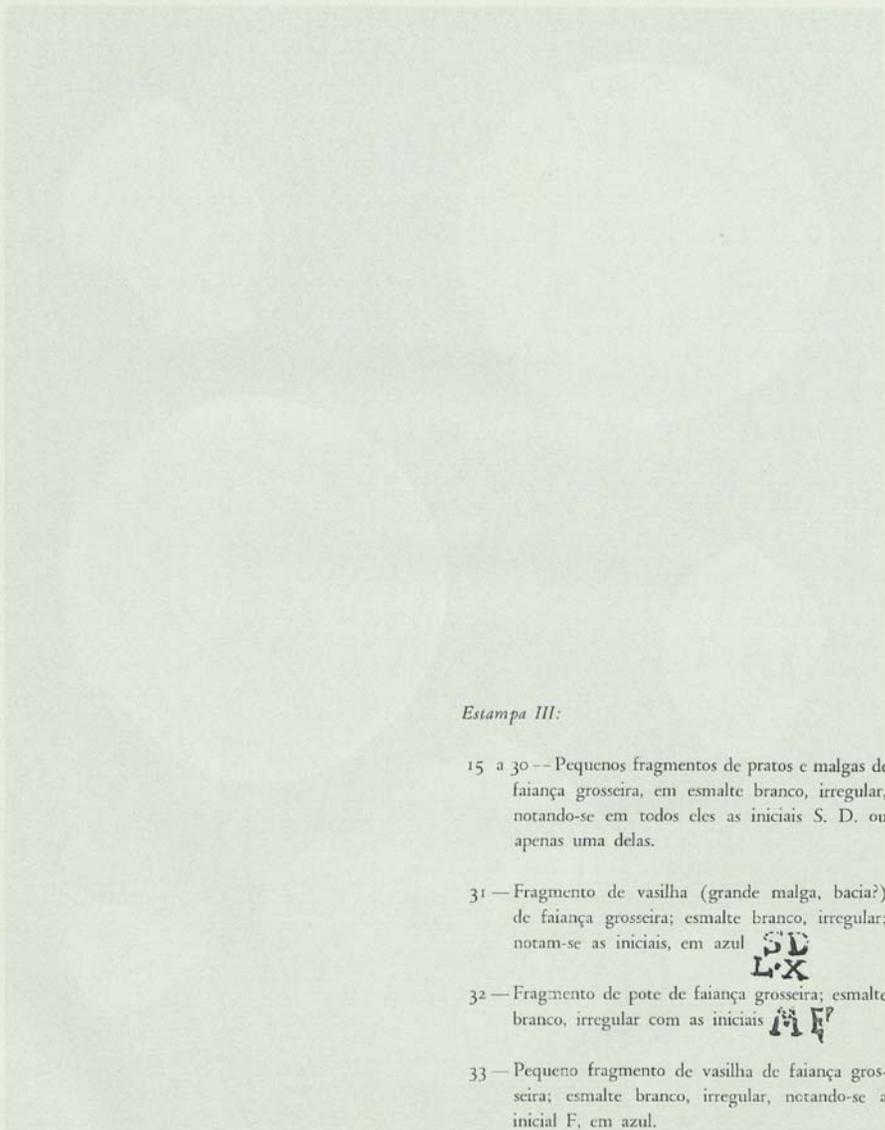
12



13



14



Estampa III:

- 15 a 30 -- Pequenos fragmentos de pratos e malgas de faiança grosseira, em esmalte branco, irregular, notando-se em todos eles as iniciais S. D. ou apenas uma delas.
- 31 -- Fragmento de vasilha (grande malga, bacia?) de faiança grosseira; esmalte branco, irregular; notam-se as iniciais, em azul **SD**
LX
- 32 -- Fragmento de pote de faiança grosseira; esmalte branco, irregular com as iniciais **MF**
- 33 -- Pequeno fragmento de vasilha de faiança grosseira; esmalte branco, irregular, notando-se a inicial F, em azul.



15



16



17



18



19



20



21



22



23



24



25



26



27



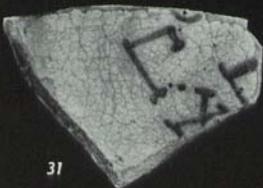
28



29



30



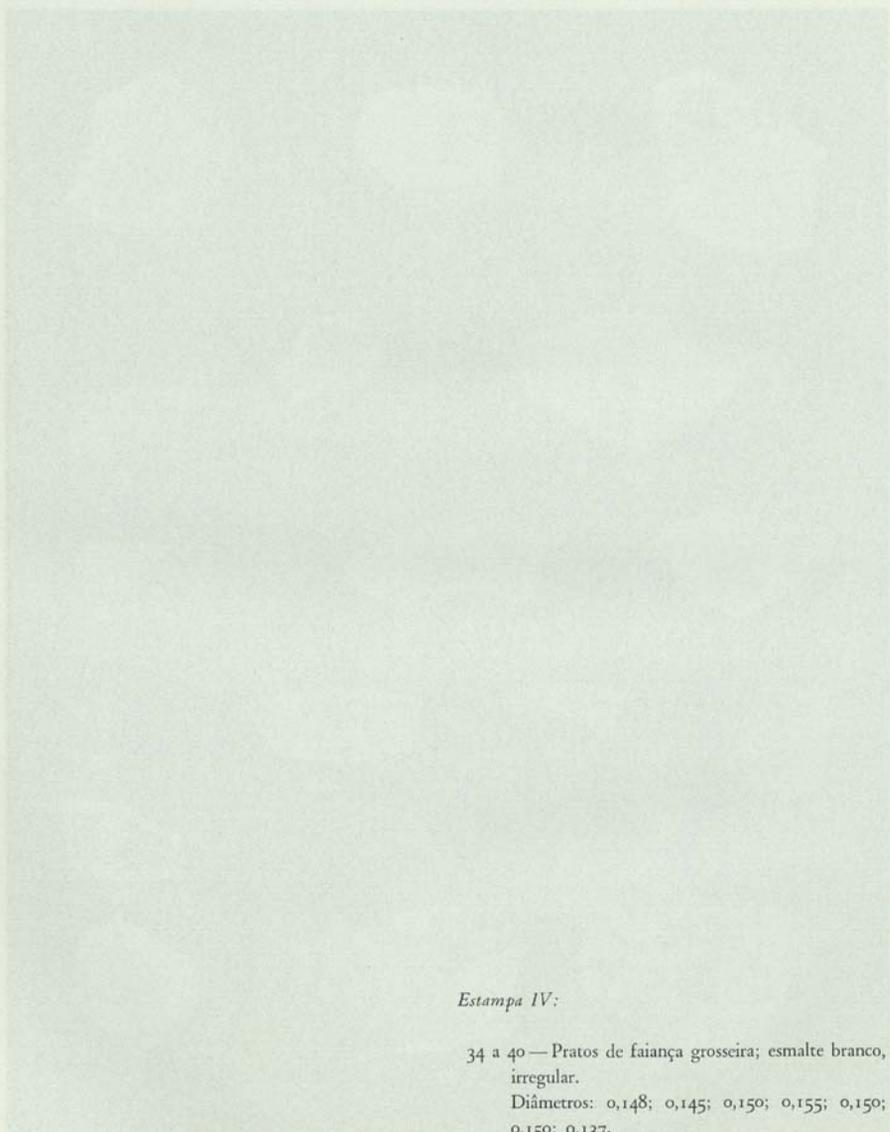
31



32



33



Estampa IV:

34 a 40 — Pratos de faiança grosseira; esmalte branco, irregular.

Diâmetros: 0,148; 0,145; 0,150; 0,155; 0,150; 0,150; 0,137.



34



35



36



37



38



39



40

Estampa V:

- 41 a 46 — Pequenos fragmentos de pratos de faiança; esmalte branco com decoração de tipo barroco, a azul e avinhado.
- 47 a 50 — Pequenos fragmentos de abas de pratos de faiança; esmalte branco com decoração seicentista do tipo «aranhões» a azul e avinhado.



41



42



43



44



45



46



47



48



49



50

Estampa VI:

51, 52, 53, 54, 56 e 57—Fragmentos de potes de faiança grosseira; esmalte branco, irregular; bojo pronunciado.

55—Galheta de faiança, incompleta; esmalte branco com decoração vegetalista, em azul.
Altura: 0,11.

58—Fragmento de taça de faiança; esmalte branco com decoração em azul, constituída por uma banda, tendo, como motivo repetido, semi-círculos concêntricos; no interior, paralelamente ao bordo, um filete e, no fundo, vários círculos concêntricos.

59—Fragmento de prato de faiança; esmalte branco com decoração em azul, constituída por uma banda que percorre a aba, tendo, como motivo repetido, semi-círculos concêntricos; o fundo preenchido por uma rosácea.



51



52



53



54



55



56



57



58



59

Estampa VII:

- 60 — Tijela de faiança grosseira incompleta; esmalte branco, irregular, com decoração simples, em azul (folhas estilizadas).
- 61 — Fragmento de tijela de faiança grosseira; esmalte levemente azulado, irregular, com decoração simples, em azul (folhas estilizadas contidas entre filetes paralelos).
- 62 — Taça com o bordo levemente recntrante de faiança grosseira, incompleta; esmalte branco, irregular, com decoração simples em azul (folhas estilizadas).
Altura: 0,075.
- 63 — Pote de faiança grosseira, incompleto. Esmalte branco irregular com decoração em azul (haste com folhas).
- 64 — Taça de faiança grosseira; esmalte branco com decoração simples, em azul (folhas estilizadas).
Altura: 0,075; diâmetro: 0,188.
- 65 — Malga de faiança grosseira, incompleta; esmalte branco, irregular, com pinceladas, ao longo do bordo, em azul.
Altura: 0,052.
- 66 — Pote de faiança grosseira, incompleta; esmalte branco, irregular, com decoração em azul (folhas estilizadas).



60



61



62



63



64



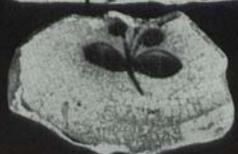
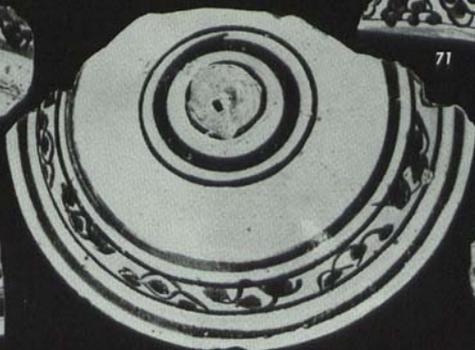
65



66

Estampa VIII:

- 67— Jarro de faiança grosseira; esmalte branco, irregular, com decoração em azul e avinhado (banda com motivos estilizados).
- 69— Pequena leiteira de faiança grosseira; esmalte branco, irregular; decoração idêntica.
- 68, 74, 77— Fragmentos de tampas de boiões e de terrina (74) de faiança; decoração idêntica.
- 70, 71, 73 e 75— Pequenos fragmentos de taças de faiança; decoração idêntica.
- 72, 76, 78— Fragmentos de pratos de faiança grosseira; decoração idêntica à dos números anteriores; nos fragmentos n.^{os} 72 e 78 nota-se parte do fundo decorado com motivos florais.
- 79, 80, 81— Fragmentos de fundos de pratos de faiança grosseira decorados com motivos florais, azul e avinhado.



79

80

81

Estampa IX:

- 82 a 88 — Pequenos fragmentos de pratos e boiões de faiança; esmalte branco com decoração do tipo «mosca» em castanho avinhado.
- 89, 90 — Pequenos fragmentos de vasilhas de faiança grosseira; esmalte branco irregular com decoração em azul, do tipo «esponjados».
- 91, 92, 93 — Pequenos fragmentos de vasilhas de faiança grosseira; esmalte branco irregular com decoração em azul e avinhado (haste com folhas).
- 94 — Pequeno fragmento de aba de prato de faiança com decoração de tipo estilizado, em azul.



82



83



84



85



86



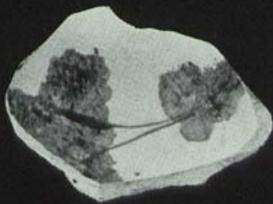
87



88



89



90



91



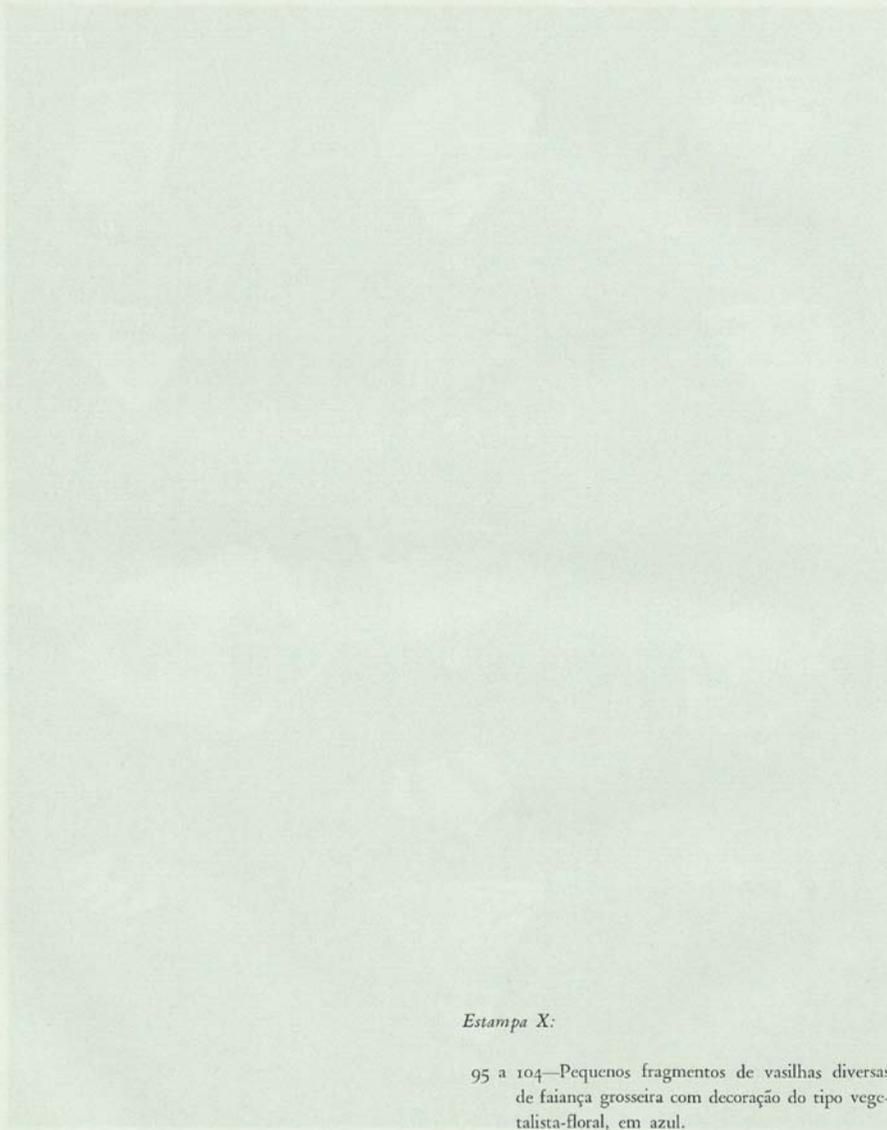
92



94



93



Estampa X:

95 a 104—Pequenos fragmentos de vasilhas diversas de faiança grosseira com decoração do tipo vegetalista-floral, em azul.



95



96



97



98



99



100



102



101



103



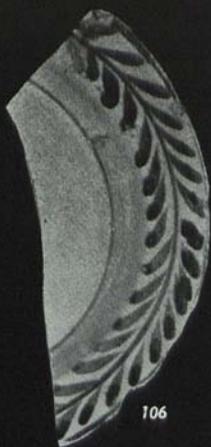
104

Estampa XI:

- 105—Fragmento de taça de faiança; esmalte branco azulado com decoração em azul mais intenso (figura humana entre elementos de carácter vegetalista; ao longo do bordo uma faixa de tipo geométrico).
- 106—Fragmento de prato de faiança; esmalte levemente azulado, com decoração constituída por uma haste com folhas disposta ao longo da aba, em azul forte.
- 107, 108 e 109—Fragmentos de pratos de faiança grosseira; esmalte branco com decoração estilizada, em azul.
- 110 e 112—Fragmentos de abas de pratos de faiança grosseira; esmalte branco, tendo, como decoração, uma cruz de Malta, em azul.
- 111—Fundo de taça de faiança; esmalte branco, tendo, como decoração, as armas reais portuguesas, em azul.
- 113—Fragmento de aba de prato de faiança; esmalte branco, irregular, tendo, como decoração, o emblema dos franciscanos em azul contornado a avinhado.



105



106



107



109



108



110



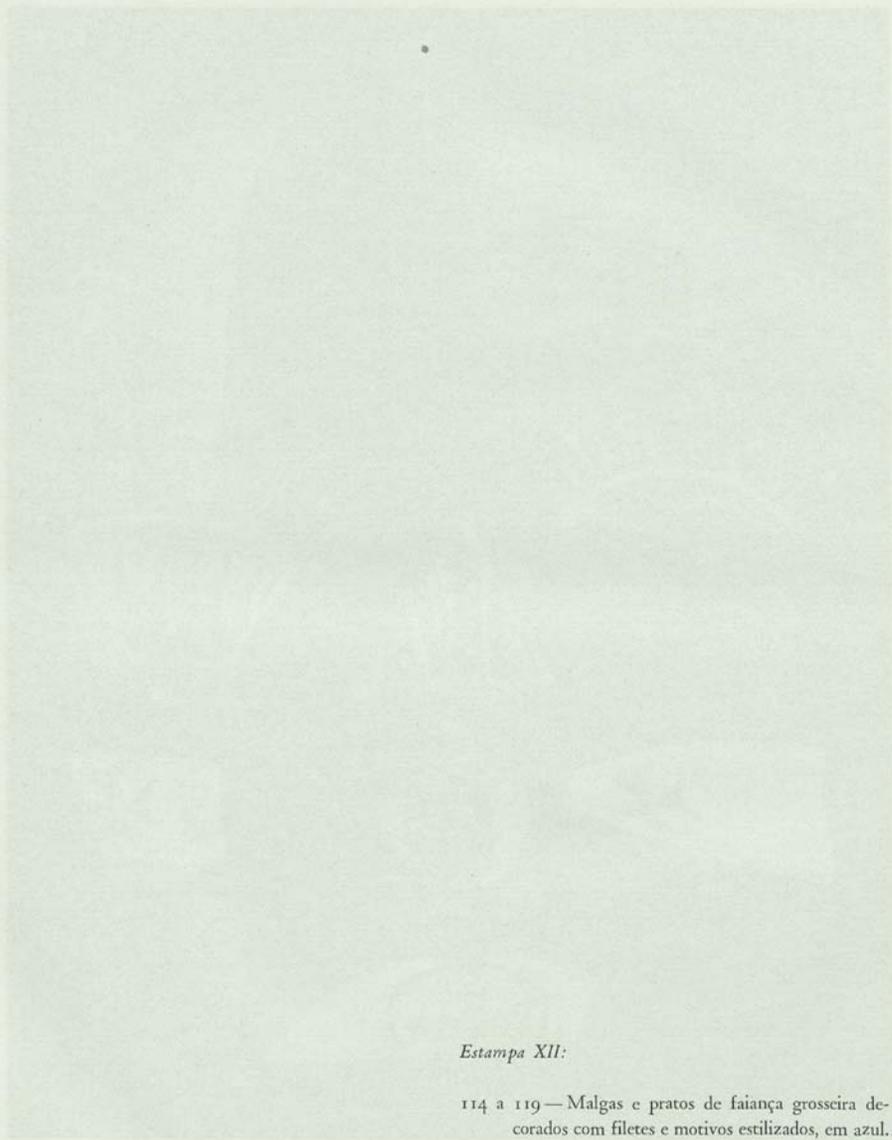
111



112



113



Estampa XII:

114 a 119 — Malgas e pratos de faiança grosseira decorados com filetes e motivos estilizados, em azul.



114



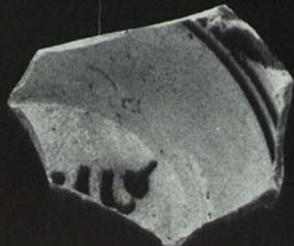
115



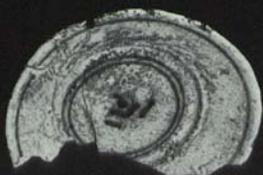
116



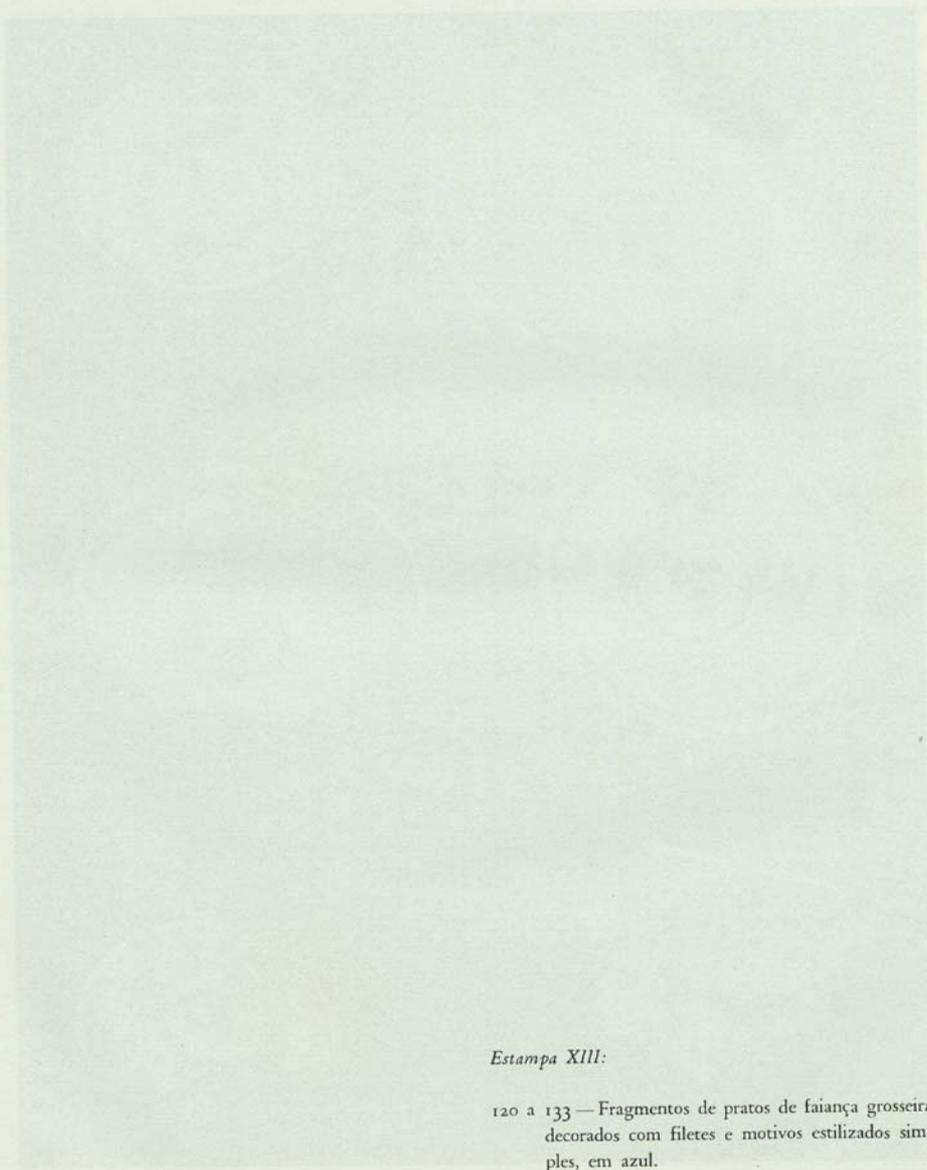
117



118

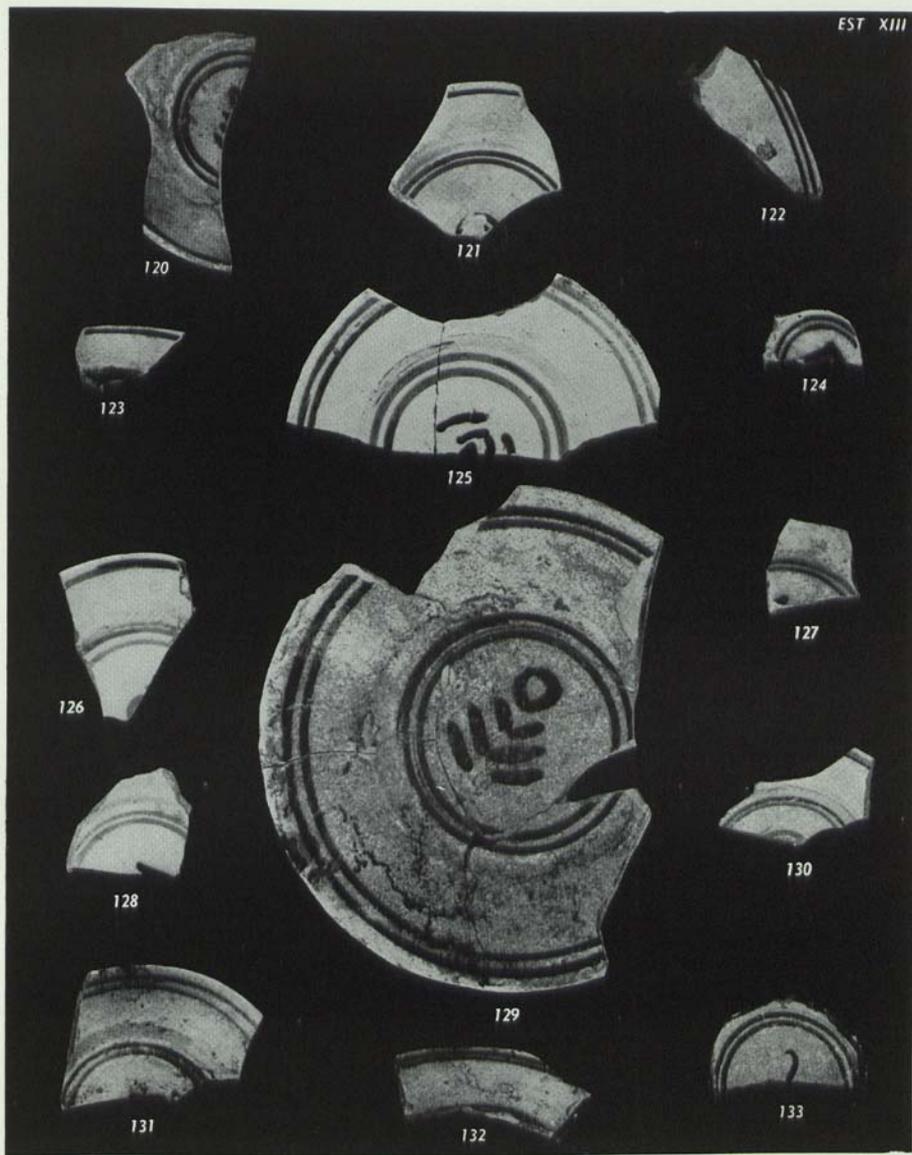


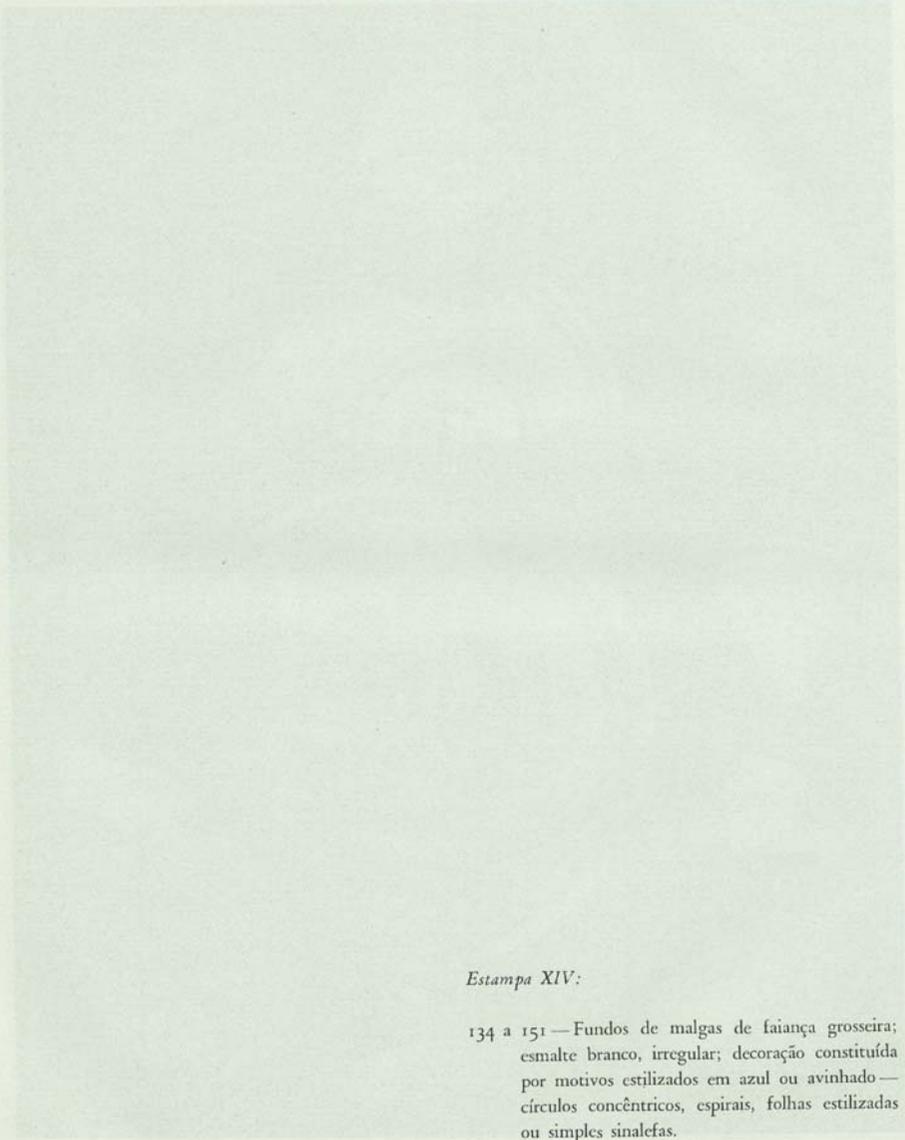
119



Estampa XIII:

120 a 133 — Fragmentos de pratos de faiança grosseira decorados com filetes e motivos estilizados simples, em azul.





Estampa XIV:

134 a 151 — Fundos de malgas de faiança grosseira; esmalte branco, irregular; decoração constituída por motivos estilizados em azul ou avinhado — círculos concêntricos, espirais, folhas estilizadas ou simples sinalefas.



134



135



136



137



139



138



140

141



142



144



143



145



146



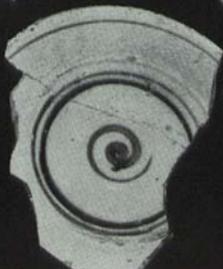
147



148



149



150



151

Estampa XV:

152 a 159 — Fragmentos de malgas e pratos de faiança grosseira; esmalte branco, irregular; decoração, em azul, constituída por bandas formadas por arcos entrecruzados, linhas onduladas e motivos estilizados.

160 a 162 — Fragmentos de abas de pratos de faiança grosseira; esmalte branco, irregular; decoração, em azul, constituída por uma banda com motivos vegetalistas estilizados.



152



153



154



155



156



157



158



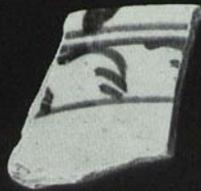
159



160



161



162

Estampa XVI:

- 163 — Bacio de faiança grosseira, incompleto; esmalte branco irregular, tendo, como decoração, ao longo do bojo, uma ramagem do tipo «esponjados» a azul com as hastes em castanho avinhado.
Altura: 0,162.
- 164 — Boião de barro com esmalte branco (tipo grés chinês) com o bojo pronunciado e o bordo levemente saliente.
Altura: 0,085.
- 165 — Bacio de faiança grosseira, incompleto; esmalte branco, irregular, tendo, como motivo decorativo, uma ramagem de tipo «esponjados», em azul.
Altura: 0,155.
- 166 e 167 — Fragmentos de pias de água-benta de suspensão, em faiança; esmalte branco com decoração em azul.
Alturas: 0,093; 0,125.



163



164



165



166



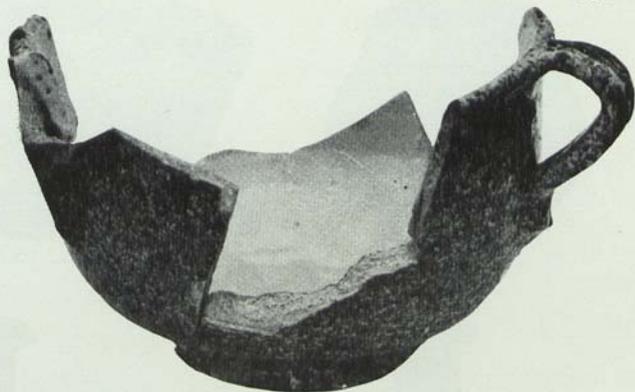
167

Estampa XVII:

- 168 — Pequena estatueta de barro policromado representando o «Senhor da Cana Verde».
Altura: 0,075.
- 169 — Pote de faiança com bico e asa. Esmalte azul, salpicado de branco.
Altura: 0,123; diâmetro: 0,178.
- 170 — Taça de barro cozido com leve camada de vidro esbranquiçado; perfil angular.
Altura: 0,07; diâmetro: 0,155.
- 171 — Bilha de barro cozido com vidro. Gargalo e asa quebrados.
Altura: 0,125.
- 172 — Tapa de perfumador de barro cozido com decoração em relevo — cabeças de anjo e florões.
Altura: 0,095.



168



169



170



171



172

Estampa XVIII:

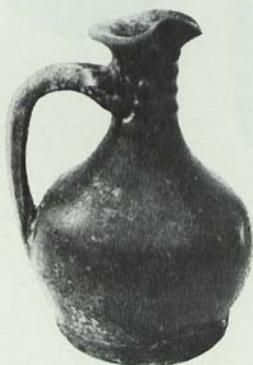
- 173— Taça de barro cozido com leve camada de vidrado esbranquiçado; perfil angular.
Diâmetro: 0,140; altura: 0,065.
- 174— Pote de barro cozido em forma de urna — bojo saliente e colo mais ou menos cilíndrico.
Altura: 0,125.
- 175— Bilha de azeite de barro com vidrado esverdeado.
Altura: 0,145.
- 176— Bilha de azeite de barro com vidrado amarelado.
Altura: 0,205.
- 177— Caçoula com duas orlhetas de barro cozido.
Altura: 0,104; diâmetro: 0,230.
- 178— Tijela de barro cozido em forma de calote esférica. Incompleta.
Altura: 0,07.



173



174



175



176



177



178



Estampa XIX:

179 — Fragmento de vaso de barro cozido (alcatruz?).

180 — Pote de barro cozido grosseiro; bojo pouco pronunciado e gargalo levemente estrangulado.
Altura: 0,10.

181 — Bilha de barro cozido com o gargalo e asa quebrados.
Altura: 0,24.

182 — Prato de faiança grossieira; esmalte acinzentado, irregular com decoração em azul. Incompleto.
Altura: 0,24.

EST. XIX



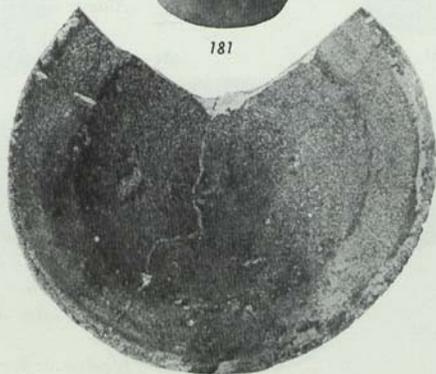
179



180



181



182

Estampa XX:

- 183—Pote de barro cozido com asa; bojo pronunciado.
Altura: 0,105.
- 184—Pequeno alguidar de barro cozido; fundo plano e bordo sublinhado exteriormente por uma canelura.
Altura: 0,057; diâmetro: 0,155.
- 185—Pote de barro cozido com asa.
Altura: 0,75.
- 186—Grande pote de barro cozido com duas pegas (quebradas), decorado com cordões em relevo percorridos por dedadas.
Altura: 0,445.
- 187—Tijela de barro cozido com o fundo plano e rebordo saliente.
Altura: 0,065; diâmetro: 0,135.
- 188—Alguidar de barro cozido e vidrado.
Altura: 0,10; diâmetro: 0,252.



183



184



186



185



187



188

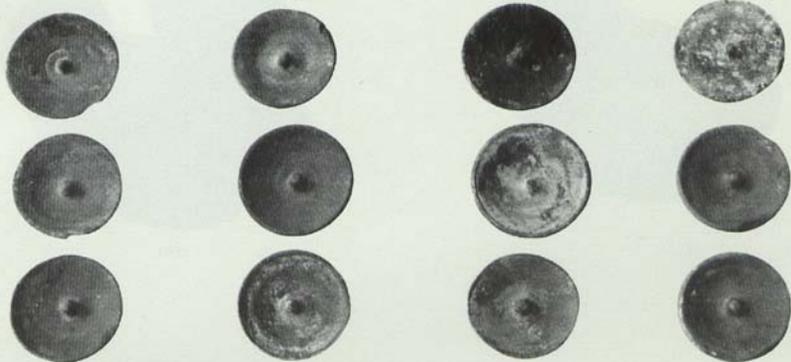


Estampa XXI:

189—Pequenos testos de barro cozido.

190—12 alcatruzes que faziam parte duma nora, 11 dos quais de barro cozido e um deles (o primeiro da esquerda) em madeira.

EST XXI



189



190

67

Estampa XXII:

191 a 195 — Pequenos púcaros de barro fino, cozido, com asa; bojo pronunciado e bordo levemente divergente.

Alturas: 0,085; 0,08; 0,075; 0,07; 0,77; 0,073.



191



192



193



194



195



196

Estampa XXIII:

197 a 202 — Pequenos púcaros de barro fino, cozido,
com asa; bojo pronunciado e bordo levemente
divergente.

Alturas: 0,08; 0,10; 0,08; 0,10; 0,105.



197



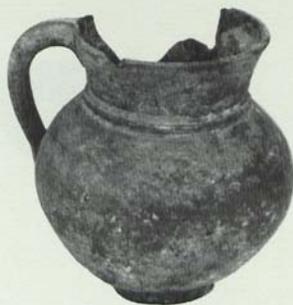
197-A



198



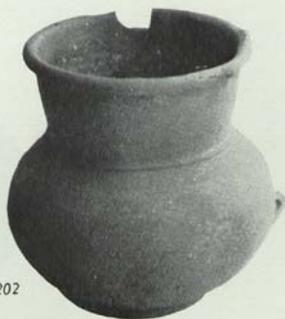
199



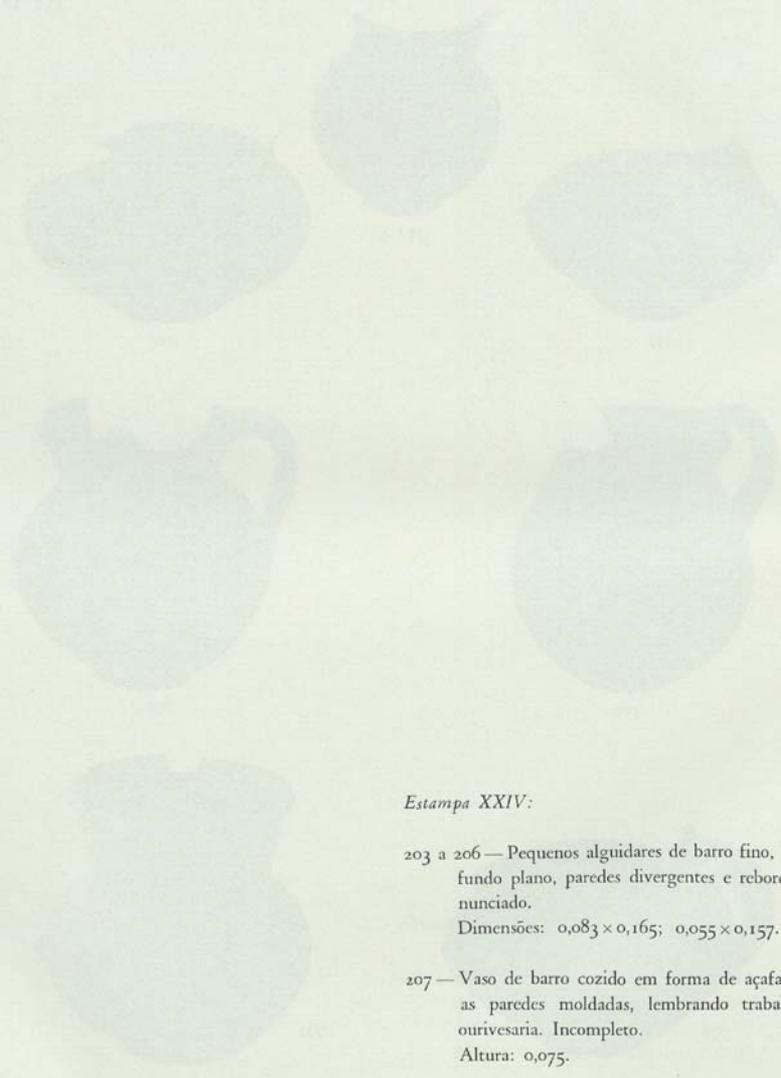
200



201



202



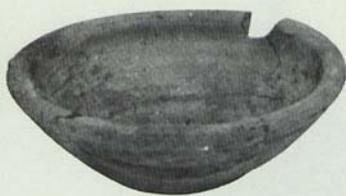
Estampa XXIV:

- 203 a 206 — Pequenos alguidares de barro fino, cozido; fundo plano, paredes divergentes e rebordo pronunciado.
Dimensões: 0,083 x 0,165; 0,055 x 0,157.

- 207 — Vaso de barro cozido em forma de açafate com as paredes moldadas, lembrando trabalho de ourivesaria. Incompleto.
Altura: 0,075.



203



204



205



206



207

Estampa XXV:

- 208 — Tacho de cobre com pega, muito deteriorado.
Diâmetro: 0,15.
- 209 — Pequena candeia de bronze com bico.
Diâmetro: 0,085 x 0,063.
- 210 — Ornato de bronze.
- 211 — Apito de barro cozido.
- 212 — Dois pequenos cachimbos de gesso.
- 213 — Jarro de vidro. Incompleto.

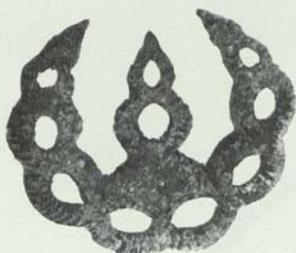
EST. XXV



208



209



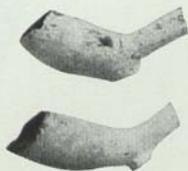
210



211



213



212



Estampa XXVI:

214—Algaída de cobre com duas pegas.
Altura: 0,127; diâmetro: 0,255.

215—Caldeirinha de cobre com pega de suspensão.
Altura: 0,135; diâmetro: 0,22.

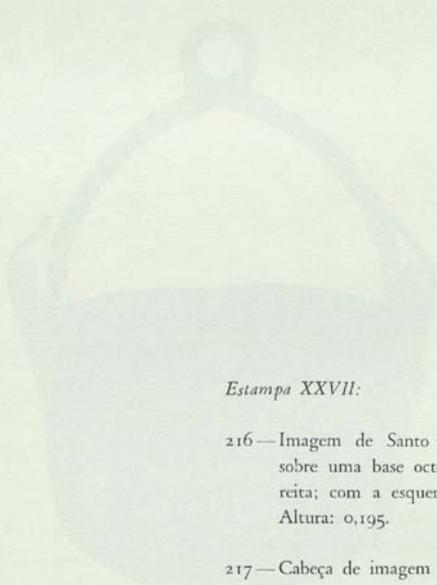
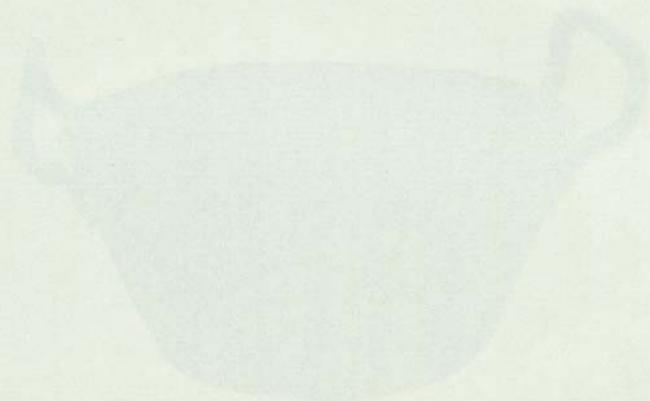
EST. XXVI



214



215



Estampa XXVII:

- 216—Imagem de Santo António de barro cozido, sobre uma base octogonal; falta-lhe a mão direita; com a esquerda segura um livro.
Altura: 0,195.
- 217—Cabeça de imagem em barro cozido enegrecida pelo fogo.
Altura: 0,092.

EST. XXVII



216



217

79

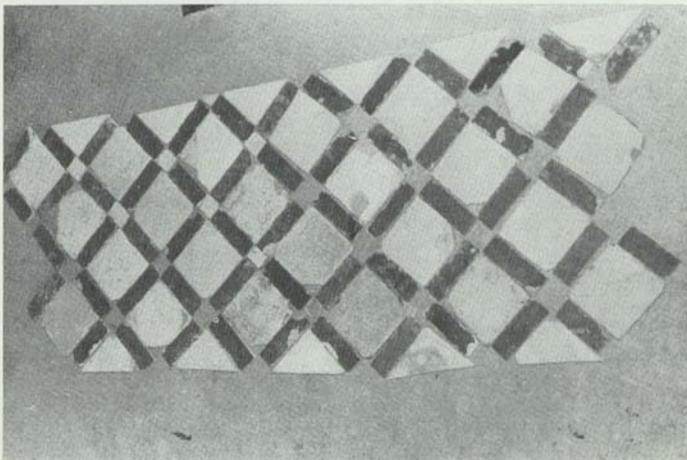
Estampa XXVIII:

- 1 — Alguns fragmentos de azulejos policrómicos do tipo vulgarmente conhecido por hispano-árabe. Séculos xv-xvi.
Retirados do entulho.

- 2 — Conjunto de azulejos geométricos ou de «caixilho», em azul e branco. Séculos xvi-xvii.
Parte deles encontrados no entulho e outra parte revestia uma parede dos compartimentos situados no ângulo NE (Figs. 14 e 15).



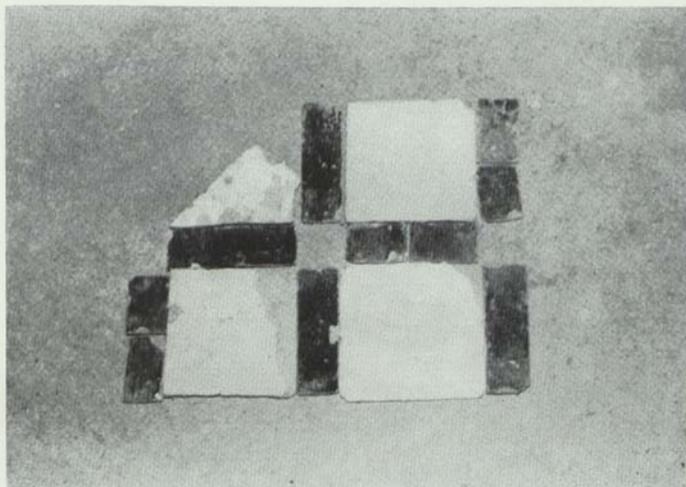
1



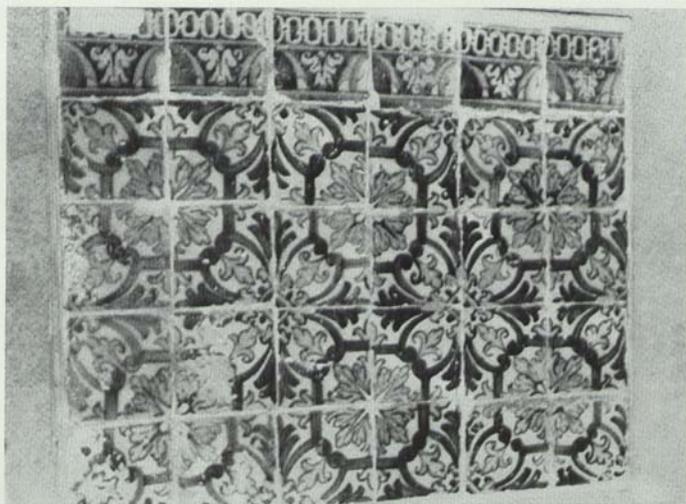
2

Estampa XXIX:

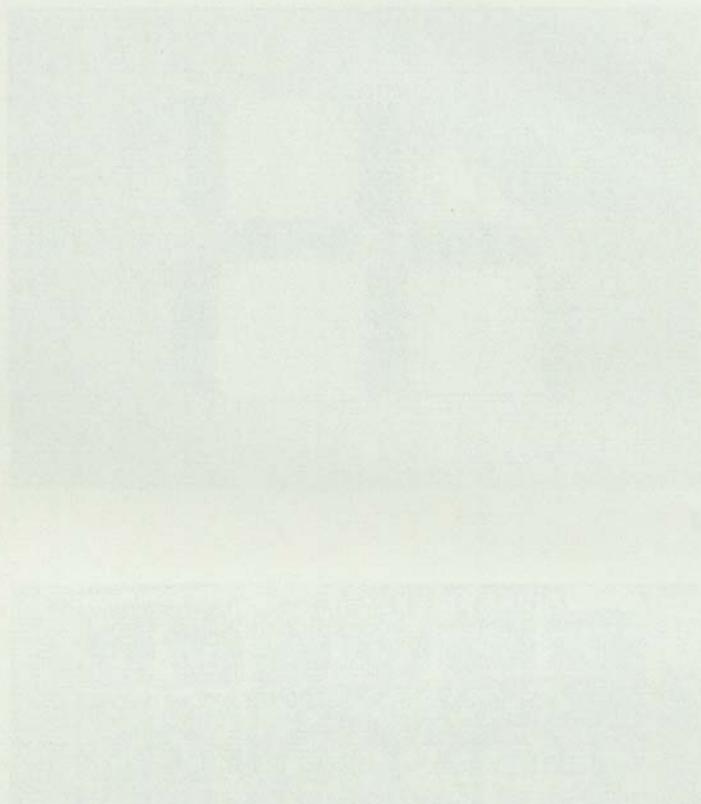
- 3— Conjunto de azulejos do tipo geométrico ou de «caixilho», em branco e verde. Séculos xvi-xvii. Retirados do entulho.
- 4— Conjunto de azulejos do tipo «tapete», a branco, azul e amarelo. Século xvii.



3

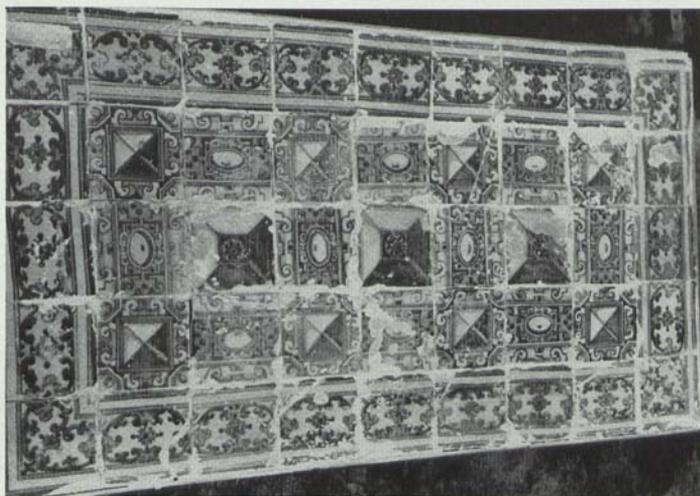


4

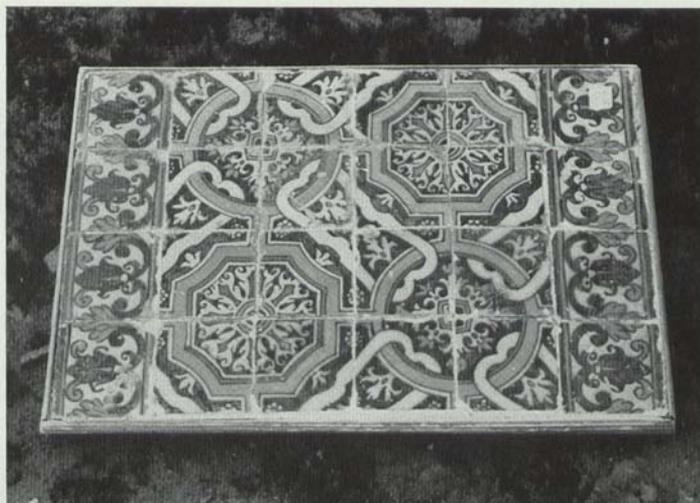


Estampa XXX:

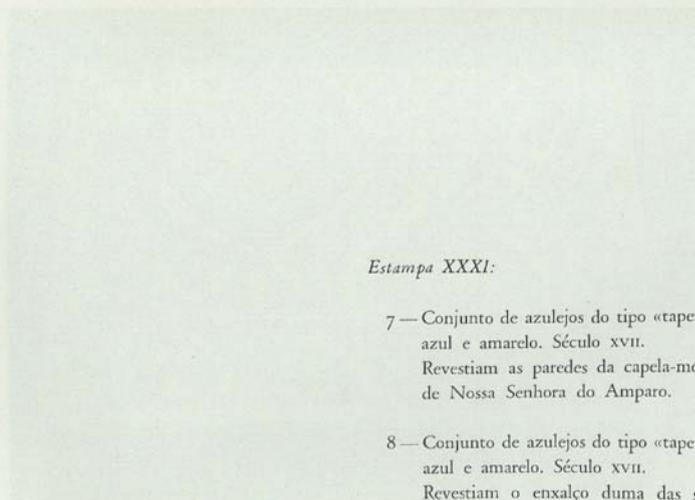
- 5—Conjunto de azulejos do tipo «ponta de diamante», a branco, azul e amarelo. Século xvii. Revestiam os lambrins da nave da Ermida de Nossa Senhora do Amparo.
- 6—Conjunto de azulejos do tipo «tapete», a branco, azul e amarelo. Século xvii. Revestiam as paredes do compartimento situado por detrás da Ermida de Nossa Senhora do Amparo (Sacristia?).



5



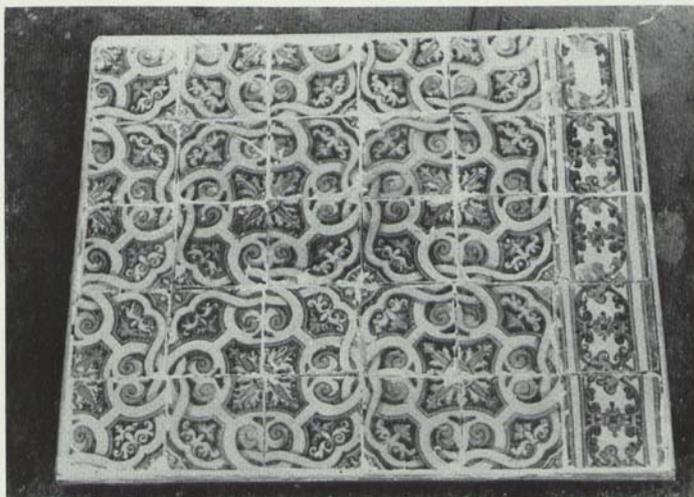
6



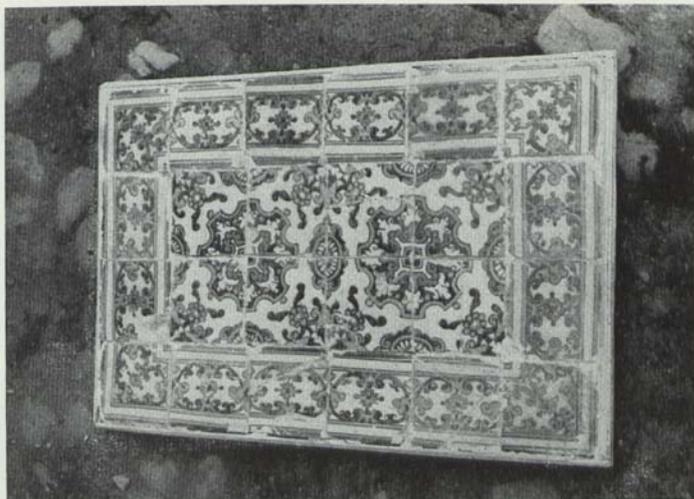
Estampa XXXI:

- 7— Conjunto de azulejos do tipo «tapete», a branco, azul e amarelo. Século xvii.
Revestiam as paredes da capela-mór da Ermida de Nossa Senhora do Amparo.

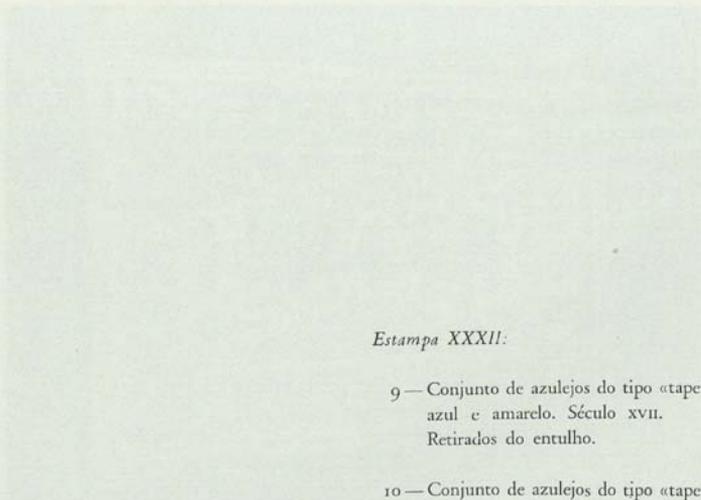
- 8— Conjunto de azulejos do tipo «tapete», a branco, azul e amarelo. Século xvii.
Revestiam o ençalço duma das saídas laterais da capela-mór da Ermida de Nossa Senhora do Amparo.



7

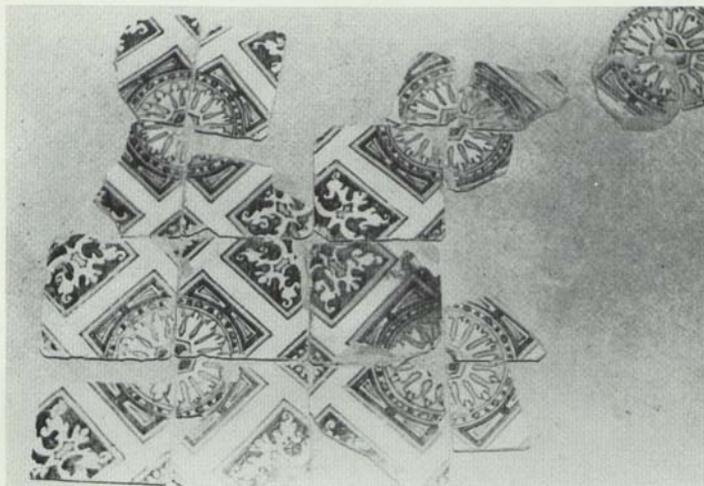


8

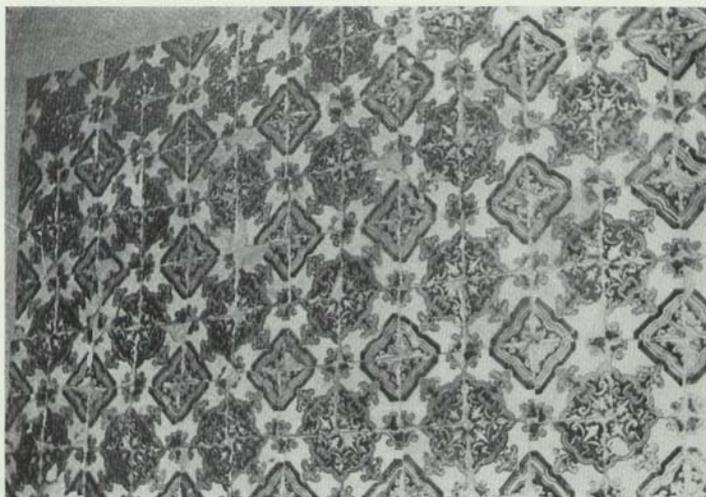


Estampa XXXII:

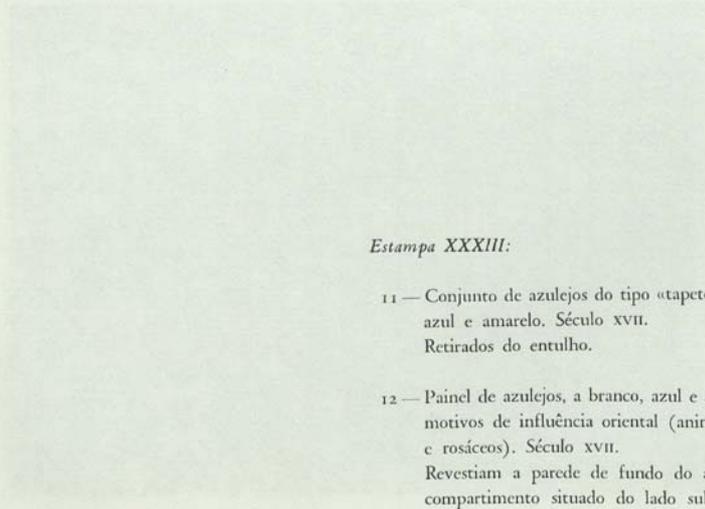
- 9 — Conjunto de azulejos do tipo «tapete», a branco, azul e amarelo. Século xvii. Retirados do entulho.
- 10 — Conjunto de azulejos do tipo «tapete», a branco, azul e amarelo. Século xvii. Retirados do entulho.



9



10

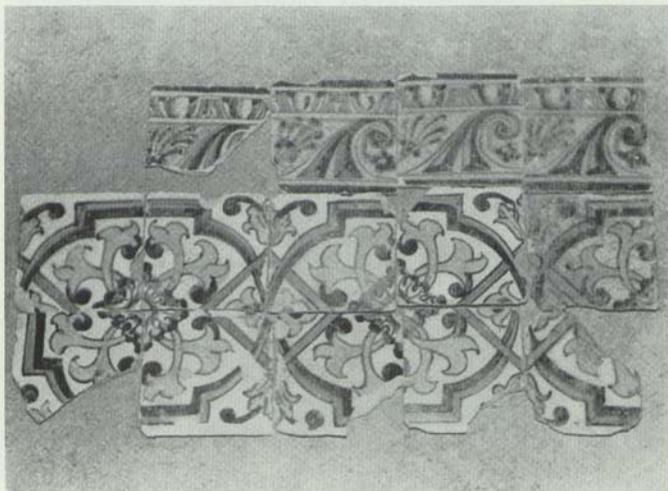


Estampa XXXIII:

- 11 — Conjunto de azulejos do tipo «tapete», a branco, azul e amarelo. Século xvii.
Retirados do entulho.

- 12 — Painel de azulejos, a branco, azul e amarelo com motivos de influência oriental (animais exóticos e rosáceos). Século xvii.
Revestiam a parede de fundo do altar (?) do compartimento situado do lado sul da Ermida de Nossa Senhora do Amparo.

EST. XXXIII



11



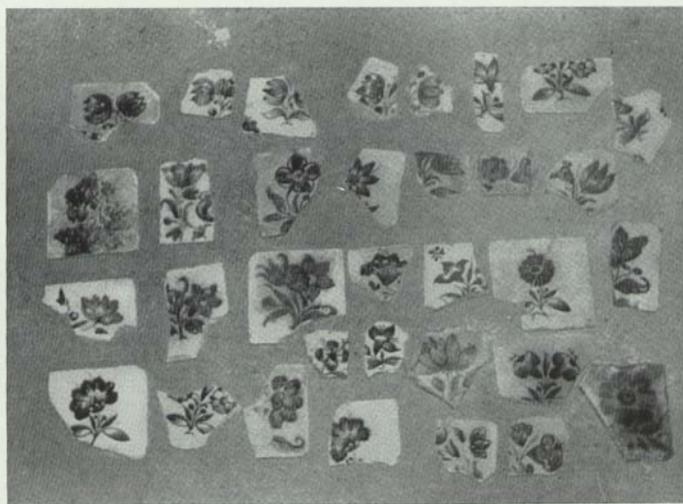
12

Estampa XXXIV:

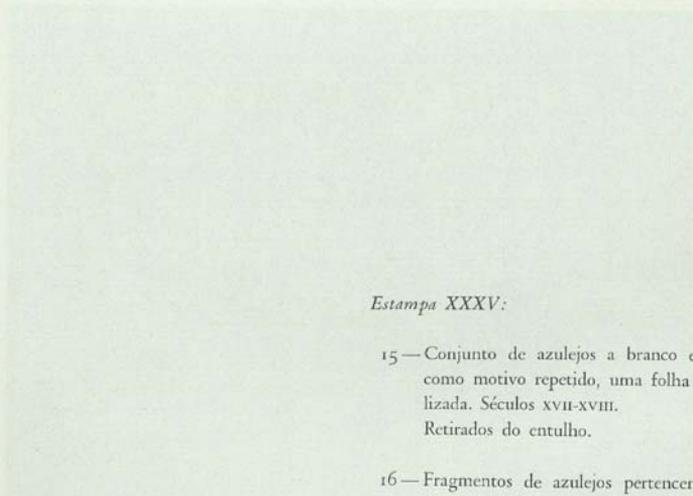
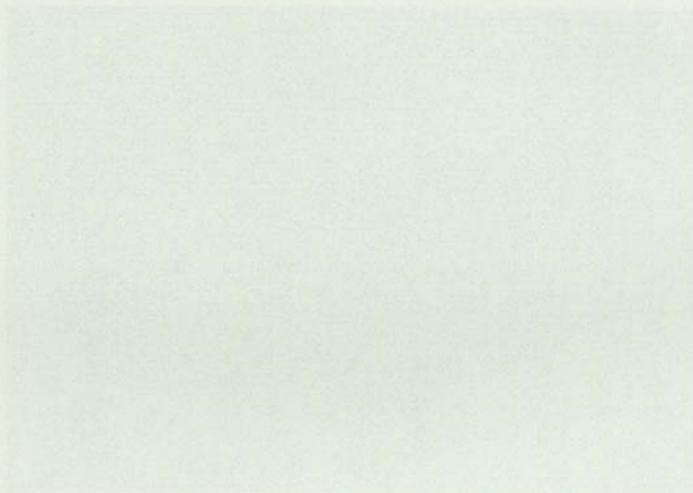
- 13—Conjunto de azulejos a branco e azul, tendo, como motivo repetido, uma rosácea e folhas estilizadas; orla constituída por uma barra de tipo floral. Séculos xvii-xviii.
Revestiam o exterior da parede sul da Ermida de Nossa Senhora do Amparo.
- 14—Conjunto de fragmentos de azulejos de «figura solta» (flores), em azul sobre fundo branco. Séculos xvii-xviii.
Retirados do entulho.



13

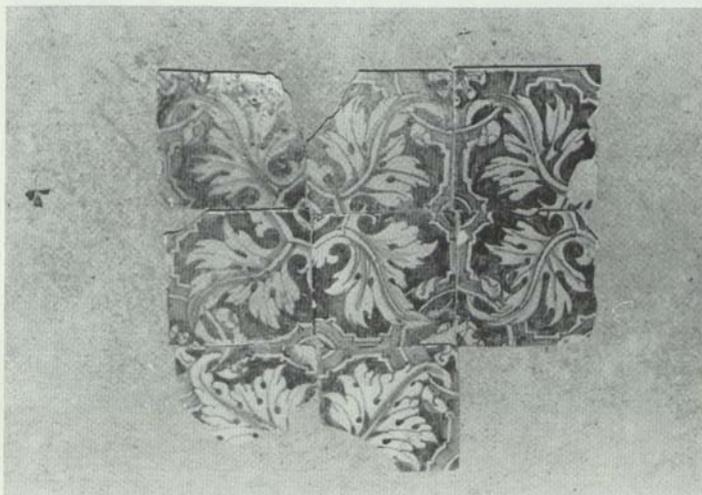


14

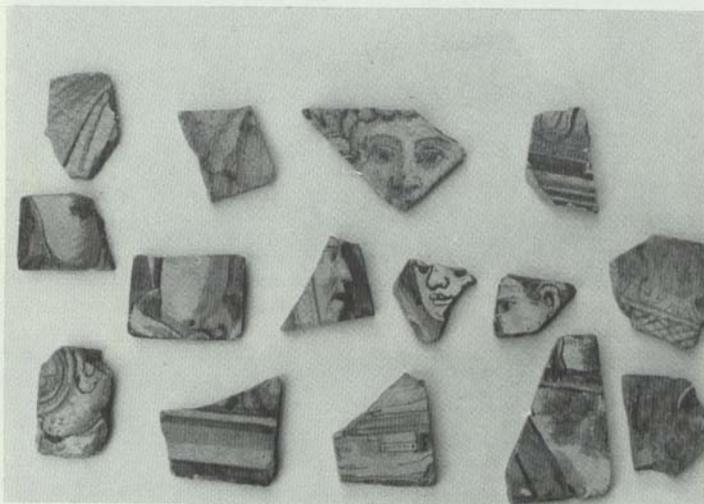


Estampa XXXV:

- 15—Conjunto de azulejos a branco e azul, tendo, como motivo repetido, uma folha de parra estilizada. Séculos xvii-xviii.
Retirados do entulho.
- 16—Fragmentos de azulejos pertencentes a painéis do tipo figurativo, a branco e azul. Século xviii.
Retirados do entulho.



15



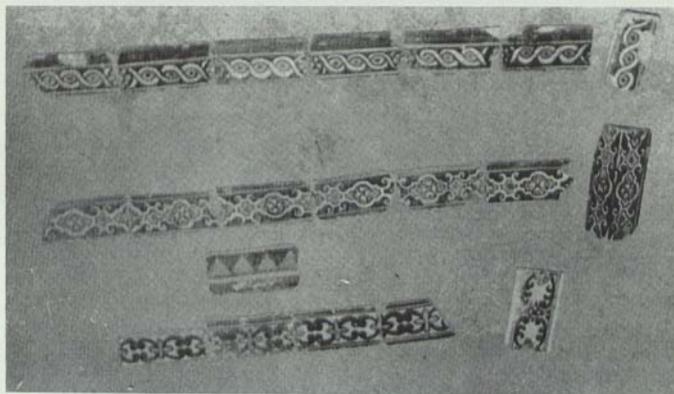
16

Estampa XXXVI:

- 17— Conjunto de azulejos, a branco e azul, com motivos vegetalistas estilizados. Século XVIII.
Retirados do entulho.
- 18— Vários tipos de barras e de revestimento de cunhais de azulejos, a branco, azul e amarelo. Século XVII.
Retirados do entulho.
- 19— Barra de azulejos, a branco e azul, formando um encordoado. Século XVIII.
Retirados do entulho.



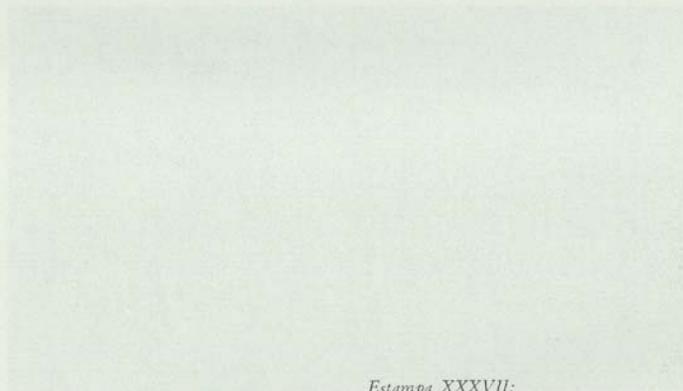
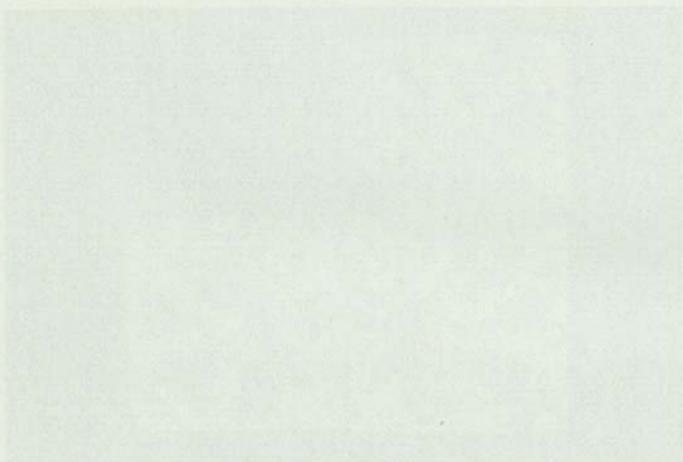
17



18

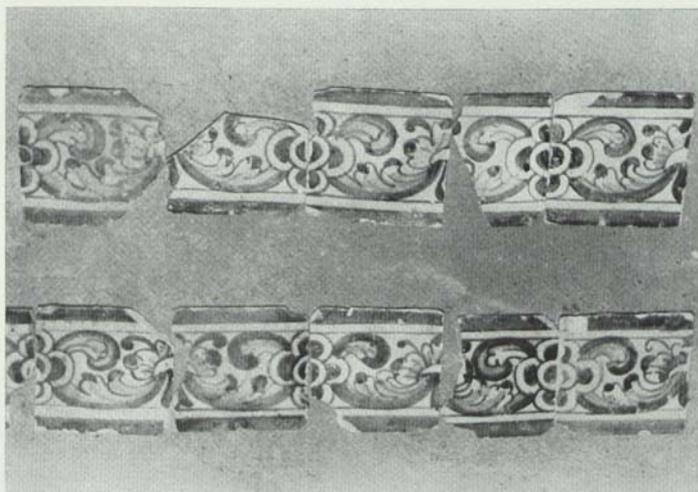


19

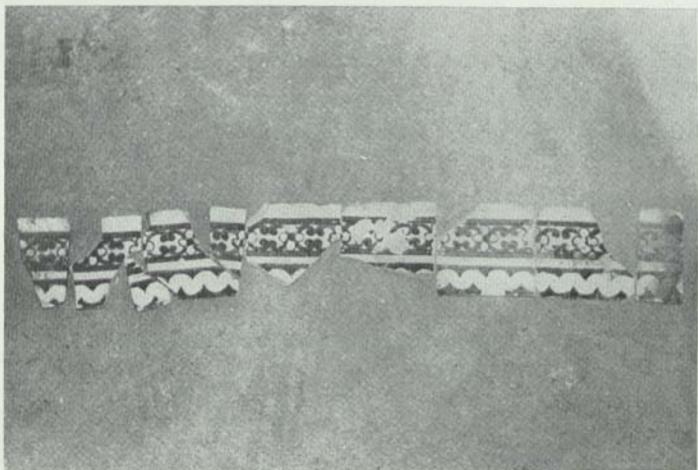


Estampa XXXVII:

- 20 — Barra de azulejos, a branco e azul, tendo, como motivo, uma rosácea e folhas estilizadas. Século XVIII.
Retirados do entulho.
- 21 — Barra de azulejos a branco e azul, tendo, como motivo, uma banda de flores estilizadas sobre uma linha ondulada.
Retirados do entulho.



20



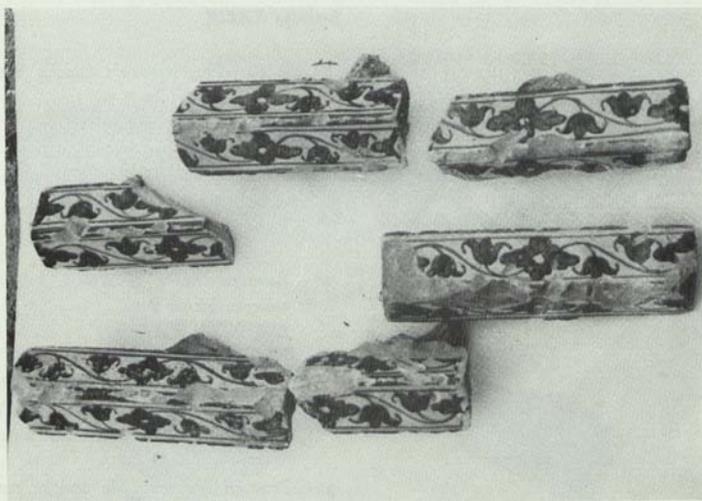
21

Estampa XXXVIII:

- 22 — Fragmentos de revestimento de cunhais de azulejos, com decoração barroca, a branco e azul. Séculos xvii-xviii. Retirados do entulho.
- 23 — Fragmentos de revestimento de cunhais de azulejos, com motivos florais estilizados, a branco e azul. Século xviii.



22



23

Estampa XXXIX:

- 24, 25, 26—Fragmentos de azulejos, a branco, azul e amarelo. Século xvii.
Retirados do entulho.
- 27—Fragmentos de azulejos, a branco e azul, com motivos florais. Séculos xvii-xviii.
Retirados do entulho.
- 28—Barra de lambril de azulejo, a branco, azul e amarelo. Século xvii.
Retirados do entulho.
- 29—Pequeno fragmento de azulejo, notando-se a inicial **S** (omnium Sanctorum?) a branco, azul e amarelo. Século xvii. Retirados do entulho.
- 30—Pequeno fragmento de azulejo, notando-se as iniciais **NGC**.
Retirados do entulho.

EST. XXXIX.



24



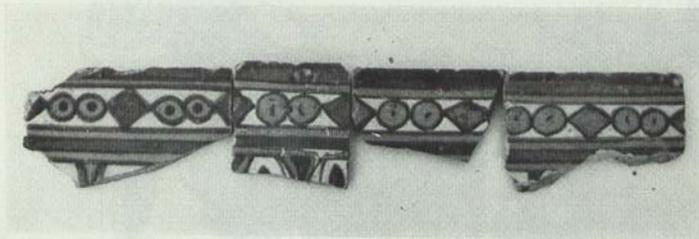
25



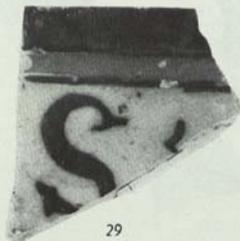
26



27



28



29



30



«CAMÕES:—AMOR E SAUDADE
EM LISBOA»

I—NA IGREJA DAS CHAGAS

*Próxima vinha a nobre Catarina
Da porta principal da igreja, quando
seu olhar encontrou suave e brando
O olhar de um moço de presença fina.*

*E ao fulgor desse olhar ardente, inclina
A dama o rosto tímido, corando . . .
Arfa-lhe o níveo seio, palpitando,
Em doida e estranha comoção divina.*

*Camões, que outro não era o moço, ardido,
Num gesto de galã desvanecido,
— Quem vos pudera merecer! — murmura.*

*E a dama, ao ouvi-lo, lânguida sorria,
Pois que em todos os tempos a ousadia
Ao amor nunca trouxe desventura.*

II — «NUMA CASA, A SANT'ANA»

*Junto de um catre vil, grosseiro e feio,
por uma noite de luar saudoso,
Camões, pendida a fronte sobre o seio,
Cisma embebido num pesar lutuoso . . .*

*Eis que na rua um cântico amoroso
Subitâneo se ouviu da noite em meio:
Já se abrem as adufas com receio . . .
Noite de amores! que trovar mimoso!*

*Camões acorda, e à gelosia assoma,
E aquele canto, como um antigo aroma,
Ressuscita-lhe os risos do passado.*

*Viu-se moço e feliz, e ab! nesse instante,
No azul viu perpassar, claro e distante,
De Natércia gentil, o vulto amado . . .*

GONÇALVES CRESPO
RIO DE JANEIRO (BRASIL) — 1846 — 1883



SUBSÍDIOS PARA UMA BIBLIOGRAFIA GERAL DE LISBOA

(CONTINUAÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR)

POR COSTA GARCEZ

LACERDA (António Augusto Correia de)
Procissão do Corpo de Deus in «Ilustração», vol. I,
n.º 3 — Lisboa, 1845.

*Portos de Portugal e dos seus domínios ultrama-
rinos* in «Anais do Clube Militar Naval», Se-
tembro — Lisboa, 1939.

LACERDA (Raul de)
Senhor (O) Saúdades — Lisboa, 1900 — Lisboa,
1943. 137 pp.

LADY JACKSON
Ver: Jackson (*Catarina Carlota-Lady*)

LAGET (Paulo de)
Portugal (En) — Paris, 1932, 308 pp.

LAMARRE (Clovis) e LAMY (Georges)
Portugal (Le) et l'Exposition de 1878 — Paris,
1878.

LAMAS (Artur)
*Casa Nobre (A) de Lázaro Leitão no sítio da
Junqueira* — Lisboa, 1925, 216 pp.

Ponte (A) da Junqueira — Lisboa, 1923, 6 pp.

*Quinta (A) de Diogo de Mendonça no sítio da
Junqueira* — Lisboa, 1924, 55 pp.

Rua da (A) Junqueira — *Cartas compiladas e ano-
tadas pelo autor de algumas delas* — Sep. da Re-
vista «Arqueologia e História» — Lisboa, 1922,
44 pp.

Sejour (Le) à Lisbonne de Charles Wiener —
Chalon-sur-Saone, 1910, 15 pp.

- LAMBER (Juliette Adam)
Patrie (La) Portugaise—(*Souvenirs personnels*)
—Paris, 1896, 398 pp.
- LAMI (Marcel)
Terre d'Aventure—Paris, 1900, 184 pp.
- LAMPREIA (Joaquim Manuel de Moura)
Memórias de Frei Pancrácio da Lourinbã—Lisboa.
- LAMY (Georges) e LAMARRE (Glovis)
Portugal (Le) et l'Exposition de 1878—Paris, 1878.
- LAN (Jules)
Parallèle entre le Marquis de Pombal (1738-1777) et le Baron Haussmann (1852-1869)—Paris, 1896. 356 pp.
- LANDMANN (George)
Historical, military and picturesque observations on Portugal—2 volumes—London, 1891.
- LANGHANS (Franz-Paul de Almeida)
Antigas (As) corporações dos ofícios mecânicos e a Câmara de Lisboa—Sep. da «Revista Municipal» n.ºs 7, 8 e 9—Lisboa, 1942, 31 pp.
- Casa (A) dos Vinte e Quatro de Lisboa*—*Subsídios para a sua história*—Lisboa, 1948, XXIV + 418 pp.
- Instituição (A) Administrativa de Lisboa*—Maior in «Primeira Reunião Oligóponese», vol. I, pp. 149 a 165—Lisboa, 1948.*
- Notas para a História da Casa dos Vinte e Quatro* in «Revista Municipal» n.ºs 22/23, pp. 25 a 30—Lisboa, 1944.
- LAPA (Albino dos Santos)
Compromisso (O) da Irmandade dos Pescadores de Alfama—Lisboa.
- Governadores Cívicos de Portugal*—Lisboa, 1962.
- História da Polícia de Lisboa*—2 volumes—Lisboa, 1964.
- Livro dos Reis e Presidentes da República*—Lisboa, 1954, 147 pp.
- Palavra (A) Lisboa na História do Jornalismo Português*—Lisboa, 1956, 12 pp.
- Prostituição (A)*—Lisboa, 1949, 40 pp.
- Voluntários Reais do Comércio de Lisboa*—Lisboa, 1936, 121 pp.
- LARBAUD (Valery)
Jaune Bleu Blanc—Paris.
- LARCHER (Jaime)
Considerações acerca do ramal Montijo e da Ponte sobre o Tejo in «Revista de Obras Públicas e Minas», tomo IX—Lisboa, 1878.
- LARCHER (Jorge das Neves)
Armarias—*Breves notas acerca de algumas armas e engenhos que foram utilizados na conquista de Lisboa* in «Revista Municipal», Ano II, n.ºs 8 e 9, pp. 47 a 51—Lisboa, 1941.
- Memória histórica sobre o abastecimento de água a Lisboa até ao reinado de D. João V*—Lisboa, 1937, 67 pp.
- LAROCHE (F.)
Ports Maritimes—2 volumes—Paris, 1893.
- LAVAGNINO (Emílio)
L'opéra del genio italiano all'estero gli artisti in Porpogallo—Roma, 1940, XI+200 pp, 184 est.
- LAVANHA (João Baptista)
Viagem da Catholica Real Magestade del-Rey D. Filipe II, N. S. ao Reyno de Portugal—Madrid, 1622, 78 pp.
- LAVIGNE (A. Germond de)
Guide de Espagne et Portugal—Paris, 1890.
- Itinéraire descriptif, historique de l'Espagne et du Portugal*—Paris, 1859.
- LAVRADIO (Conde do)
Ver: *Portugal (Francisco de Almeida)*
- LAVRADIO (Marquês do)
Ver: *Sá (José de Almeida Correia de)*
- LAZANUTA (Rafael) e GUIMARÃES (Baena)
Triângulo Turístico—Lisboa, 1939, 95 pp.
- LEAL (António Duarte Gomes)
Mefistófeles em Lisboa—Lisboa, 1907, 156 pp.
- Senhor (O) dos Passos da Graça*—*Memórias de um Revoltado*—Lisboa, 1904, 338 pp.
- LEAL (Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho) e FERREIRA (Pedro Augusto)
Portugal antigo e moderno—12 volumes—Lisboa, 1873/1890.
- LEAL (Carlos)
Água Forte—*Memórias*—Lisboa, s/d (1942), 344 pp.

- LEAL (Carlos de Brito)
Terremoto (O) de 1755 e como o viu um magazine da época in «Magazine Bertrand», n.º 11 e 12, 2.ª série, 1.º Ano—Lisboa, 1827.
- LEAL (Joaquim José da Silva Mendes)
Descrição histórica da Ermida de Nossa Senhora do Monte e S. Gens—Lisboa, 1860, 22 pp.
- Epítome dos melhoramentos estabelecidos desde 1851 a 1859 no Hospital de S. José*—Lisboa, 1860.
- LEAL (Manuel)
Notícias da antiga Confraria de Nossa Senhora da Graça—Lisboa, 1670, 20 pp.
- LEAL (Mendes) e SILVA (Vassallo e)
Grandes problemas de Lisboa—O frigorífico do novo Matadouro Municipal in «Revista Municipal» n.º 37, pp. 25 a 36—Lisboa, 1948.
- LEAL JÚNIOR (José Maria da Silva Mendes)
Monumentos nacionais (Ver: pp. 35 a 74; 143 a 185 e 187 a 198)—Lisboa, 1868, VIII+198 pp.
- LEAL JÚNIOR (Rodrigo de Matos Azevedo)
Manutenção (A) Militar in «Olisipo» n.º 31, pp. 135 a 139—Lisboa, 1945.
- LEÃO (Duarte Nunes de)
Crónica D'El-Rei D. Affonso Henriques—Lisboa, 1960.
- Descrição do Reino de Portugal*—Lisboa, 1610, XII+160 pp.
- LEÃO (Luís Ferros Ponce de)
Portas e Brasões de Lisboa—Versões: portuguesa, inglesa e francesa—Lisboa, s/d (1963?) 162 pp.
- Sepultura (A) do Marquês de la Rosière no antigo Convento de N.ª S.ª da Porciúncula* in «Olisipo» n.º 92, pp. 143 a 153—Lisboa, 1960.
- LECK (Jane)
Iberian sketches travels in Portugal and the north west Spain—Glasgow, 1884.
- LEISEN (Herbert van)
Genève—Lisbonne—Genebra, 1947.
- LEITÃO (Joaquim)
Breviário de Carreira—Ramalho Ortigão in «Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais» n.º 21, pp. 124 a 142—Lisboa, 1936.
- Castelo (O) de S. Jorge, índice da História de Portugal* in «Revista Municipal» n.º 28/29, pp. 39 a 42—Lisboa, 1946.
- Cruz (A) Fulminada* (conto) in «Revista Municipal» n.º 18/19, pp. 36 a 42—Lisboa, 1943.
- História (Para a) do Palácio de S. Bento* in «Olisipo» n.º 19, pp. 129 a 133—Lisboa, 1942.
- Lisboa, a Branca* (conto) in «Revista Municipal» n.º 61, pp. 15 a 20—Lisboa, 1954.
- Lisboa e o Tejo* in «Revista Municipal» n.º 38, pp. 5 a 12—Lisboa, 1948.
- Palácio (O) de São Bento*—Lisboa, 1945, 156 pp.
- Poço (O) que ri*—Conferência sobre Rafael Bordalo Pinheiro e o seu tempo, in «Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais», n.º 19, pp. 18 a 33—Lisboa, 1936.
- LEITÃO (José Luís da Silva)
Leishmaniose canina em Lisboa e arredores—sl, 1953, 78 pp.
- LEITE (Serafim Soares)
Lisboeta (Um) ilustre do Século XVI (António Rodrigues, soldado conquistador e jesuíta) in «Boletim Cultural e Estatístico da C. M. L.» n.º 3, pp. 327 a 331—Lisboa, 1937.
- LEITE DE VASCONCELOS (José)
 Ver: *Vasconcelos (José Leite de)*
- LEMICENSIS (Hydatius)
Hydatii lemicii continuatio chronicorum hieronymianorum ad A. CCCCLXVIII in «Monumenta Germaniae Historica, tomo XI, pp. 13 a 36 (Auctorum antiquissimorum)—Berlim, 1893.
- LEMOS (António Tovar de)
Instituto (O) de Arroios para reeducação dos mutilados da guerra—sl, 1918, 82 pp.
- Serviço (O) de Inspeção de Toleradas no ano de 1947*—Lisboa, s/d (1947?), 56 pp.
- LEMOS (Ester de)
Moldura de Lisboa in «Lisboa e os seus encantos», pp. 91 a 103—Lisboa, 1959.***
- LEMOS (Ester de) e ATAÍDE (Maia)
Arredores de Lisboa—Versões: portuguesa, francesa, inglesa e alemã. N. B.—Este texto foi inserto em «Lisboa, Cidade de Turismo» com os títulos «Viagem à roda de Lisboa», pp. 190 a 201 e «Monumentos nos arredores de Lisboa», pp. 202 a 213, os quais, aliás, conserva na presente edição—Lisboa, s/d, 85 pp.***
- LEMOS (Maximiano)
Foi o editor literário da «Encyclopédia Portuguesa Illustrada». Ver: Faria (Jaime)

- LEMONS (Vitor Hugo de)
Marcas de Nivelamento da Cidade de Lisboa — Lisboa, 1941, 107 pp.
- LENCASTRE (Fernando de)
Dispensário (O) Popular de Alcântara como obra de protecção à infância — Lisboa, 1932.
- LENCASTRE (Francisco de)
Tratado das Alfândegas. N. B. — Saiu apenas o 1.º volume (Porto e Lisboa, 1146 a 1570) — Lisboa, 1886.
- LEONARDO (Manuel Ferreira).
Elogio Histórico, Panegirico, Económico, etc. do Eminentíssimo Senhor D. João da Mota Silva — Lisboa, 1748.
- LEONE (José)
Museu (O) dos Hospitais Cívicos de Lisboa — Porto, 1957, 4 pp.
- LEPIERRE (Charles) e CONTREIRAS (Ascensão)
Águas Termais das Alcaçarias do Duque em Lisboa — Lisboa, 1927, 39 pp.
- LERNA (Ramon Gomes de la)
Ver: *Colombine*
- LÉVI-PROVENÇAL (Evariste)
Espagne (L') Musulmane au Xème siècle — Institutions et vie sociale — Tradução de (...) — Paris, 1932, 276 pp.
Ver: *Al-Himyari (Ibn' Abd almun'im)*
- LIBERGE (G. Leroy)
Trois mois en Portugal — Paris, 1910, 221 pp.
- LICHNOWSKY (Felix)
Portugal erinnerungen aus dem Jahre 1842, edição Portuguesa de 1845 — Mainz, 1843, 450 pp.
- LIMA (Almeida)
Subsidios para o estudo do clima de Lisboa — I — Temperatura — Lisboa, 1905, 23 pp.
- LIMA (Américo Pires de)
Relações etnográficas entre Lisboa e o Porto, in «Duas Cidades ao Serviço de Portugal», vol. II, pp. 99 a 140 — Porto, 1947. ●
- LIMA (Durval Rui Pires de)
Ataque (O) dos Ingleses a Lisboa em 1589 contado por uma testemunha — in «Lisboa e seu Termo», pp. 91 a 320 — Vol. I — Lisboa, 1947. ● ●
Combate (O) de Torres Vedras — 22 de Dezembro de 1846 in «Boletim da Junta da Província da Estremadura», 2.ª série, n.º 13, pp. 293 a 306; n.º 14, pp. 89 a 104; n.º 15, pp. 227 a 241; n.º 16, pp. 379 a 388 e n.º 17, pp. 55 a 78 — Lisboa, 1946/47/48.
- Bibliotecas e Arquivos* in «Guia Turístico de Lisboa», pp. 39 a 50 — Lisboa, 1941. ****
- Divagações sobre 1820* in «Boletim Cultural e Estatístico da C. M. L.», n.º 4, pp. 501 a 514 — Lisboa, 1937.
- Forte (O) de S. Paulo ou da tenência, em 1793* in «Olisipo» n.º 53, pp. 12 a 18 — Lisboa, 1951.
- Igrejas* in «Guia Turístico de Lisboa», pp. 69 a 94 — Lisboa, 1941. ****
- Lisboa e os mouros* in «Mélanges d'études luso-marocaines dédiés à la mémoire de David Lopes et Pierre de Cenival», pp. 297 a 348 — Lisboa, 1945.
- Monumentos de Lisboa* in «Lisboa e os seus encantos», pp. 43 a 51 — Lisboa, 1959. ***
- Mosem Mateus de Gournay no ipede de Pedro «O Cru»* in «Revista Municipal» n.º 22/23, pp. 56 — Lisboa, 1944.
- Primeiros (Os) livros e livreiros de Lisboa* — Conferência — Lisboa, 1942, 24+12 pp.
- Queda (Da) de Pombal ao tempo dos franceses* in «Lisboa, Oito Séculos de História», pp. 521 a 549 — Lisboa, 1947. *****
- Signo (Sob o) de Aviz* in «Lisboa, Oito Séculos de História», pp. 239 a 313 — Lisboa, 1947. *****
- Tempo (No) das guerras civis* in «Lisboa, Oito Séculos de História», pp. 551 a 588 — Lisboa, 1947. *****
- Tempo (No) de espanhóis e ingleses* in «Duas Cidades ao Serviço de Portugal», vol. I, pp. 71 a 114 — Porto, 1947. ● ●
- Terremoto (O) de 1755 e a Freguesia de Santa Isabel de Lisboa* — Lisboa, 1930, 15 pp.
- Ultramar (O) na Toponímia de Lisboa* in «Revista Municipal» n.º 41, pp. 11 a 17 — Lisboa, 1949.
- Vista (Uma) pouco conhecida do Rocio* in «Olisipo», n.º 19, pp. 143 a 147 — Lisboa, 1942.
- Ver: *Bibliografia corográfica de Portugal*
- Ver: *Documentos do Arquivo Histórico, etc.*
- Ver: *História dos Mosteiros, Conventos, etc.*
- LIMA (Durval Rui Pires de) e ARAÚJO (Norberto Moreira de)
Inventário de Lisboa (publicaram-se 12 fascículos; do 10.º em diante sob texto de Durval Pires de Lima) — Lisboa, 1944.

- LIMA (Durval Rui Pires de), AZEVEDO (Luísa Maria de Castro e) e VEIGA (A. B. da Costa) *Exposição Olisiponense — Catálogo* (Biblioteca Nacional) — Lisboa, 1948, 292 pp.
- LIMA (Edgar)
Património (Ainda um) católico na mão dos protestantes — Lisboa, 1958, 262 pp.
Património (Um) católico na mão dos protestantes — s/s/d, 65 pp.
- LIMA (Fernando de Castro Pires de)
Santo António de Lisboa (Nótuia etnográfica) in «Revista Municipal» n.º 15, pp. 25 a 29 — Lisboa, 1943.
- LIMA (Henrique de Campos Ferreira de)
Casas onde, em Lisboa, residiu Almeida Garrett in «Olisipo» n.º 8, pp. 181 a 199 — Lisboa, 1939.
Notícia histórica acerca da procissão e Real Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e São Sebastião — Lisboa, 1941, 29 pp.
Notícia histórica acerca do busto do Duque de Lafões existente na Academia das Ciências de Lisboa — Coimbra, 1925, 16 pp.
Tenente-General (O) Bartolomen da Costa — Sep. da «Revista de Artilharia» n.ºs 218 a 230 — Lisboa, 1924, 45 pp.
Vista (Uma) panorâmica de Lisboa da autoria do pintor Domingos António de Sequeira — Sep. do n.º 10 da «Revista Municipal» — Lisboa, 1942.
Ver: Castro (Joaquim Macbado de)
Ver: Raczyński (Arnaud)
- LIMA (Henrique de Campos Ferreira) e SOARES (Ernesto)
Dicionário da Iconografia Portuguesa — 2 volumes — Lisboa, 1947/48.
- LIMA (Henrique Linhares de)
Bartolomen Joannes e o seu tempo in «Olisipo» n.º 43, pp. 117 a 128; n.º 44, pp. 204 a 226; n.º 45, pp. 44 a 62; n.º 46, pp. 80 a 128; n.º 47, pp. 172 a 196 e n.º 48, pp. 233 a 262 — Lisboa, 1948/49.
- LIMA (Joaquim da Costa)
Artífices (Os) de S. Roque in «Revista Municipal» n.º 59, pp. 17 a 26 — Lisboa, 1953.
Igreja (A) de Santo Alberto na História e na Arte in «Revista Municipal» n.º 52, pp. 9 a 20 — Lisboa, 1952.
Josefa de Óbidos in Revista «Brotéria», vol. XLIX, fasc. V — Lisboa, 1949.
Lisboa em xilografia — Sep. da Revista «Brotéria», vol. XLIX — Lisboa, 1949, 14 pp.
S. Roque e os seus artistas in «Revista Municipal» n.º 58, pp. 5 a 14 — Lisboa, 1953.
Santo António de Portugal — Na lenda, na arte e no valor do seu espírito in «Revista Municipal» n.º 53, pp. 50 a 57 — Lisboa, 1952.
- LIMA (João António Bezerra e)
Declamação sagrada na ruína de Lisboa causada pelo terremoto do primeiro de Novembro de 1755 e pelo incêndio que se lhe seguiu — Lisboa, 1757.
- LIMA (Jorge Hugo Pires de)
Propriedades de Santa Cruz de Coimbra em Lisboa no Século XII in «Arquivo Histórico de Portugal», vol. IV, fac. 8, pp. 340 a 348 — Lisboa, 1941.
- LIMA (Policarpo Francisco da Costa)
Comissão do Porto Franco em Lisboa in «Revista de Obras Públicas e Minas», tomo XLIII — Lisboa, 1912.
Parecer sobre um projecto de melhoramentos do Porto de Lisboa in «Revista de Obras Públicas e Minas», tomo XV — Lisboa, 1894.
Projecto de melhoramentos do Porto de Lisboa in «Revista de Obras Públicas e Minas», tomo XIV — Lisboa, 1883.
- LINK (Henry Frederick)
Travels in Portugal and throug France and Spain — London, 1801, 504 pp.
Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799 — 3 volumes — Paris, 1803/5.
- LINK (Henry Frederick) e HOFFMANSEGG (Conde de)
Voyage en Portugal — Paris, 1808.
- LINO (Raul)
Arquitectura de Lisboa — Generalidades in «Olisipo» n.º 62, pp. 73 a 82 — Lisboa, 1953.
Estilo (O) na casa portuguesa do Século XVII in «Revista Municipal» n.º 16, pp. 3 a 6 — Lisboa, 1943.
Prémio Júlio César Macbado — A arquitectura da Capital — Generalidades in «Revista Municipal» n.º 65, pp. 51 a 58 — Lisboa, 1955.

LIPPOMANI e TRON

Viagem a Portugal dos cavaleiros Tron e Lippomani—1580 in «Opúsculo»—Alexandre Herculano, tomo VI, pp. 119 a 130—Lisboa, 1884.

LISKE (Javier)

Ver: *Popielovo (Nicolas de); Steblovo (Erich Lasotta de) e Sobieski (Jacob)*

LOBATO (Gervásio Jorge Gonçalves)

Comédia (A) de Lisboa—Com um prólogo de Pinheiro Chagas—Lisboa, 1878, 302 pp.

Comédia (A) do Teatro—Com 60 desenhos de Pedro Guedes—Lisboa, 1918, 256 pp.

Crónica Moderna—Revista crítica ilustrada do ano 1881—Dirigida por (...)—Lisboa, 1881.

Grande (O) Circo—Romance de actualidades—Lisboa, 1922, 616 pp.

História de Portugal—4 volumes—Lisboa, 1876.

Lisboa em camisa—2.ª ed.—Lisboa, 1898, 331 pp.

Ver: *Bastos (Leite)*

LOBATO (Gervásio Jorge Gonçalves) e VICTOR (Jaime)

Invisíveis (Os) de Lisboa—6 volumes—Lisboa, 1886.

LOBATO (Luís Guimarães)

Experiência (A) de Alvalade—Lisboa, 1951, 12 pp.

LOBATO (Luís de Guimarães) e RAPOSO (João Rebelo)

«Controle» (O) da expansão das cidades in «Revista Municipal» n.º 69, pp. 26 a 32—Lisboa, 1956.

LOBO (António de Sousa da Silva Costa)

História da Sociedade em Portugal no Século XV—Lisboa, 1903, 603 pp.

LOBO (Eduardo de Barros).

Ver: *Beldemónio*

LOBO (Francisco Rodrigues)

Jornada (La) que la Magestad Catholica Del Rey D. Philippe III hizo a Portugal el año de 1619—Lisboa, 1623, 92 pp.

Obras poéticas, morais e métricas—Lisboa, 1723, 724 pp.

LOPES (Alfredo Augusto)

Calão gira popular in «Olisipo» n.º 58, pp. 114 a 125—Lisboa, 1952.

Vendedores ambulantes in «Olisipo» n.º 26, pp. 98 a 113 e n.º 27, pp. 180 a 198—Lisboa, 1944.

LOPES (Alfredo Luís)

Águas minero-medicinais de Portugal—Lisboa, 1892, 476 pp.

Assistance (L') Nationale aux tuberculeux dans la lutte contre la tuberculose em Portugal—Le dispensaire de Lisbon—Lisboa, 1905.

Estudo Estatístico da Criminalidade em Portugal, nos anos de 1891 a 1895—Lisboa, 1897, 297 pp.

Formulário Bromatológico para o Hospital de S. José—Lisboa, 1902.

Formulário de Medicamentos da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa—Lisboa, 1884.

Hospital de Todos os Santos, hoje denominado de S. José—Contribuição para a História das Ciências Médicas em Portugal—Lisboa, 1890, 157 pp.

Médicas de Lisboa—Lisboa, 1878.

Resenha Bibliográfica e Cronológica dos Jornais Portugueses de Medicina e Cirurgia—Lisboa, 1895.

LOPES (António Craveiro)

Relatório dos trabalhos efectuados pela exploração do Porto de Lisboa no ano de 1916 in «Revista de Obras Públicas e Minas», tomo XLVIII—Lisboa, 1917.

LOPES (António Maria)

Livro (O) de Lisboa—Lisboa, 1947, 7 pp.

Topónimo (O) Lisboa in «Revista Municipal» n.º 82, pp. 31 a 40—Lisboa, 1959

LOPES (Carlos da Silva)

Onde morreu El-Rei D. João I? in «Revista Municipal» n.º 16, pp. 29 a 31—Lisboa, 1943.

Vistas de Lisboa nos fins do Século XVIII existentes no Porto in «Duas Cidades ao serviço de Portugal», vol. I, pp. 147 a 160—Porto, 1947. ●

LOPES (David de Melo)

Árabes (Os) nas obras de Alexandre Herculano—Sep. do «Boletim de Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa», vols. III e IV—Lisboa, 1911, 227 pp.

Toponímia Árabe de Portugal—Sep. da «Revue Hispanique», Vol. IX—Paris, 1902, 44 pp.

LOPES (Fernão)

Crónica de El-Rei D. Fernando—3 volumes—Lisboa, 1895.

Chronica de D. João I—2 volumes—Porto, 1945/49.

- LOPES (Horacel Cordeiro)
Vi (O que) em Portugal — Rio de Janeiro, 1956.
- LOPES (João Baptista da Silva)
História do Cativoiro dos presos de estado da Torre de S. Julião da Barra de Lisboa — 4 volumes — Lisboa, 1833.
- LOPES (Joaquim Soares)
*Câmaras (As) Municipais e a fiscalização sanitária dos produtos alimentares de origem animal in «Primeira Reunião Olisiponense», vol. I, pp. 177 a 185 — Lisboa, 1948.**
*Nótulas históricas sobre os mercados e matadouros de Lisboa in «Primeira Reunião Olisiponense», vol. I, pp. 389 a 484 — Lisboa, 1948.**
- LOPES (Luís Rufino Chaves)
 Ver: *Chaves (Luís)*
- LOPES (Maria Beatriz da Silva Ramos)
Laboratório (O) químico da Casa da Moeda (1801-1828) — Coimbra, 1948, 32 pp.
- LORYNG (Jorge Balley)
Year (A) in Portugal — 1889-1890 — New York, 1891, VIII + 313 pp.
- LOUREIRO (Adolfo Ferreira)
Bartolomeu da Costa (Século XVIII) in «Arquivo do Ex-libris Portugues», vol. II, n.º 22, pp. 137 a 140 — Lisboa, 1903.
Obras (As) do Porto de Lisboa de Julho de 1892 a Setembro de 1893 in «Revista de Obras Públicas e Minas, tomo XXIV — Lisboa, 1893.
Portos (Os) marítimos de Portugal e ilhas adjacentes — 8 volumes + 5 volumes (Atlas) — Lisboa, 1904.
- LOUREIRO (Artur Maia)
Viação (A) em Lisboa — Lisboa, 1936, 24 pp.
- LOUREIRO (Henrique)
Político (O) do Convento de Santo Eloi — Lisboa, 1927, 149 pp.
- LOUREIRO (José Pinto)
Joaquim José Caetano Pereira e Sousa — Jurisconsulto lisbonense in «Revista Municipal» n.º 18/19, pp. 19 a 23 — Lisboa, 1944.
- LOUREIRO (Samuel Domingos Maia)
Viação (A) de Lisboa — Sep. das «Conferências sobre Problemas de Urbanização» — Lisboa, 1936, 24 pp.
- LOURENÇO (Agostinho Vicente)
Informações (Algumas) sobre as águas sulfúreas salinas do Arsenal de Marinha de Lisboa — Lisboa, 1889, 15 pp.
Renseignements sur les eaux minérales portugaises — Lisboa.
- LUCAS (Castillo de)
Tradições (Algumas) lisboetas in «Olisipo» n.º 40, pp. 231 a 233 — Lisboa, 1947.
- LUCCI (Fernando Schwalbach)
 Ver: *Schwalbach (Fernando)*
- LUCCI (Luís Schwalbach)
 Ver: *Schwalbach (Luís)*
- LUCENA (Armando de)
Arquitectura de Lisboa — Nem tanto ao mar, nem tanto à terra in «Olisipo» n.º 62, pp. 83 a 94 — Lisboa, 1953.
Arte (A) popular, usos & costumes portugueses — 2.ª ed. — Lisboa, 1945, 196 pp.
Arte (A) Sacra em Portugal — 2 volumes — Lisboa, 1946.
Fontes da Aldeia, chafarizes da Cidade in «Olisipo» n.º 32, pp. 180 a 194 — Lisboa, 1945.
Quintas (As) dos arredores in «Panorama», Ano V, n.º 32/33 — Lisboa, 1947.
Teatros da Natureza in «Olisipo» n.º 38, pp. 42 a 44 — Lisboa, 1947.
- LUIS (Pepe)
 Ver: *Ribeiro (José Luís)*
- LUNARDI (Vicente)
Viagem (A) aérea do capitão Vicente Lunardi por ele escrita — Lisboa, 1794.
- LUSITANO (Francisco Vieira)
Insigne (O) pintor e leal esposo — Lisboa, 1780, 623 pp.
- LUZES (Armando)
Conferência sobre a estatística de 1943 — Movimento de grande cirurgia no Banco do Hospital de S. José — Lisboa, 1944, 80 pp.
- LYALL
Rambles in Madeira and in Portugal — London, 1827, 376 pp.

M

- M. (Monsieur)
Voyages faits en divers temps en Espagne, en Portugal, en Allemagne, et Ailleurs, par (...)—Amsterdam, 1700, 295 pp.
- M. C. de M. M.
Esguichos de Neptuno, públicas esguinchadelas, etc...—Lisboa, 1764.
- M. I. A. W.
Chronica oder Gammlung—Frankfur, 1764.
Chronica oder Samlung—Frankfur, 1756.
- M. T. P.
Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa e todo Portugal no 1.º de Novembro de 1755—Lisboa, 1756, 23 pp.
- MACAULAY (James)
Sea Pictures, drawn with pen and pencil—London, s/d.
- MACAULAY (Rosa)
They went to Portugal—London, 1946.
- MAC-BRIDE (Alberto)
História da Medicina em Portugal—Lisboa.
Problema (O) hospitalar em Lisboa in «Olisipo» n.º 35, pp. 115 a 123—Lisboa, 1946.
Socorros (Os) de Urgência em Lisboa—Lisboa.
- MACEDO (Anónio da Costa de Sousa)
Ver: *Costa (António da)*
- MACEDO (António de Sousa de)
Flores de España Excelências de Portugal em que brevemente se trata lo meyor de sus histórias e todas las del mundo, etc.—1737, 300 pp.
Ulyssipo—*Poema heróico*—Lisboa, 1640, 192 pp.
- MACEDO (Diogo de)
Arte (A) e a Gare Marítima do Porto de Lisboa in «Panorama», vol. VI, pp. 35 a 40—Lisboa, 1947.
Lisboa monumental in «Panorama», vol. V, pp. 15 a 17—Lisboa, 1946.
- MACEDO (Joaquim António de)
Guide (A) to Lisbon and its environs including Cintra and Mafra with a large plan of Lisbon—Lisboa, 1847, X+344 pp.
- MACEDO (Jorge Borges de)
Conde (O) de Castelo Melhor—Lisboa, 1961.
Elementos para a história de Portugal (1797 a 1830)—Lisboa, 1963.
- Marquês (O) de Pombal*—Lisboa, 1962.
Portugal e a economia pombalina—S. Paulo, 1954.
Problemas de história da indústria portuguesa no Século XVIII—Lisboa, 1963, 394 pp.
Situação (A) económica no tempo de Pombal—Porto, 1950.
- MACEDO (Luís António de Almeida)
Factos memoráveis da História de Portugal ou resumo da história deste país, desde a antiguidade até aos nossos dias extraídos de acreditados autores—Lisboa, 1826.
- MACEDO (Luís Pastor de)
Amigos de Lisboa in «Olisipo» n.º 1, pp. 23; n.º 2, pp. 32 e n.º 3, pp. 30—Lisboa, 1938.
Antigo (O) Terreiro do Trigo—Sep. da Revista «Miscelânea»—Lisboa, 1932, 33 pp.
Ascendentes de Camilo in «Olisipo» n.º 37, pp. 3 a 14, n.º 38, pp. 3 a 32—Lisboa, 1947.
Baixa (A) Pombalina—Conferência—Lisboa, 1938, 61 pp.
Casa (A) onde nasceu António Enes in «Olisipo» n.º 41, pp. 3 a 7—Lisboa, 1948.
Casa (A) onde nasceu o actor Chaby Pinheiro in «Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais» n.º 5, pp. 12 a 14—Lisboa, 1932.
Crítica, correções e aditamentos, por (...) à obra «Lisboa do meu tempo e do passado—Do Rocío à Rotunda» do Sr. João Paulo Freire (Mário)—Lisboa, 1933, 164 pp.
Curiosa (Uma) descrição do Palácio da Regência em 1836 in «Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais» n.º 6, pp. 5 a 11—Lisboa, 1932.
Figura (Uma) tristemente célebre in «Olisipo» n.º 40, pp. 187 a 189—Lisboa, 1947.
Gente conhecida—António Marques Lésbio e a data do seu falecimento in «Olisipo» n.º 36, pp. 201 a 202—Lisboa, 1946.
História de uma borta do arrabalde dos Mouros in «Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa», n.º 59/60, pp. 51 a 72—Lisboa, 1963.
Igreja (A) de Nossa Senhora do Socorro de Lisboa e o terremoto de 1755 in «Estremadura»—«Boletim da Junta da Província», 2.ª série, pp. 283 a 287—Lisboa, 1943.

- Igreja (A) de Santa Maria Madalena de Lisboa* — Lisboa (?), 1930, 135 pp.
- «*Linha da Graça*» (A) e a «*Varanda de Alfama*» in «*Revista Municipal*» n.º 39, pp. 5 a 10 — Lisboa, 1948.
- Lisboa de Lés-a-Lés* — *Subsídios para a história das vias públicas da cidade* — 5 volumes — Lisboa, 1940/42.
- Mouraria (A), o arco e a paciência dos lisboetas* in «*Olisipo*» n.º 30, pp. 67 a 78 — Lisboa, 1945.
- Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da Freguesia da Sé* in «*Olisipo*» n.º 8, pp. 213 a 215; n.º 9, pp. 7 a 26; n.º 10, pp. 43 a 52; n.º 11, pp. 85 a 123 e n.º 12, pp. 148 a 159 — Lisboa, 1940.
- Perfis lisboetas* — *Foi há cem anos que nasceu Rosa Araújo* in «*Revista Municipal*» Ano II, n.º 5, pp. 56 a 58 — Lisboa, 1941.
- Primeira (A) «Rua da Imprensa» que bouve em Lisboa* in «*Olisipo*» n.º 17, pp. 7 a 9 — Lisboa, 1942.
- Rua (A) das Canastras* — Lisboa, 1930, 100 pp.
- Rua (A) das Pedras Negras* — Lisboa, 1931, 136 pp.
- Rua (A) e a Horta da Mancebia* — Lisboa, 1948, 25 pp.
- Serviços Culturais* — *Exposição apresentada à Ex.^{ma} Câmara pelo vereador (...) na sessão de 11 de Maio de 1933* in «*Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais*» n.º 7 a 10, pp. 50 a 55 — Lisboa, 1933.
- Tempos que passaram* — *Uma artista, uma rua e uma freguesia de Lisboa* — Lisboa, 1940, 287 pp.
- Terremoto (O) de 1755 na Freguesia da Madalena* — Lisboa, s/d, 16 pp.
- Toponímia citadina* — *O Beco da Ré e a Travessa dos Escaleres* in «*Olisipo*» n.º 25, pp. 205 a 208 — Lisboa, 1944.
- Ver: *Carvalho (João Pinto de)*
- MACEDO (Luís Pastor de) e ARAÚJO (Norberto de Moreira)
Casas da Câmara de Lisboa. N. B. — Esta obra faz parte integrante do «*Inventário de Lisboa*», edição municipal, fascículo n.º 5 — Ver: *Araújo (Norberto de Moreira)* — Lisboa, 1951, 220 pp.
- MACEDO (Luís Pastor de) e CAVALHEIRO (António Rodrigues)
Palácio (O) Almada — *Subsídios para a sua história* in «*Anais da Academia Portuguesa de História*», vol. VIII, pp. 109 a 184 — Lisboa, 1944.
- MACEDO (Luís Pastor de) e RIBEIRO (Mário de Sampaio)
«Lisboa de Ontém e de Hoje» (A) do Sr. Rocha Martins — Lisboa, 1946, 24 pp.
- MACEDO (Luís Pastor de) e SEQUEIRA (Gustavo Adriano de Matos)
Nossa (A) Lisboa — Lisboa, s/d, 412 pp.
- MACEDO (Luís Pastor de), SEQUEIRA (Gustavo de Matos), ARAÚJO (Norberto Moreira de), COLAÇO (Tomás Ribeiro), RAPOSO (Hipólito), BRAMÃO (Alberto), LEMOS (Abílio Pinto de) e SARAIVA (João)
Evocação do Café Martinho — Lisboa, 1936, 47 pp.
- MACHADO (Augusto Reis)
Índice analítico da história da «Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV» de Henrique da Gama Barros — Lisboa, 1934, 77 pp.
 Ver: *Costigan (Arthur William)*
- MACHADO (Cirilo Wolkmar)
Colecção de memórias relativas às vidas dos pintores e escultores, arquitectos e gravadores portugueses e dos estrangeiros que estiveram em Portugal — Notas por J. M. Teixeira de Carvalho e Virgílio Correia — Coimbra, 1922, 289 pp.
- MACHADO (Diogo Barbosa)
Biblioteca Lusitana, Histórica, Crítica e Cronológica — 4 volumes (2.ª ed.) — Lisboa, 1930/1935.
Memórias para a História de Portugal que comprehendem o Governo D'el-Rei D. Sebastião — 4 volumes — Lisboa, 1736/51.
- MACHADO (Fernando Falcão)
Gente de Coimbra ao serviço de Lisboa — Sep. da «*Revista Municipal*» n.º 37, pp. 45 a 54 — Lisboa, 1948, 12 pp.
Lisboa diverte-se, o Porto trabalha, Coimbra estuda, Braga reza — *Porquê?* — Lisboa, 1930, 26 pp.
- MACHADO (Inácio Barbosa)
História crítico-cronológica da instituição da festa, procissão e officio do Corpo Santíssimo de Cristo no Venerável Sacramento da Eucaristia — Lisboa, 1759, 240 pp.
- MACHADO (J. T. Montalvão)
Último (O) comandante da Polícia de Lisboa no tempo da Monarquia in «*Olisipo*» n.º 99, pp. 69 a 81 — Lisboa, 1962.

- MACHADO (Júlio César)
Apontamentos de um folbetinista — Lisboa, 1878, 316 pp.
Chiado (Do) a Veneza — Lisboa, 1867, 230 pp.
Ladeira (A) — Lisboa, 1872, s/d, 266 pp.
Lisboa de ontem — Lisboa, s/d, 266 pp.
Lisboa na rua — Com desenhos de Manuel de Macedo — Lisboa, 1874, 222 pp.
Teatros (Os) de Lisboa — Lisboa, 1875, 236 pp.
Trechos de folbetins — Lisboa, s/d, 278 pp.
Vida (A) em Lisboa — Romance contemporâneo — 2 volumes — Lisboa, 1901.
- MACHADO (Luís Saavedra)
Circunstâncias do ataque a Lisboa por Sigurdo da Noruega (1109) — Coimbra, 1948, 47 pp.
Inglese (Os) em Portugal in «Biblos», vols. VIII a XV — Coimbra, 1932.
- MACHADO JR. (Manuel de Sousa)
Portos Marítimos — Relatório — Lisboa, 1913.
- MACHADO (Raul)
 Ver: *Góis (Damião de)*
- MACHADO DE CASTRO (Joaquim)
 Ver: *Castro (Joaquim Machado de)*
- MADAHIL (António Gomes da Rocha)
Documentação artística do pintor lisbonense Joaquim Marques (1755-1822) in «Revista Municipal» n.º 46, pp. 5 a 11 — Lisboa, 1950.
Testemunhos (Novos) da actividade tipográfica de Lisboa no Século XV in «Revista Municipal» n.º 63, pp. 5 a 20 e 46 a 63 — Lisboa, 1954.
- MADEIRA (António Correia), CUNHA (Aníbal de Oliveira) e FÁRIA (Luís Alberto Vasconcelos Azevedo e Silva de)
Função (A) e a necessidade do Laboratório Municipal in «Primeira Reunião Olisiponense», vol. I, pp. 485 a 492 — Lisboa, 1948.*
- MAFRA (4.º Conde de)
 Ver: *Breyner (Tomás de Melo)*
- MAGALHÃES BASTOS (Artur)
 Ver: *Bastos (Artur Magalhães)*
- MAGALOTTI (Lorenzo)
Viaje de Cosme de Médicis por Espanha y Portugal (1662-1669) — edição e notas por Angelo Sanchez Rivero y Angela Marinetti de Sanchez Rivero — Madrid, s/d, XXXI+347 pp.
- MAIA (Álvoro)
Festas populares in «Guia Turístico de Lisboa», pp. 21 a 30 — Lisboa, 1941.****
- MAIA (Manuel da)
Manuel da Maia e o Aqueduto das Aguas Livres — Insete um trabalho de Manuel da Maia, com introdução e notas de Eduardo dos Santos, in «Revista Municipal» n.º 94, pp. 53 a 73 — Lisboa, 1962.
- MALAFAYA (Miguel Carvalho de Macedo)
Novo terremoto nos remorsos da consciência e avisos de culpa para o acerto da emenda — Lisboa, 1756.
- MALAGRIDA (Gabriel)
Juízo da verdadeira causa do terremoto que pa-deceu a corte de Lisboa no 1.º de Novembro de 1755 — Lisboa, 1756, 31 pp.
- MALLET (Allain Manesson)
Description de L'Univers — 5 volumes — Paris, 1683.
De L'Europe, d'Espagne et du Royanne du Portugal — Paris, 1683.
Travaux (Les) de Mars — 3 volumes — Paris, 1685.
- MANDELSTAMM (Valentin)
Rendez-vous à Lisbonne — New-York, 1942.
- MANIQUE (Luís de Pina)
Plantas topográficas de Lisboa — A coleção levada para o Brasil durante as Invasões — in «Lisboa e Seu Termo», pp. 179 a 204 — 2.º volume — Lisboa, 1948 ● ●
S. Vicente de Fora — As Invasões e a Segunda Guerra Civil na vida do Mosteiro — in «Lisboa e o seu Termo», pp. 205 a 232 — 2.ª volume — Lisboa, 1948 ● ●
- MANN (Thomas)
Confissões (As) de Félix Krull, cavalheiro de indústria — Tradução de Domingos Monteiro — Lisboa, 1957, 412 pp.
- MANUEL (Caetano X. A. da Câmara)
Parecer sobre o projecto de melhoramentos do Porto de Lisboa in «Revista de Obras Públicas e Minas», tomo XV — Lisboa, 1884.
- MANUEL (Zé)
 Ver: *Lacerda (Álvoro de)*

- MARÇAL (Horácio)
Rua do Loureiro (A) e seus arredores — Lisboa, 1956.
- MARÇAL (Ramiro Larcher)
Estação Químico-Agrícola de Lisboa in «Boletim da Direcção-Geral de Agricultura», Ano VI, n.º 1 — Lisboa, 1895.
- MARDEL (Júlio)
Castelo (O) de Lisboa in «Ocidente», pp. 170 a 171, 180 a 182, 193 a 194 — Lisboa, 1908.
- MARGIOCHI (Francisco Simões).
Palavras (Duas) acerca da Avenida da Liberdade — Lisboa, 1886, 8 pp.
- MARGOLLÉ e ZURCHER
Vulcões e terremotos — Notas de António Arroio. N. B. — A versão francesa é datada de Paris, 1868, 348 pp. — Porto, s/d, 333 pp.
- MÁRIO
Ver: *Freire (João Paulo)*
- MARJAY (Frederic P.)
Lisboa e seus arredores — Lisboa, 1956, 29 pp. + 84 est.
- MARQUES (Alfredo), RAMOS (João Ortigão), CASTRO (Augusto de), BARROS (José Leitão de) e PORTELA (Artur).
Bodas (As) de Ouro do São Luís — Lisboa, 1945, 38 pp.
- MARQUES (Conceição Vitória)
Ver: *Blasco (Mercedes)*
- MARQUES (Henrique)
Memórias de um editor — Lisboa, 1934, 206 pp.
- MARQUES (João Martins da Silva)
Descobrimientos portugueses — Documentos para a sua história publicados e prefaciados por (...) — 4 volumes — Lisboa, 1944.
- MARQUES JÚNIOR (Henrique)
Bustos e lápides — Estátuas aos grandes vultos da História in «Primeira Reunião Olisiponense», vol. II, pp. 83 a 84 — Lisboa, 1948.*
Casa (A) de Santo António in «Olisipo» n.º 22, pp. 95 a 97 — Lisboa, 1943.
Ermida (A) de Nossa Senhora do Monte e S. Gens in «Olisipo» n.º 33, pp. 49 a 53 — Lisboa, 1946.
- Escreviam (Como se) criticas há 82 anos* in «Olisipo» n.º 24, pp. 247 a 250 e n.º 26, pp. 114 a 120 — Lisboa, 1943.
- Francisco Latouche, em Lisboa* in «Olisipo» n.º 19, pp. 141 a 142 — Lisboa, 1942.
- Museu (O) de Marinha* in «Olisipo» n.º 65, pp. 36 a 38 — Lisboa, 1954.
- Museu (O) Militar* in «Olisipo» n.º 61, pp. 17 a 27 — Lisboa, 1953.
- MARQUES JÚNIOR (José António)
Hospital Militar Principal — Fundação do Convento da Estrela — Esboço Histórico in «Olisipo» n.º 39, pp. 146 a 152 — Lisboa, 1947.
- MARQUÊS DA FOZ
Baixela (A) Germãna na antiga Corte Portuguesa — Lisboa, 1926, 63 pp.
- MARQUÊS DA FRONTEIRA E DE ALORNA
Ver: *Barreto (José Tiazimundo Mascarenhas)*
- MARQUÊS DE ALORNA
Prisões (As) da Junqueira durante o Ministério do Marquês de Pombal, edição do Padre José de Sousa Amado — Lisboa, 1857.
- MARQUÊS DE POMBAL
Ver: *Melo (Sebastião José de Carvalho e)*
- MARQUÊS DE REZENDE
Pintura de outeiro nocturno e um sarau musical às portas de Lisboa no fim do século passado — Lisboa, 1868, 45 pp.
- MARQUES DO ALEGRETE
Ver: *Silva (Manuel Telles da)*
- MARQUES DO LAVRADIO
Ver: *Sá (José de Almeida Correia de)*
- MARQUES DO RIO MAIOR
Ver: *Sousa (João de Saldanha Oliveira e)*
- MARQUESA DE RIO MAIOR
Ver: *Rio Maior (Marquesa de)*
- MARQUÊS DE SÁ DA BANDEIRA
Ver: *Nogueira (Bernardo de Sá)*
- MARTA (Manuel Cardoso)
Homem (Um) de condições in «Olisipo» n.º 28, pp. 229 a 230 — Lisboa, 1944.
Lisboa nos versos de Cesário in «Revista Municipal», Ano II, n.º 8/9, pp. 79 a 86 — Lisboa, 1941.

- Lisboa vista pelos estrangeiros—Lisboa em 1700* — Tradução de (...) in «Olisipo», Ano V, pp. 52 a 57—Lisboa, 1942.
- Romarias lisboetas—A Senhora da Rocha* in «Revista Municipal» n.º 49, pp. 41 a 45—Lisboa, 1951.
- Ranchos lisboetas de outrora* in «Olisipo» n.º 3, pp. 24 a 25—Lisboa, 1938.
- MARTI (Laurent)
Ver: *Imprensa (A) estrangeira e o terramoto*
- MARTIN (Alexis)
Faiences et porcelaines—Paris, 1886, 189 pp.
- MARTINEZ (Alfonso Vasquez)
Documentos Pontifícios de Galicia (1088-1341). (Ver: pp. 169)—Galicia, 1941.
- MARTINHO (Manuel)
Bairro da Liberdade (romance)—Lisboa, s/d (1948?), 291 pp.
Sob os telhados de Lisboa—Lisboa, 1948, 219 pp.
- MARTINS (A. A.)
Planta Roteiro da Cidade de Lisboa e seus arredores com os melhoramentos construídos, projectados e em construção—Lisboa, 1817, 33 pp.
- MARTINS (Couto)
Alfama in «Revista Municipal» n.º 88, pp. 37 a 40—Lisboa, 1961.
- MARTINS (Francisco de Assis Oliveira)
Centenário (No) do nascimento de Guilherme de Azevedo in «Revista Municipal» n.º 1, pp. 63 a 66—Lisboa, 1939.
Colégio (O) de «Jesus» dos Meninos Órfãos da Mouraria—Porto, 1959, 51 pp.
Lição (A) de António Ennes in «Revista Municipal» n.º 38, pp. 13 a 18—Lisboa, 1948.
Novas notícias acerca do Castelo de S. Jorge de Lisboa—in «Lisboa e o seu Termo», pp. 161 a 178—2.º volume—Lisboa, 1948 ● ●
Pina Manique—O Político—O amigo de Lisboa—Lisboa, 1948, 431 pp.
Romance (O) de Almeida Garrett nesta Lisboa—Lisboa, 1956, 63 pp.
- MARTINS (Francisco José da Rocha)
Arquivo Nacional—8 volumes—Lisboa, 1932/39.
Dom Carlos I—Lisboa, 1926, 637 pp.
- Dom Manuel II*—Lisboa, 1930, 427 pp.
- Fusilados (Os) de Campo de Ourique*—Lisboa, s/d, 61 pp.
- Grandes (Os) estadistas nacionais*—Porto, 1934, 151 pp.
- Lisboa, conquistada, defendida e exalçada* in «Revista de Turismo», Ano XI, n.º 72, pp. 3 a 5—Lisboa, 1947.
- Lisboa—História das suas glórias e catástrofes*—2 volumes—Lisboa, 1947.
- Lisboa de ontem e de hoje*—Lisboa, 1945, 270 pp.
- Memórias sobre Sidónio Pais*—Lisboa, 1921, 194 pp.
- Monumento (O) a D. Pedro IV e o Imperador Maximiliano do México* in «Revista Municipal» n.º 1, pp. 21—Lisboa, 1939.
- Paixão (A) de Camilo*—Lisboa, s/d, 124 pp.
- Tomada (A) de Lisboa aos Mouros* in «Revista Municipal» n.º 36, pp. 19 a 22—Lisboa, 1948.
- Volta (Em) da Estátua Equestre* in «Ilustração Portuguesa», 2.ª série, n.º 17, pp. 530—Lisboa, 1906.
- MARTINS (Joaquim Pedro de Oliveira)
História de Portugal—11.ª edição, 2 volumes—Lisboa, 1927.
Ver: *Stephens*
- MARTINS (Manuel Amaro)
Higienização (A) do leite que deve abastecer a Cidade de Lisboa... in «Primeira Reunião Olisiponense», vol. I, pp. 297 a 317—Lisboa, 1948*
Leite (O) alimentar e a saúde pública in «Primeira Reunião Olisiponense», vol. I, pp. 319 a 331—Lisboa, 1948.*
Problema (O) do abastecimento de criação e ovos, para consumo na cidade de Lisboa—Versões: portuguesa, francesa e espanhola—Lisboa, 1950, 46 pp.
- MASCARENHAS (Domingos)
Lisboa, um grande triunfo do cinema português in Revista «Cinema» n.º 27, pp. 8—Lisboa, 1947.
- MATA (João da)
Arte de Cozinha—Com um prefácio de Alberto Pimentel—Lisboa, 1876, 176 pp.

- MATA (José Nunes da)
Futuro (O) do Concelho de Cascais e do Porto de Lisboa — Lisboa, 1916, 7 pp.
Futuro (O) do Porto de Lisboa, ou rápidas indicações condicentes a esse respeito — Lisboa, 1911, 46 pp.
- MATOS (Gastão de Melo de)
Lisboa na Restauração in «Lisboa, Oito Séculos de História», pp. 437 a 466 — Lisboa, 1947. ****
Nicolau de Langres e a sua obra em Portugal — Lisboa, 1941, 331 pp. + XCVI est.
- MATOS (João Joaquim de)
Estudos sobre o Plano de Melhoramentos do Porto de Lisboa, constante do parecer da comissão in «Revista de Obras Públicas e Minas, tomo XVI — Lisboa, 1885.
Parecer sobre um projecto de melhoramentos do Porto de Lisboa in «Revista de Obras Públicas e Minas», tomo XV — Lisboa, 1884.
Projecto de melhoramentos do Porto de Lisboa in «Revista de Obras Públicas e Minas», tomo XVIII — Lisboa, 1887.
- MATOS (João Xavier de)
Romance heróico ao terremoto do primeiro de Novembro de 1755 — Lisboa, 1756, 38 pp.
- MATOS (José Maria de Melo e)
Estação das Linhas de Sul e Sueste in «Revista de Obras Públicas e Minas», tomo XXXVI — Lisboa, 1905.
Lisboa no Ano 2000 in «Ilustração Portuguesa» n.º 6, 2.ª série, Abril — Lisboa, 1906.
Ponte no local destinado à Estação de Sul e Sueste in «Revista de Obras Públicas e Minas», tomo XXXVII — Lisboa, 1906.
Porto (O) de Lisboa in «Ilustração Portuguesa» n.º 5, 2.ª série, Março — Lisboa, 1906.
Torre de Belém in «Revista de Obras Públicas e Minas», tomo XXXVI — Lisboa, 1905.
- MATOS (Pereira de)
Porto de Lisboa — Porto, 1902, 76 pp.
- MATOS SEQUEIRA (Gustavo Adriano de)
Ver: *Sequeira (Gustavo Adriano de Matos)*
- MATOSO (José da Santa Escolástica)
Colégio (O) Beneditino da Estrela no principio do Século XIX in «Revista Municipal» n.º 64, pp. 5 a 19; n.º 65, pp. 28 a 45 e n.º 66, pp. 33 a 49 — Lisboa, 1955.
- MATOSO (Luís Montez)
Ano noticioso e histórico — 2 volumes — Lisboa, 1934.
História do Senhor roubado de Odivelas. Novo descobrimento do lugar em que foi escondido — Lisboa, 1741, 16 pp.
- MATTHEWS (Henry)
Diary (The) of an invalid in pursuit of health, being the journal of a tour in Portugal, Italy, Switzerland and France — 1817 a 1818 — 2 volumes — London, 1820.
- MASTBAUM (Hugo)
Memória sobre o abastecimento das águas de Lisboa in «Boletim da Direcção-Geral de Agricultura», Ano VI, n.º 1, pp. 21 a 175 — Lisboa, 1895.
- MAURY (A)
Obras (As) do Porto de Lisboa de 26 de Março de 1887 a 20 de Junho de 1892 — Lisboa, 1893.
- MAYA (Fernando da Costa)
Memória histórica e descritiva do Real Colégio Militar — Lisboa, 1903, 95 pp.
- MEDINA (Pedro de)
Libro de grandezas e cosas memorables de España — Madrid, 1548.
- MEIRELLES (Cecília)
Evocação lírica de Lisboa in «Olisipo» n.º 42, pp. 70 a 75 — Lisboa, 1948.
- MELA (Caius Plinius Secundus Pomponius)
Ver: *Pereira (Gabriel Victor do Monte)*
- MELANI (Enea Caetano)
Varie notizie intorno à terremoti — Veneza, 1756.
- MELO (Amílcar de)
Aquedutos (Os) que abastecem Lisboa — Lisboa, s/d, 11 pp.
Defesa (Em) dos registos de azulejos in «Olisipo» n.º 52, pp. 176 a 177 — Lisboa, 1950.
Ensaio de estabilidade no sifão de Sacavém — Lisboa, 1940, 10 pp.
- MELO (Arnaldo Faria de Ataíde e)
Arquivo Histórico Municipal in «Revista Municipal» n.º 30/31, pp. 21 a 25 — Lisboa, 1946.
- MELO (Carlos de)
Águia na Penha, renovada nas memória de seus principios acabadas na livraria da mesma Senhora de Penha de França — Lisboa, 1707, 336 pp.

- MELO (Correia de)
Escola (A) Naval e o Arsenal do Alfeite in «Panorama», Ano I, n.º 4, pp. 1 a 3 — Lisboa, 1941.
- MELO (Francisco de Pina e de Sá c)
Juízo sobre o terremoto — Coimbra, 1756.
Palácio do Sol, ou panegirico gratulatório que ao muito alto poderoso Rei da Gran-Bretanha, etc. e a toda a Nação Britânica dedicou (...) pelo magnifico socorro que deram a Lisboa na calamidade do terremoto — Lisboa, 1765.
Terremoto (Ao) do primeiro de Novembro de 1755 — Lisboa, 1756.
- MELO (Francisco Manuel de)
Apólogos Dialogaes — 3 volumes — Lisboa, 1900.
Epanóforas de várias história portuguesa — Coimbra, 1931, XXI, 463 pp.
- MELO (Francisco do Rosário c)
Discripção mindamente circunstanciada da antiga Igreja de S. Nicolau de Lisboa — Lisboa, 1843, 80 pp.
- MELO (José de) [Sabugosa]
Pedras d'Armas que ainda existem n'algumas casas de Lisboa e seus arredores — Sep. da «Revista Municipal» — Lisboa, 1922 [1945/46].
- MELO (José Brandão Pereira de)
Tenente-General (O) Bartolomeu da Costa, arteleiro illustre e engenheiro-fundidor da Estátua Equestre — Conferência — Lisboa, 1939, 27 pp.
- MELO (José Leite de Vasconcelos Cardoso Pereira de)
Ver: Vasconcelos (José Leite de)
- MELO (Rodrigo de)
Bichos, árvores e sol in «Panorama», vol. II, n.º 4, pp. 14 a 16 — Lisboa, 1942.
Camilo, nascido em Lisboa, nunca foi «um lisboeta» in «Revista Municipal» n.º 44, pp. 12 a 16 — Lisboa, 1956.
Fantasmas literários nos sítios de Lisboa in «Revista Municipal» n.º 49, pp. 29 a 34 — Lisboa, 1951.
Lisboa e as suas peculiaridades, em título de peças teatrais in «Revista Municipal» n.º 46, pp. 55 a 61 — Lisboa, 1950.
Lisboa, gravada nos discos in «Revista Municipal» n.º 54, pp. 39 a 44 — Lisboa, 1952.
Minhas (Para as) memórias de Lisboa in «Revista Municipal» n.º 36, pp. 5 a 11 — Lisboa, 1948.
- MELO (Sebastião José de Carvalho e)
Cartas e outras obras selectas — 5.ª ed. — Lisboa, 1861.
- MELO (Sousa c)
Urbanismo (O) e a Legislação in «Revista Municipal» n.º 76, pp. 24 a 29 — Lisboa, 1958.
- MELO (Tomás de)
Boémia antiga — Lisboa, 1897, 263 pp.
Cenas de Lisboa — Lisboa, 1874, 255 pp.
Espera (A) dos touros em Carriche — Lisboa, 1897, 25 pp.
Memórias de um sapatinho — Lisboa, 1885, 234 pp.
Negro (O) de Alcântara — Tragédia em 4 actos, paródia ao «Otel». N. B. — Editada e conjuntamente com «Recordando» — Lisboa, 1904, 251 pp.
Recordando. N. B. — Editada conjuntamente com «O Negro de Alcântara» — Lisboa, 1904, 251 pp.
- MENA JÚNIOR (António César)
Memória justificativa e descritiva das obras executadas na Igreja de S. Roque de Lisboa de 12 de Outubro de 1893 a Junho de 1894 — Lisboa, 1894, 38 pp.
- MENDES (João)
Aqui se evoca o que foi «A Canção de Lisboa» in Revista «Cinema» n.º 27, pp. 5 — Lisboa, 1947.
- MENDES (Raul Ribeiro Fonseca)
Lisboa e os curiosos fastos do seu Porto — Lisboa, 1951, 127 pp.
- MENDES (Rogério)
Imagens do Porto de Lisboa in «Panorama», vol. II, n.º 10, pp. 2 a 5 — Lisboa, 1942.
- MENDES LEAL JÚNIOR (José Maria da Silva)
Ver: Leal Júnior (José Maria da Silva Mendes)
- MENDIA (Francisco de Assis de Almeida de)
Torneio Real de 1795 in «Olisipo» n.º 23, pp. 6. — Lisboa, 1946.
Ver: Daun (José Sebastião de Saldanha Oliveira e) — Relação, etc. — L.—.ª 1842.
- MENDLY (Atrila)
Ver: *Quelquer aspects de Lisbonne*.
- MENDONÇA (Joaquim José Morcira de)
História Universal dos terremotos que tem havido no Mundo — Lisboa, 1758, 272 pp.

- MENDONÇA (Jorge Francisco Machado de)
Breve (Pelo) memorial expõe (...) ao Ill.º e Ex.º Senhor Conde de Oeiras, do Conselho de S. Magestade e seu secretário de Estado dos Negócios do Reino, o regimen, que tem estabelecido no Hospital Real de Todos-os-Santos, donde por decreto do mesmo senhor é tesoureiro executor da sua Fazenda o Enfermeiro-Mor—Lisboa, 1761, 125 fs.
- MENDONÇA (José Francisco de)
Estatutos da Basílica de Santa Maria, que do Conselho da Rainha D. Maria I ordenou o Rev. Sr. (...) patriarca eleito e seu capelão-mor—Lisboa, 1814, 49 pp.
- MENDONÇA (Veríssimo António Moreira de)
Dissertação filosófica sobre o terremoto de Portugal do primeiro de Novembro de 1755—Lisboa, 1756, 16 pp.
- MENESES (Afonso Bourbon e)
Lisboa na História de Portugal in «Revista Municipal», Ano III, n.º 13/14, pp. 27 a 30—Lisboa, 1942.
Sua Graça é Lisboa—Lisboa, 1944, 194 pp.
- MENESES (Afonso Bourbon e) e SEQUEIRA (Gustavo Adriano de Matos)
Figuras históricas—Porto, 1933.
- MENESES (Inácio de Sousa)
Memórias históricas dos aplausos com que a corte da Cidade de Lisboa, celebrou o nascimento e baptismo da Sereníssima Senhora princesa da Beira—Lisboa, 1793, 133 pp.
- MERINO (Antolin); FLOREZ (Henrique); RISCO (Manuel) e CANAL (José de la)
España Sagrada—Theatro geographico-histórico dela Iglesia de España—51 volumes (Ver: Tomo VIII, pp. 186 a 194; tomo XIV, pp. 174 a 204 e 488; tomo XXI, pp. 305 a 306 e tomo XXXVII, pp. 631—Madrid, 1754/1879).
- MERSON (Olivier)
Guide du Voyageur à Lisbonne—Histoire—Monuments—Moeurs—Paris, 1857, IV+264 pp.
- MESMONT (Romance de)
 Ver: *Dalrymple* (William)
- MESQUITA (Alfredo de)
Alfacinbas—Lisboa, 1910, 200 pp.
Lisboa Ilustrada—Lisboa, 1903, IX+636 pp.
Memórias de um fura-vidas—Lisboa, 1905, 212 pp.
- Portugal pitoresco e ilustrado—I—Lisboa*—Lisboa, 1903, IX+636 pp.
- Rua (A) do Ouro*—Lisboa, 1905, 304 pp.
Vid'airada—Lisboa, 1894, 215 pp.
- MEYRELLES (Alberto)
Lisboa Ocidental—Apontamentos para a monografia do 4.º Bairro—Lisboa, s/d, 206 pp.
- MICÉNIO (Alcino)
 Ver: *Quita (Domingos dos Reis)*
- MIGUEL (Sidónio)
Barcas de banhos in «Olisipo» n.º 48, pp. 209 a 216—Lisboa, 1949.
Campo (O) de Santa Clara in «Olisipo» n.º 9, pp. 3 a 6; n.º 10, pp. 53 a 67 e n.º 11, pp. 124 a 134—Lisboa, 1940.
«Furiosos» de há trinta anos in «Olisipo» n.º 49, pp. 13 a 31—Lisboa, 1950.
«Galinheiro» (O) do S. Carlos in «Olisipo» n.º 25, pp. 34 a 49—Lisboa, 1944.
Igreja (A) e o sítio de Santo Estêvão de Alfama—Conferência—Sep. do «Olisipo», Ano II—Lisboa, 1939, 31 pp.
Igreja da Pampulha (S. Francisco de Paula e S. João de Deus) in «Olisipo» n.º 30, pp. 79 a 84 e n.º 31, pp. 161 a 173—Lisboa, 1945.
Lisboa na epopeia in «Revista Municipal» n.º 16, pp. 78 a 81—Lisboa, 1943.
Miguel Maurício Ramalho—Poeta épico do terremoto in «Revista Municipal» n.º 24/25, pp. 62 a 67—Lisboa, 1945.
Paróquia (A) de S. Bartolomeu de Lisboa in «Olisipo» n.º 14, pp. 60 a 72 e n.º 15, pp. 83 a 101—Lisboa, 1941.
Procissão (A) de Santo António em 1895 in «Olisipo» n.º 22, pp. 69 a 84—Lisboa, 1943.
Ronda e Silva de Lisboa Velha (Poesia)—Vila Nova de Famalicão, 1939, 125 pp.
S. Carlos, fim do século—I—As últimas óperas de Verdi—II—Massenet e a jovem escola Verista Italiana—III—A surpresa de Wagner, in «Olisipo» n.º 52, pp. 150 a 164; n.º 53, pp. 33 a 48; n.º 54, pp. 32 a 41 e n.º 55, pp. 130 a 136—Lisboa, 1950.

- Vida (A) de Lisboa e os seus temas para uma literatura forte* in «Revista Municipal» n.º 34, pp. 39 a 42 — Lisboa, 1947.
- MILCENT (Gastão)
Portugal et Bragance — Paris, 1872.
- MILFORD (John)
Peninsular Sketchs — London, 1816, IX+212 pp.
- MIRAGAIA (Abade de)
Ver: *Ferreira (Pedro Augusto)*
- MIRANDA (Martim Afonso de)
Tempo de agora em diálogos, dirigido ao Il.º Sr. D. Teodósio, segundo de nome — 2.ª ed. — Lisboa, 1785.
- MOCHABIUS (Joachimus)
Staaten (Der) verbods-dag, plegtelyk gevierd, op den 18 February 1757 leit nakum. Ver 5, 6, 7. Waar inboven al genan deld von de ontzabyke waterbe roering, en zoo gedugte aarbevnig van den November 1755 te Lissabon enalders — Amsterdã, 1756.
- MOITA (Irisalva de Nóbrega)
Cemitério Cristão do Largo do Salvador in «Revista Municipal» n.º 64, pp. 47 a 50 — Lisboa, 1955.
Foral (O) da Portagem de Lisboa e a sua importância para o estudo do comércio interno e externo do País nas vésperas da crise de 1383-1385 — in «*Bracara Augusta*», vols. XVI-XVII, pp. 311 a 313 — Braga, 1963.
Hospital Real de Todos-os-Santos — I — in «Revista Municipal», n.º 101/102, pp. 76 a 100 — Lisboa, 1964.
Plano (O) do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos in «Revista Municipal» n.º 78, pp. 11 a 28 e 41 a 57 — Lisboa, 1958.
- MOITA (Luís)
Arte (A) do azulejo em Portugal in «Olisipo» n.º 13, pp. 14 a 20 — Lisboa, 1941.
Bemposta (A) — O «*Paço da Rainha*» in «Olisipo» n.º 40, pp. 204 a 212 — Lisboa, 1947.
Bemposta (A) — O «*Paço da Rainha*» in «Olisipo» n.º 56, pp. 145 a 155; n.º 57, pp. 41 a 50; n.º 60, pp. 236 a 244; n.º 61, pp. 30 a 33; n.º 64, pp. 202 a 206 e n.º 65, pp. 39 a 50 — Lisboa, 1951/54.
Crónica in «Olisipo» n.º 2, pp. 24 a 25; n.º 3, pp. 26 a 27; n.º 4, pp. 25 a 27 e n.º 5, pp. 56 a 58 — Lisboa, 1938/39.
- Ermida (A) de Santo Amaro* — Lisboa, 1938, 80 pp.
- Metropolitano (O) e as «Sete Colinas» Olisiponensis* — in «Olisipo» n.º 74, pp. 90 a 102 — Lisboa, 1956.
- MOLÉS (Francisco Martinez)
Disertacion physica: Origen y farnacion del terremoto padecido el dia primero de Noviembre do 1755 — Madrid, 1755.
- MOLINA (Tirso do)
Burlador (El) de Sevilla y combinado de piedra (comédia) — Sevilla, s/d, 32 pp.
- MOLINA (Francisco de)
Espejo del Principe Cristiano — 2.ª ed. — Lisboa, 1571, 232 fls.
- MONCONTYS (Baltazar)
Voyages de M. de (...) — 5 volumes — Paris, 1695.
- MONFORTE (Manuel de)
Crónica da Provincia da Piedade primeira capucha de toda a ordem e regular observância no nosso seráfico padre S. Francisco — Lisboa, 1696.
- MONIZ (Carlos da Silva)
Serviços (Os) de incêndio na Cidade de Lisboa — Lisboa, 1925, 77 pp.
- MONIZ (Manuel Carvalho).
Emprazamento (Um) em 1445 in «Olisipo» n.º 99, pp. 82 a 84 — Lisboa, 1962.
História verdadeira de Soror Helena da Cruz religiosa do Convento da Madre de Deus em Lisboa in «Boletim da Junta Distrital de Lisboa n.º 55/56», pp. 39 a 49 — Lisboa, 1961.
- MONSARAZ (Alberto de)
Cesário Verde e Macedo Papança in «Revista Municipal» n.º 66, pp. 5 a 32 — Lisboa, 1955.
- MONSELET (Charles)
Montmartre (De) à Seville — Paris, 1865.
- MONTE (Robertus de)
Chronica in «*Monumenta Germaniae Historica*», tomo VI, pp. 300 a 535 (Scriptorum) — Hannover, 1844.
- MONTEIRO (Clementina Aillaud)
Souvenirs et préfils du Portugal — N. B. — Saiu apenas, assinado com as iniciais C. M. — Paris, 1902, 79 pp.

- MONTEIRO (Gilberto Diocleciano Cardoso)
Alvará e estatuto duma Associação de Socorros Mútuos, talvez a primeira que existiu em Lisboa, 1845 in «Olisipo» n.º 102, pp. 107 a 110 — Lisboa, 1963.
- Don Gilberto* in «Olisipo» n.º 78, pp. 51 a 58 — Lisboa, 1957.
- Dom Gilberto — 1.º Bispo de Lisboa Reconquistada* — in «Bracara Augusta», vol. XVI-XVII, pp. 346, 354 — Braga, 1963.
- Fábrica (A) de Louça de Alcântara* in «Olisipo» n.º 106, pp. 72 a 75. N. B. — Tem uma nota de Eduardo Neves — Lisboa, 1964.
- Luís da Costa Monteiro — O primeiro professor português de Educação Física* in «Olisipo» n.º 106, pp. 55 a 64 — Lisboa, 1964.
- Notas sobre o sítio de Pedrouços* in «Olisipo» n.º 105, pp. 22 a 33 — Lisboa, 1964.
- Toirada (Um) em Pedroiços em 1873* in «Olisipo» n.º 69, pp. 24 a 26 — Lisboa, 1955.
- Sport Lisboa e Sport Lisboa e Benfica* — Dois números «Um» de dois periódicos lisboenses in «Olisipo» n.º 103, pp. 150 a 154 — Lisboa, 1963.
- MONTEIRO (Domingos)
 Ver: Mann (Thomaz)
- MONTEIRO (Hernâni)
Relações médicas entre o Porto e Lisboa in «Duas Cidades ao serviço de Portugal», vol. I, pp. 115 a 146 — Porto, 1947. ●
- MONTEIRO (João Antunes)
Relação histórica e jurídica da fundação dos Congregados de Nossa Senhora da Assumpção na Corte e Cidade de Lisboa Ocidental — Lisboa, Oriental, 1734, 20+IV+328 pp.
- MONTEIRO (João)
Estrada (A) de Sacavém — Lisboa, 1952, 192 pp.
- Estrada (A) de Sacavém e o pitoresco dos seus retiros* in «Olisipo» n.º 39, pp. 137 a 145 — Lisboa, 1947.
- MONTEIRO (Mário).
Fantasma (O) de Lisboa — Lisboa, s/d, 180 pp.
- MONTEIRO (Pedro)
História da Santa Inquisição do Reino de Portugal e suas conquistas. Offerida ao muito alto e poderoso Rei D. João V, Nosso Senhor — 2 volumes — Lisboa, 1759.
- MONTEIRO (Porfírio Pardal)
Engénio dos Santos, precursor do urbanismo e da arquitectura moderna — Lisboa, 1950, 23 pp.
- MONTEIRO (Rafael Alves)
Preçioso (O) arquivo do Tribunal de Contas in «Boletim da Junta de Província da Estremadura» n.º 29/31, pp. 73 a 85 — Lisboa, 1952.
- Súplica do Marquês de Gouveia a El-Rei D. José* in «Boletim da Junta da Província da Estremadura» n.º 32/34, pp. 71 a 77 — Lisboa, 1953.
- MONTEIRO (Ramalho)
Lisboa (Como) seria mais bela — Lisboa, 1957, 29 pp.
- MONTENEGRO (Augusto Pinto de Miranda)
Águas (As) de Lisboa in «Revista de Obras Públicas e Minas», tomo XXIV, pp. 455 a 485 — Lisboa, 1893.
- Memórias sobre as águas de Lisboa* — Lisboa, 1895, 309 pp.
- MONTEZ (Paulino António Pereira)
Belas-Artes (As) nas festas públicas em Portugal — Lisboa, 1931, 55 pp.
- Estética (A) de Lisboa — Da urbanização da Cidade* — Conferência — Lisboa, 1935, 80 pp.
- Estudos de urbanismo em Portugal, Lisboa: Alcântara. Alvíto. Extensão noroeste da Cidade. Plano do Bairro Económico Dr. Oliveira Salazar* — Lisboa, 1958, 31 pp.
- MONTEZ MATOSO (Luís)
 Ver: Matoso (Luís Montez)
- MOOYER
Invasão dos normandos na Península Ibérica, por (...), prefácio e versão de Gabriel Pereira — Évora, 1876, XI+19 pp.
- MORAIS (Castelo de)
Contos de Lisboa (versos) — Desenhos de Bernardo Marques, Ferreira de Albuquerque e Luís Teixeira — Prefácio de Nogueira de Brito — Lisboa, 1935.
- Meio século de vida de Lisboa* in «Panorama» Ano V, n.º 32/33 — Lisboa, 1947.
- MORAIS (Cristóvão Alão de)
Pedatura Lusitanae — Porto, 1942.
- MORAES (Cunha) e BROTT (F.)
Arte (A) e a Natureza em Portugal — 8 volumes — Lisboa, 1902/1908.

- MORAIS (Inácio Paulino de)
Itinerário Lisbonense ou Directório Geral de todas as ruas, travessas, becos, calçadas, praças, etc. que se compreendem no recinto da Cidade de Lisboa — Lisboa, 1824, VIII + 142 pp.
- MORAES (Luís)
Ver: *Estação (Gaspar)*
- MORALES (José Cortés y)
Terremoto (El) de Lisboa — Año 1755 — Poema dedicado a S. M. Fidelíssima Don Luís, Rey de Portugal y de los Algarves — Madrid, 1867.
- MOREIRA (António Joaquim)
Notícias das antigas portas de Lisboa e sua cerca in «O Panorama», vol. I, pp. 338 — Lisboa, 1838.
- MOREIRA (Eduardo)
Método (Um) de toponímia e a sua aplicação à Cidade de Lisboa — Lisboa, 1919, 15 pp.
- MOREIRA (Eduardo Henriques).
Esboço da História da Igreja Lusitana — Vila Nova de Gaia, 1949, 41 pp.
- MOREIRA (Eurico Tavares)
Transportes entre as duas margens do Tejo e no Concelho de Almada — Almada, 1939, 16 pp.
- MOREIRA (Manuel Vicente)
Area (A propósito da) e distribuição dos jardins e parques de Lisboa in «Olisipo» n.º 34, pp. 85 a 91 — Lisboa, 1946.
Jardins de Lisboa e do Porto — Breves confrontos e alvíres — Lisboa, 1946, 30 pp.
Jardins especiais de Lisboa: Infantis, operários e dos cemitérios in «Olisipo» n.º 35, pp. 162 a 168 — Lisboa, 1946.
Lisboa Oriental — Lisboa, 1934, 46 pp.
Problemas da Habitação (Ensaio Social) — Falmalhão, 1950, XVI + 523 + XXVIII pp.
Urbanização (A) da Avenida D. Afonso III e do Alto Varejão in «Primeira Reunião Olisiponense», vol. II, pp. 43 a 47 — Lisboa, 1948*
- MOREIRA DE MENDONÇA (Joaquim José)
Ver: *Mendonça (Joaquim José Moreira de)*
- MORENO (Joseph Martinez)
Lisboa em 1772 (Relato dum viajante hespanhol), texto publicado por Fidelino de Figueiredo — N. York, 9 pp.
- MORGADO (A.)
Novos roteiros das ruas de Lisboa e Porto — 6.ª edição — Lisboa, 1916, 197 pp.
- MORGADO (A.) e SANTOS JÚNIOR (J. M.) [Santonillo]
Guia do forasteiro nas festas Antonianas (1195-1895) — Lisboa, 1895, 152 pp.
- MORGANTI (Bento)
Carta de um amigo para outro, em que se dá sucinta notícia dos efeitos do terremoto sucedido em o primeiro de Novembro de 1755 — Lisboa, 1756, 16 pp.
Descrição fúnebre das exéquias que a Basílica Patriarcal dedicou ao Senhor Rei D. João V — Lisboa, 1710.
- MÖRSBORG (Klaus)
Irmandade (A) de São Bartolomeu dos Alemães em Lisboa — Lisboa, 1958, 128 pp.
- MOURA (João Herculano de)
Monografia do Regimento de Cavalaria 2 (Lanceiros) — Lisboa, 1948, 43 pp.
- MOURA (José de Santo António)
Ver: *Assaleb (Abu Mohamed)*
- MOURA (Miguel de)
Vida de Miguel de Moura — Lisboa.
- MOUTA (Maria da Luz)
Anjos (Os) Freguesia de Lisboa — Lisboa, 1958, 89 pp.
- MOUTINHO (Manuel)
Carta aberta a Lisboa in Revista «Cinema» n.º 27, pp. 9 e 17 — Lisboa, 1947.
- MULLER (Johan Georg)
Voor-Tekenen van de babybeit van net vergaen der wereld en van den jongsten dag — Leeuwarden, 1775.
- MÜNZER (Hieronymus)
Itinerário do Dr. (...), tradução de Basílio de Vasconcelos — Coimbra, 1931, 88 pp.
- MÚRIAS (Manuel)
Observações (Algumas) sobre o terremoto de 1755 in «Anais das Bibliotecas, Museus e Arquivo Histórico Municipais» n.º 14, pp. 59 a 70 — Lisboa, 1934.
- MURPHY (Jacques)
Voyage en Portugal travers les provinces d'Entredouro et Minho, de Beira, d'Estremadura et Alentejo — 1789 et 1790 — Lisboa, 1797, 346 pp.

General (A) view of the state of Portugal—London, 1798, XI+272 pp.

Travels in Portugal (1798-1790)—London, 1795, XII+311 pp.

MURRAY (John)

Handbook (A) for travellers in Portugal, edição literária de (...)—London, 1887, 268 pp.

MURY (Paulo)

História de Gabriel Malagrida, tradução e prefácio de Camilo Castelo Branco—Lisboa, 1875.

MYRE

Contribuição para o estudo de algumas comunidades vegetais de classe «Rudereto — Secalinetalles, BR-BL» dos arredores de Lisboa—Alcobaça, 1945, 29 pp.

N

NASCIMENTO (Alfredo Ferreira do)

Achegas (Algumas) para a história da defesa de Lisboa in «Olisipo» n.º 66, pp. 63 a 74—Lisboa, 1954.

Alfama (A propósito de) in «Olisipo» n.º 89, pp. 3 a 10—Lisboa, 1960.

Banbos (Os) da Rocha do Conde de Obidos in «Olisipo» n.º 70, pp. 49 a 54—Lisboa, 1955.

Brasão (O) de Armas da Cidade de Lisboa in «Olisipo» n.º 72, pp. 149 a 153—Lisboa, 1955.

Cinco-rêizinhos para o Santo António in «Olisipo» n.º 95, pp. 149 a 153—Lisboa, 1961.

Como em 1809 se pensou defender Lisboa in «Boletim da Junta da Província da Estremadura» n.º 41/43, pp. 59 a 71—Lisboa, 1856.

Convento (Um) de S. Filipe em Lisboa in «Olisipo» n.º 72, pp. 99 a 100—Lisboa, 1955.

Cruzeiro (O) de Santo Estêvão in «Olisipo» n.º 102, pp. 99 a 101—Lisboa, 1963.

Depósitos (Os) de Beirolas. Subsídios para a sua história—Lisboa, 1952, 14 pp.

Forte (O) do Corpo Santo e a Bateria do Cais do Sodré in «Olisipo» n.º 57, pp. 3 a 7—Lisboa, 1952.

Lisboa e a sua população in «Olisipo» n.º 73, pp. 10 a 27—Lisboa, 1956.

Manuel da Maia e a planta de Lisboa in «Olisipo» n.º 61, pp. 8 a 16—Lisboa, 1953.

Observatório (O) astronómico de Lisboa in «Olisipo» n.º 94, pp. 59 a 74—Lisboa, 1961.

Príncipe (O) Real D. Carlos e a defesa do Porto de Lisboa in «Olisipo» n.º 74, pp. 60 a 76—Lisboa, 1956.

Quartel (O) das «Guardas de Corpo» na Ajuda in «Olisipo» n.º 65, pp. 3 a 8—Lisboa, 1954.

Quartel (O) do Regimento de Lippe in «Revista Municipal» n.º 63, pp. 29 a 36—Lisboa, 1954.

Santo António da Barra in «Olisipo» n.º 76, pp. 217 a 226—Lisboa, 1956.

Santo António num registo de azulejos pintado por Júlio de Castilho in «Olisipo» n.º 83, pp. 143 a 148—Lisboa, 1958.

Sonbo (Um) a caminho da realidade: A Ponte sobre o Tejo in «Olisipo» n.º 86, pp. 64 a 76—Lisboa, 1959.

Torre (A) de Belém in «Olisipo» n.º 85, pp. 11 a 26—Lisboa, 1959.

Torre (A) do Bugio in «Olisipo» n.º 81, pp. 7 a 24—Lisboa, 1958.

Urbanização Ribeirinha in «Olisipo» n.º 79, pp. 105 a 111—Lisboa, 1957.

NASCIMENTO (Cabral do)

Memória in «Panorama», vol. V, n.º 32/33—Lisboa, 1947.

NATIVIDADE (José da)

Memória histórica da milagrosa imagem do Senhor dos Passos sita no Real Convento de S. Domingos de Lisboa e da criação e progresso da sua Irmandade—Lisboa, 1747, 401 pp.

NAVARRO (Emídio Júlio)

Notice sur les travaux d'amélioration du Port de Lisbonne—Lisboa, 1893.

Ver: *Porto de Lisboa—Regulamento de Tarifas, etc.*

NEMÉSIO (Vitorino Mendes Pinheiro da Silva)

Esta Lisboa in «Panorama», vol. V, pp. 2 a 13—Lisboa, 1946.

Delírio lisboeta in «Panorama», vol. V, n.º 32/33—Lisboa, 1947.

NERY (José Máximo de Castro)

Iluminação pública—Evolução na Cidade de Lisboa in «Revista Municipal» n.º 73, pp. 5 a 10—Lisboa, 1957.

NETO (Maria de Lourdes Akola da Cunha Meira do Carmo da Silva)
Freguesia (A) de Santa Catarina de Lisboa no 1.º quartel do Século XVIII (ensaio de demografia histórica)—Lisboa, 1959, 181 pp.

NETTO (Joaquim A. Mathias)
Portugal-France—Lisboa, s/d, 164 pp.

NEUVILLE (Josefina)
Memórias da minha vida—Recordações de minhas viagens—Lisboa, 1864, 248 pp.

NEVES (Álvaro)
Teatro de Buenos Aires em Lisboa, 1807 in «*Revista de Arqueologia*», vol. III, pp. 217—Lisboa, 1935.

Ver: *Catálogo (...) José Joaquim Gomes de Brito*

NEVES (Eduardo Augusto da Silva)
Arcebispo (Um) Primaz natural de Lisboa in «*Olisipo*» n.º 73, pp. 3 a 9—Lisboa, 1956.

...*Na Basílica dos Mártires* in «*Olisipo*» n.º 12, pp. 139 a 146—Lisboa, 1940.

Convento (O) dos Barbadinhos Italianos in «*Olisipo*» n.º 56, pp. 160 a 169 e n.º 57, pp. 35 a 40—Lisboa, 1951/52.

Faculdade (A) de Medicina de Lisboa in «*Olisipo*» n.º 6, pp. 87 a 102—Lisboa, 1939.

Figuras populares de Lisboa in «*Olisipo*» n.º 58, pp. 151 a 156—Lisboa, 1952.

Igreja de Nossa Senhora da Penha de França—*Conferência*—in «*Olisipo*», Ano I, n.º 4, pp. 12 a 21—Lisboa, 1938.

Lisboa na numismática e na medalhística in «*Olisipo*» n.º 20, pp. 239 a 246—Lisboa, 1942.

Lisboa nos ex-libris in «*Olisipo*» n.º 24, pp. 236 a 246—Lisboa, 1943.

Lisboetas na Índia e luso-indianos em Lisboa in «*Olisipo*» n.º 68, pp. 143 a 149—Lisboa, 1954.

Passeio (Um) no Bairro Alto (de S. Roque a Jesus, pelos Inglesinhos) in «*Olisipo*» n.º 51, pp. 119 a 131—Lisboa, 1950.

Passeio no Tejo in «*Olisipo*» n.º 63, pp. 160 a 170—Lisboa, 1953.

Quadro (Um) olisiponense no Museu de Dôle—Um pintor romântico francês, em Lisboa, em 1837 in «*Olisipo*» n.º 93, pp. 13 a 15—Lisboa, 1961.

Recordação (Uma) sabástica no sítio da Luz in «*Olisipo*» n.º 84, pp. 173 a 180—Lisboa, 1958.

Sítio (Do) Intendente in «*Olisipo*» n.º 50, pp. 68 a 78 e n.º 51, pp. 141 a 144—Lisboa, 1950.

Visita às ruínas do Convento do Carmo in «*Olisipo*» n.º 2, pp. 18 a 21—Lisboa, 1938.

Ver: *Monteiro (Gilberto)*

NEVES (Joaquim Germano Sousa).
Descrição da fundação e voto da Real Irmandade de N.ª S.ª da Saúde e S. Sebastião—Lisboa, 1874.

NEVES (José Acúrsio das)
Memória sobre alguns acontecimentos mais notáveis da Administração da Real Fábrica das Sedas desde o ano de 1810—Lisboa, 1821, 44 pp.

Noções históricas, económicas e administrativas sobre a produção e manufactura das sedas em Portugal e particularmente sobre a Real Fábrica dos subúrbios do Rato e suas anexas—Lisboa, 1827, 78 pp.

NEVES (José Cassiano)
Jardins e Palácio dos Marqueses de Fronteira—2.ª edição. N. B.—1.ª edição. Sep. de «*Ocidente*», 56 pp.—Lisboa, 1940—Lisboa, 1954, 121 pp.

Lisboa e a tragédia dos Távoras—Lisboa, 1957, 26 pp.

NIZA (Paulo Dias de)
Portugal Sacro-Profano—3 volumes—Lisboa, 1767.

Ver: *Cardoso (Luís)*

NOGUEIRA (Augusto de Melo)
Estação histórica de Oelhas—Lisboa, 1935, 24 pp + 13 est.

NOGUEIRA (Bernardo de Sá)
Memórias para a fortificação de Lisboa—Lisboa, 1866, 193 pp.

Notas às Memórias...—Lisboa, 1870, 13 pp.

NOGUEIRA (Emílio Henriques Xavier)
Memória descritiva da organização e ensino do Real Colégio Militar—Lisboa, 1892, 39 pp.

NOGUEIRA (João Viegas Paula)
Abastecimento de carnes da Cidade de Lisboa—Sep. do «*Boletim da Real Associação Central de Agricultura Portuguesa*»—Lisboa, 39 pp.

- NOGUEIRA (José Maria António)
Esparços — Arqueologia, etnografia, bibliografia e história — Coimbra, 1934, XXIV + 608 pp.
- NOGUEIRA (Raul Lupi)
Contribuição para o estudo dos leites de vaca à venda em Lisboa — Lisboa, 1938, 203 pp.
- NOGUEIRA (Salvador de Sá)
Papel (O) do Porto de Lisboa no Turismo Nacional, tese do 1.º Congresso Nacional de Turismo, 3.ª Secção — Lisboa, 1936.
Porto de Lisboa — Conferência — Lisboa, 1934, 54 pp.
Porto (O) de Lisboa e a Nação in «1.º Congresso da União Nacional», vol. IV — Lisboa, 1938.
Ver: *Bebiano (José Bacellar)*
- NOJORKAM
Pages Lusitanes — Bruxelas, 1956.
- NOLHAC (Stanislas)
Portugal (En) — Juillet, 1890 — Paris, 1891.
- NORONHA (Boaventura de)
Igreja de Santa Maria dos Olivais — Inscrições lapidares; Sacristia in «Olisipo» n.º 52, pp. 169 a 172 — Lisboa, 1950.
- NORONHA (Eduardo de)
Agonizar de uma dinastia — Porto, s/d, 406 pp.
Água, mudanças e recados in «Revista Municipal» n.º 16, pp. 32 a 36 — Lisboa, 1943.
Alfama gente do mar — Porto, 1939, 464 pp.
Barão (O) de Oliveira (Barata Loira) in «Revista Municipal» n.º 46, pp. 29 a 32 — Lisboa, 1950.
Conde de Farrobo (O) e a sua época — Lisboa, s/d.
Conde de Farrobo (O) — Memórias da sua vida e do seu tempo — Porto, 1945, 251 pp.
Dança (A) no estrangeiro e em Portugal — Lisboa, 1922, 345 pp.
Diário dum policia — Lisboa, 1919, 226 pp.
Dr. Inácio da Costa Duarte — O Dr. Rabanete in «Revista Municipal» n.º 51, pp. 28 a 30 — Lisboa, 1951.
Esquina (A) do Cbiado — (Continuação das «Memórias de um galego») — Porto, 1913, 366 pp.
Estroinas e estroinices — Lisboa, 1922, 319 pp.
- Festas populares — Senhor da Serra — Santa Quitéria de Meca — A Feira das Mercês — Quinta-feira da Ascensão* in «Revista Municipal» n.º 13/14, pp. 31 a 36 — Lisboa, 1943.
Fontes Pereira de Melo e os seus colaboradores — Porto, 1927, 297 pp.
Gualdino Gomes — O morto vivo in «Revista Municipal» n.º 50, pp. 41 a 43 — Lisboa, 1951.
História das toiradas — Lisboa, 1900, 396 pp.
Macavencos (Os) in «Revista Municipal» n.º 48, pp. 26 — Lisboa, 1951.
Marquês (O) de Niza — Romance Histórico — Porto, 1907, 528 pp.
Marquesa (A) de Chaves — Lisboa.
Memórias de um Galego — Ponto, 1912, 371 pp.
Milionário artista — Lisboa, 1920, 263 pp.
Mousinho de Albuquerque — Lisboa, 1934, 275 pp.
Origens da Guarda Nacional Republicana — A Guarda Municipal — Lisboa, 1950, 94 pp.
Páginas (As) áureas da Capital do Império in «Revista Municipal» n.º 34, pp. 30 a 32 — Lisboa, 1947.
Passado... (O) — Porto, 1912, 376 pp.
Pina Manique — O Intendente de antes quebrar que torcer — 2.ª ed. — Porto, 1940, 238 pp.
Porta (A) da Havaneza — Da Tomarada à República — Porto, 1911, 440 pp.
Recordações de teatro — Lisboa, 1917, 226 pp.
Rei (O) Marinheiro — Lisboa, s/d, 320 pp.
Reinado Fervescente — Lisboa, s/d, 251 pp.
Relâmpago (No) da Vida — Memórias in «Revista Municipal» n.º 44, pp. 47 a 50 — Lisboa, 1950.
Reminiscências do tablado — Lisboa, 1927, 239 pp.
Ruídos in «Revista Municipal» n.º 18/19, pp. 13 a 18 — Lisboa, 1944.
Sociedade (A) do Delírio — Lisboa, 1921, 315 pp.
Último (O) Marialva in «Revista Municipal» n.º 47, pp. 47 a 48 — Lisboa, 1950.

- Último (O) *Marquês de Nisa* — Porto, 1909, 479 pp.
- Vinte e cinco anos de jornalismo* — Porto, 1915, 417 pp.
- Vinte e cinco anos nos bastidores da política — Emídio Navarro e as «Novidades»* — Porto, 1913, 414 pp.
- NORONHA (Henrique de)
Exemplar político que nas acções do sereníssimo Rey D. Pedro Primeiro de nome e oitavo dos reis de Portugal ideou seu oitavo neto o Reverendíssimo P. M. Fr. (...) — Lisboa, 1723.
- NORONHA (José Feliciano de Castilho Barreto)
Relatório acerca da Biblioteca Nacional de Lisboa e mais estabelecimentos — 4 volumes — Lisboa, 1844.
- NOVAES (João António Pimentel de)
Código de Posturas de 17 de Junho de 1869, condensado e anotado por (...) — Lisboa, 1882.
- NUNES (Augusto Jaime de Abreu)
Guisa (Em) que as ruas fossem alumeadas — Lisboa, 1945, 51 pp.
- Parque de Turismo e de Campismo de Lisboa* — Conferência — in «Revista Municipal» n.º 19, pp. 69 a 72 — Lisboa, 1961.
- NUNES (Henrique)
Ver: *Construção do cas...*
- NUNES (Joaquim António)
Redor (Ao) do Terreiro do Paço antes de ser Praça do Comércio in «Revista Municipal» n.º 82, pp. 17 a 30 — Lisboa, 1959.
- Terramoto, (O) Pombal e o Comércio* in «Revista Municipal» n.º 85, pp. 43 a 51 — Lisboa, 1960.
- NUNES (José de Sousa)
Breves apontamentos acerca da Torre de Belém — Lisboa, 1932, 47 pp.
- Mosteiro (O) dos Jerónimos* — Lisboa, 1933, 19 pp.
- Torre (A) de Belém* — Lisboa, 1959, 105 pp.
- NUNES (Leopoldo)
Gares (As) de Lisboa in «Revista Municipal» n.º 15, pp. 33 a 36 — Lisboa, 1943.
- O
- OBERSTEINER (H.)
Nach Spanien und Portugal — Wien, 1882.
- OLIVEIRA (Alberto de)
Lisboa (poesia) in «Boletim Cultural e Estatístico da C. M. L.», vol. II, pp. 481 — Lisboa, 1937.
- OLIVEIRA (Cristóvão Rodrigues de)
Sumário em que brevemente se contem algumas cousas (assim ecclesiasticas como seculares) que ha na Cidade de Lisboa — Lisboa, 1.ª edição (1554); 2.ª edição (1755) ver: Bem (Tomás Caetano de) e 3.ª edição (1938).
- OLIVEIRA (Edmundo)
Lisboa daqui a vinte anos in «Ilustração Portuguesa», 2.ª série, pp. 318 a 321 — Lisboa, 1920.
- OLIVEIRA (Eduardo Arantes de)
Esgotos de Lisboa — Lisboa, 1941, 128 pp.
- Regime (O) de chuvas em Lisboa* — Lisboa, 1942, 23 pp.
- OLIVEIRA (Eduardo Freire de)
Elementos para a história do Município de Lisboa, por (...) arquivista da Câmara Municipal da mesma Cidade — 1.ª parte — 17 volumes — Lisboa, 1882/1911.
- OLIVEIRA (Germana Brás de)
Aspectos de Lisboa in «Revista Municipal», Ano III, n.º 11/12, pp. 51 a 54 — Lisboa, 1942.
- Instituto Superior Técnico* in «Panorama», vol. II, n.º 8, pp. 1 a 3 — Lisboa, 1942.
- OLIVEIRA (José Augusto de)
Cerco (O) de Lisboa em 1147 — *Narrativa do glorioso feito conforme os documentos coevos* — Lisboa, 1938, 217 pp.
- Conquista (A) de Lisboa* in «Lisboa, Oito Séculos de História», pp. 119 a 141 — Lisboa, 1947. ****
- Cruzada (A)* — *Subsídios para a história da conquista de Lisboa* — Lisboa, 1949, 143 pp.
- D. Afonso Henriques empreendeu a conquista de Lisboa sem contar com o auxílio dos Cruzados* in «Congresso do Mundo Português», vol. II, pp. 111 a 128 — Lisboa, 1940.
- Ver: R...
- OLIVEIRA (José Osório de)
Porto de Lisboa in «Panorama», Ano I, n.º 1, pp. 2 a 4 — Lisboa, 1941.

- OLIVEIRA (L. Chevalier de)
Discours pathétique au sujet des calamités présentes arrivées en Portugal, ed. de Joaquim de Carvalho. N. B.— Há edição inglesa de London, 1757—Coimbra, 1922, 24 pp.
- OLIVEIRA (Luís de)
Considerações sobre as primitivas faianças portuguesas—Lisboa, 1916, 56 pp.
- OLIVEIRA (Mário Fernandes de) e SILVA (Carlos Rebelo da)
História do Sport Lisboa e Benfica—Lisboa, s/d, XVI+574 pp.
- OLIVEIRA (Miguel de)
Igreja (A) de Nossa Senhora de Fátima in «Panorama», Ano II, n.º 12, pp. 2 a 5—Lisboa, 1942.
- OLIVEIRA (Nicolau de)
Livro das grandezas de Lisboa—Lisboa, 1620, 186 fs.

Relaçam, em que se trata e faz bñã breve descrição dos arredores mais chegados à Cidade de Lisboa—Nota de A. Vieira da Silva, in «Anais das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais», n.º 11, pp. 16 a 33—Lisboa, 1934.
- OLIVEIRA (Valério Martins de)
Advertência aos modernos que aprendem o ofício de pedreiro—Lisboa, 1739.
- OLIVEIRA (Vicente Carlos de)
Poema—Lisboa restaurada pelo grande e incomparável Rey Dom José I—Lisboa, 1784, 88 pp.
- OLIVER (Francisco Aníbal); ATHOUGUIA (António Aloísio Jervis de); CARVALHO (Manuel Nunes de); Bastos (Ferreira Pinto) e COSTA (Augusto Ramos da)
Instruções para a entrada e saída do Porto de Lisboa—Lisboa, 1897.
- OLLIVIER (Jean)
Instruments (Deux) Rostro-carénés découverts près d'Amadora—Portugal—in «Lisboa e seu Termo», pp. 41 a 48—I vol.—Lisboa, 1947. ● ●
- O'NEILL (Henrique)
Feira (A) da Ladra. N. B.— Saiu anónimo—Lisboa, 1888, 32 pp.
- ORICO (Osvaldo)
Proa da Europa sobre o mar in «Olisipo» n.º 42, pp. 59 a 69—Lisboa, 1948.
- ORNELAS (Carlos de) e COSTA (L. Mendonça e)
Manual do viajante em Portugal—2 volumes—Lisboa, 1940/41.
- ORTIGÃO (José Duarte Ramalho)
Catálogo da Sala de sua Magestade El-Rei—Lisboa, 1895, 108 pp.

Culto (O) da corte em Portugal—Lisboa, s/d, 196 pp.

Costumes e perfis (nova edição)—Lisboa, 1944.

Farpas (As)—11 volumes—Lisboa, 1887/1890.

Praias (As) de Portugal (nova edição)—Lisboa, 1943.

Ver: *Pinheiro (Rafael Bordalo)*
- OSBERNO
Ver: R.
- OSÓRIO (Baltasar)
Terremoto (O) de Lisboa de 1531—Sep. do «Boletim de Segunda classe da Academia das Ciências de Lisboa—Coimbra, 1919, 24 pp.
- OSÓRIO (João de Castro)
Cancioneiro de Lisboa—3 volumes—Lisboa, 1956/58.
- OSÓRIO (Nicolau Mendo)
Oitavas ao terremoto e mais calamidades que padeceu a Cidade de Lisboa, no Primeiro de Novembro de 1755—Lisboa, 1756, 11 pp.

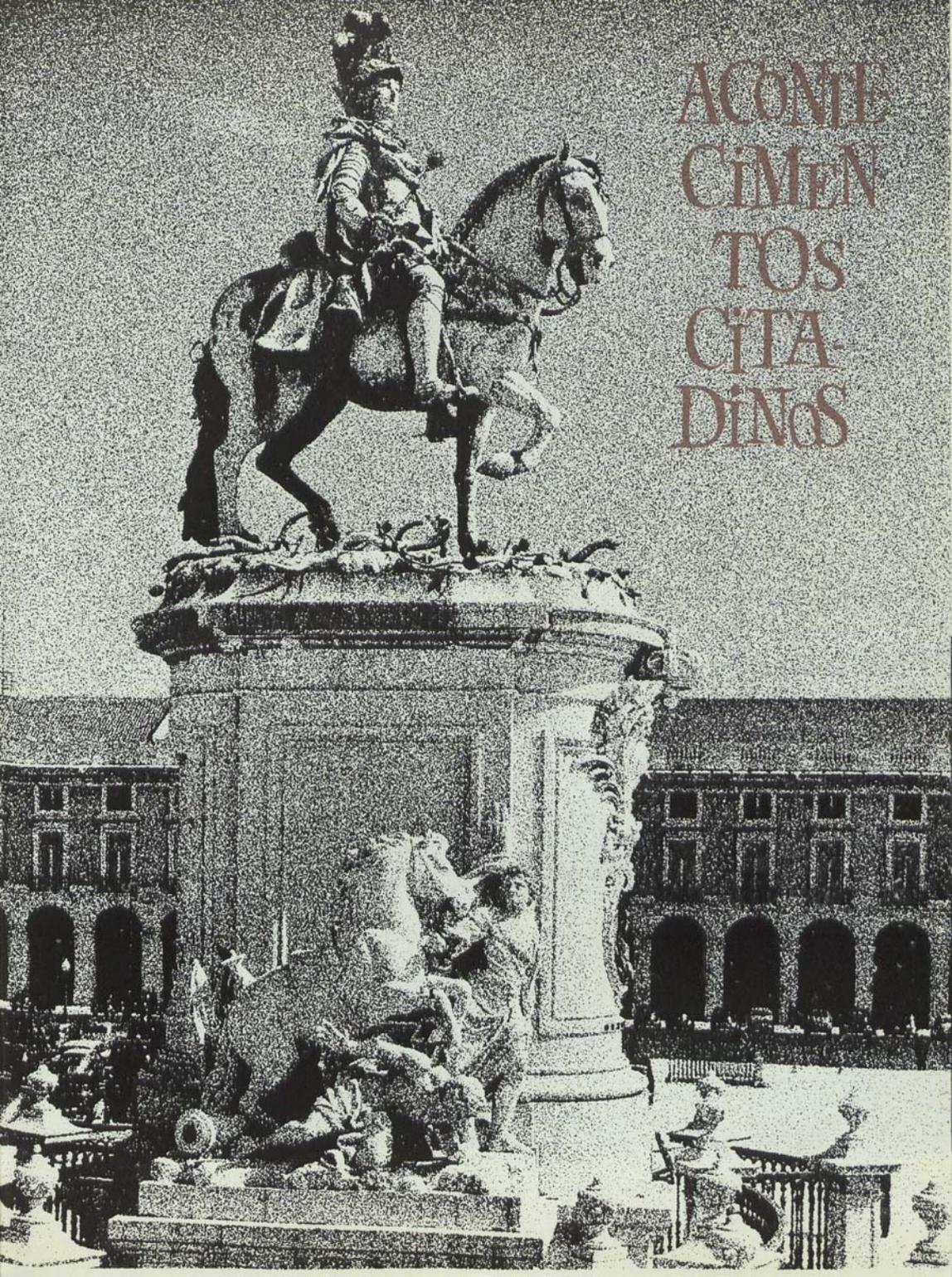
P

- PACCA (Bartolomeu)
Notizie sul Portogallo (1795-1802), 2.ª ed.—Roma, 1836, 168 pp.
- PACHECO (Monteiro)
Lisboa e S. João de Brito in «Revista Municipal» n.º 28/29, pp. 14 a 18—Lisboa, 1945.
- PACHECO (José Sebastião)
Roteiro da Cidade de Lisboa, 3.ª ed.—Lisboa, 1922, 396 pp.
- PACHECO (Miguel)
Vida da Sereníssima Infanta D. Maria, filha de El-Rei D. Manuel, fundadora da insigne Capela Maior do Convento de Nossa Senhora da Luz e do seu hospital—Lisboa, 1675, 204 pp.
- PAÇO (Afonso do)
Lisboa no cancionero Ribatejano—Sep. do n.º 37 da «Revista Municipal»—Lisboa, 1949, 10 pp.

- PAÇO (Afonso do) e BARTOLO (Maria de Lourdes)
Nota acerca de algumas cerâmicas da estação eneolítica de «Montes Claros» (Monsanto)—Coimbra, 1957, 6 pp.
- PAÇO (Afonso do) e FIGUEIREDO (Fausto J. A. de)
Antecedentes (Os) da conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques—Sep. da «Revista Brotéria», vol. XXXVIII, fasc. IV, Abril—Lisboa, 1944, 12 pp.
- PAÇO (Afonso do) e JALHAY (Eugénio)
Lisboa há 4000 anos—A estação pré-histórica de Montes Claros—Monsanto—in «Lisboa e seu Termo», pp. 49 a 58—I vol.—Lisboa, 1947 ●●
- PAÇO (Afonso do), JALHAY (Eugénio) e RIBEIRO (Leonel)
Estação pré-histórica de Montes Claros—Monsanto—Sep. da «Revista Municipal» n.º 20 e 21—Lisboa, 1945.
- PADILHA (Pedro Norberto de Ancourt e)
Efeitos raros e formidáveis dos quatro elementos—Lisboa, 1756, 154 pp.
- PAES (Miguel Carlos Correia)
Melhoramentos de Lisboa e seu porto—2 volumes—Lisboa, 1883/4.
Melhoramentos de Lisboa—Engrandecimento da Avenida da Liberdade—3 opúsculos—Lisboa, 1885/1887.
Vale de Alcântara—Sua importância no movimento ordinário e acelerado de Lisboa—Lisboa, 1881, 55 pp.
- PAIVA (Sebastião da Fonseca)
Segunda Parte da Relação do Triunfo que fez a cidade de Lisboa quando os monarcas de Portugal foram a Santa Sé desta Corte—Lisboa.
- PAIXÃO (Alexandre da) [?]
Monstruosidades do tempo e da fortuna, divulgado por J. A. da Graça Barreto—Lisboa, 1888, 344 pp.
- PAIXÃO (Victor Manuel Braga)
Fundação (A) das Cozinhas Económicas de Lisboa—Lisboa, 1944, 34 pp.
- PALHA (Francisco)
Breve notícia acerca das ossadas e corpos desseccados, ultimamente descobertos na Ermida de S. Pedro de Alcântara a Santa Apolónia—Lisboa, 1871, 48 pp.
- PALHINHAS (Rui Teles)
Jardim Botânico de Lisboa in «Revista Municipal» n.º 22/23, pp. 31 a 36—Lisboa, 1944.
Jardin Botanique de Lisbonne—sl, 1947, 14 pp.
Monsanto, arboreto de Lisboa, ideal de um botânico—Conferência—Lisboa, 1943, 28 pp.
- PALMEIRIM (Luís Augusto)
Excêntricos (Os) do meu tempo—Lisboa, 1891, 377 pp.
- PALMEIRO (J. M.) e FRANCO (António P.)
Febre «Q» (A) em Lisboa—Pesquisa do «Coxiella Burnetii» em leite de vaca—Coimbra, 1957, 7 pp.
- PARY (Louis) e GADALA (M. T.)
Portugal (Le)—Grenoble, 1933, 191 pp.
- PASSARGE (L.)
Heutigen (Aus dem) Spanien und Portugal reise brieft—2 volumes (Ver 2.º volume)—Leipzig, 1884.
- PASSOS (Carlos de)
Bibliografia de Lisboa in «Revista Municipal» n.º 32, pp. 57 a 68—Lisboa, 1947.
- PASTOR DE MACEDO (Luís)
 Ver: Macedo (Luís Pastor de)
- PATO (Alvaro de Bulhão)
Breche (Na)—Angra do Heroísmo, 1910, XLIV + 266 pp.
 «O Tempo»—*Da Monarquia à República*—Lisboa, 1912, 316 pp.
- PATO (Raimundo António de Bulhão)
Memórias—3 volumes—Lisboa, 1894/1907.
Sob os Ciprestes—Vida íntima dos homens ilustres—Lisboa, 1877, 374 pp.
- PATRICIO (Amador)
Memórias das principaes providências que se deram no terremoto que padeceu a corte de Lisboa no anno de 1755—Lisboa, 1758, 355 pp.
- PATRICIO (António)
Dicionário Geográfico. N. B.—Publicou-se até à letra C—Lisboa.
- PATRICIO (Ladislau)
Augusto Gil—Lisboa, 1942, 134 pp.
- PATRICIO (Maria Madalena Trigueiros Martel)
Nossa (A) amiga Lisboa e alguns dos seus grandes amigos in «Olisipo» n.º 25, pp. 24 a 29—Lisboa, 1944.

(Continua).

ACOME
CIMEN
TOS
CITA
DINOS





*OS ALUNOS DA ESCOLA PROFISSIONAL
DE COMERCIO DE JEREZ DE LA FRONTERA
VISITAM OS PAÇOS DO CONCELHO*



VISITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA À REPÚBLICA FEDERAL ALEMÃ—NO AEROPORTO, O SR. EMBAIXADOR DA ALEMANHA APRESENTA CUMPRIMENTOS DE DESPEDIDA AO SR. GENERAL VITORINO FRANÇA BORGES

DIA DE S. VICENTE — SOLENE TE-DEUM NA SE





O GOVERNADOR CIVIL DE AVILA (ESPAÑHA),
D. JOSÉ ANTÓNIO YACA DE OSMÁ, APRESENTA
CUMPRIMENTOS AO SR. PRESIDENTE
DA C. M. L. NOS PAÇOS DO CONCELHO



INAUGURAÇÃO DA RUA EMBAIKADOR TEIXEIRA
DE SAMPAIO—OS SRS. MINISTRO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS, PRESIDENTE DA CÂMARA
E OUTRAS ENTIDADES OFICIAIS
PERCORREM A NOVA RUA



A SR.^a D. TANAGRA DE NORONHA FEIO,
EM NOME DOS DIRIGENTES E ATLETAS
DA F. I. S. E. C., APRESENTA CUMPRIMENTOS
AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA



O SR. GEORGE MAGNALLY, CHEFE DA
MISSÃO CULTURAL DA CIDADE DE MOBILE
(ALABAMA), ENTREGA AO SR. PRESIDENTE
DA CÂMARA A CHAVE DAQUELA
CIDADE AMERICANA

O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA
RECEBE DAS MÃOS DO SR. CLAUDE
DE VORSS, PRESIDENTE DO LIONE
CLUB INTERNATIONAL,
A MEDALHA DE OURO CONFERIDA
POR AQUELA ASSOCIAÇÃO



1 COLOQUIO NACIONAL
DE COMÉRCIO—O SR. PRESIDENTE
DA CÂMARA DISCURSA DURANTE
A RECEPÇÃO OFERECIDA
AOS CONGRESSISTAS





O SR. WILLIAM BRUNE ENTREGA AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA UMA MENSAGEM DO «MAYOR» DE JOANESBURGO



VIAGEM DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA A BRUXELAS QUANDO DO VOO INAUGURAL DA T. A. P. — CUMPRIMENTOS À CHEGADA AO AEROPORTO



A «RAINHA DAS AZÁLEAS», GAEL SOUTAR, ENTREGA AO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA UMA MENSAGEM DO «MAYOR» DE PIETERMARTZBURGO (ÁFRICA DO SUL)

EXPOSIÇÃO DE MINIATURAS ANGOLANAS, EXECUTADAS PELA SR^ª D. ANA DE SOUSA SANTOS—INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO NO PALÁCIO GALVEIAS





II FESTIVAL INTERNACIONAL DE TEATRO
DA CIDADE DE LISBOA — O SR. EMBAL-
XADOR DA ITÁLIA AGRADECE A ATRI-
BUIÇÃO DOS PREMIOS DE «MELHOR
CONJUNTO», «MELHOR ENCENAÇÃO»,
E «MELHOR CENÁRIO»
A ARTISTAS ITALIANOS

DISCURSO DO «MAYOR»
DE JOANESBURGO, QUANDO
DA RECEPÇÃO OFERECIDA PELA
CÂMARA MUNICIPAL NOS PAÇOS
DO CONCELHO, AOS PARTICI-
PANTES DO VOO INAUGURAL
JOANESBURGO-LISBOA



INAUGURAÇÃO
DO PAVILHÃO MUNICIPAL
NA «FEIRA POPULAR
DE LISBOA





XXVIII CAMPEONATO DA EUROPA DE
HÓQUEI EM PATINS — APRESENTAÇÃO
DE CUMPRIMENTOS
NOS PAÇOS DO CONCELHO



CONGRESSO INTERNACIONAL DE FABRICANTES DE SUPERFOSFATOS — RECEPÇÃO NA ESTUFARIA

*DIA DA RAÇA—EM HOMENAGEM
A CAMÕES, O SR. PRESIDENTE DA CÂMARA
DEPOE UM RAMO DE FLORES NA BASE
DO MONUMENTO DO GRANDE EPICO*





INAUGURAÇÃO
DA BIBLIOTECA
MUNICIPAL DA JUNQUEIRA



ENTREGA DE BIBLIOTECAS
MUNICIPAIS A DIVERSAS
ASSOCIAÇÕES DE CULTURA
E RECREIO

«LISBOA VISTA PELOS ESTRANGEIROS» —
INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO
NO PALÁCIO GALVEIAS





*ASPECTO DO COPO-D'AGUA OFERECIDO
AS NOIVAS DE SANTO ANTONIO*



*ENTREGA DE MACHADOS
AOS RECRUTAS DO B. S. B.*

EDIÇÕES MUNICIPAIS

INVENTARIO DE LISBOA
NORBERTO DE ARAÚJO

LISBOA ANTIGA—BAIRROS ORIENTAIS
JULIO DE CASTILHO

LISBOA ANTIGA—O BAIRRO ALTO
JULIO DE CASTILHO

LISBOA DE LES-A-LES
LUIS PASTOR DE MACEDO

LISBOA E OS CURIOSOS FASTOS DO SEU PORTO
RAUL RIBEIRO DA FONSECA MENDES

LISBOA E OS SEUS CRONISTAS
LUIS TEIXEIRA

LISBOA SEISCENTISTA
FERNANDO CASTELO BRANCO

AS MURALHAS DA RIBEIRA DE LISBOA
AUGUSTO VIEIRA DA SILVA

A RIBEIRA DE LISBOA
JULIO DE CASTILHO

*DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA CIDADE
DE LISBOA*

LISBOA—OITO SÉCULOS DE HISTÓRIA
OBRA EM COLABORAÇÃO, DIRIGIDA POR
GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

PARQUE MUNICIPAL DE TURISMO E CAMPISMO
JANINE QUINTIN E JOÃO PINA VIDAL

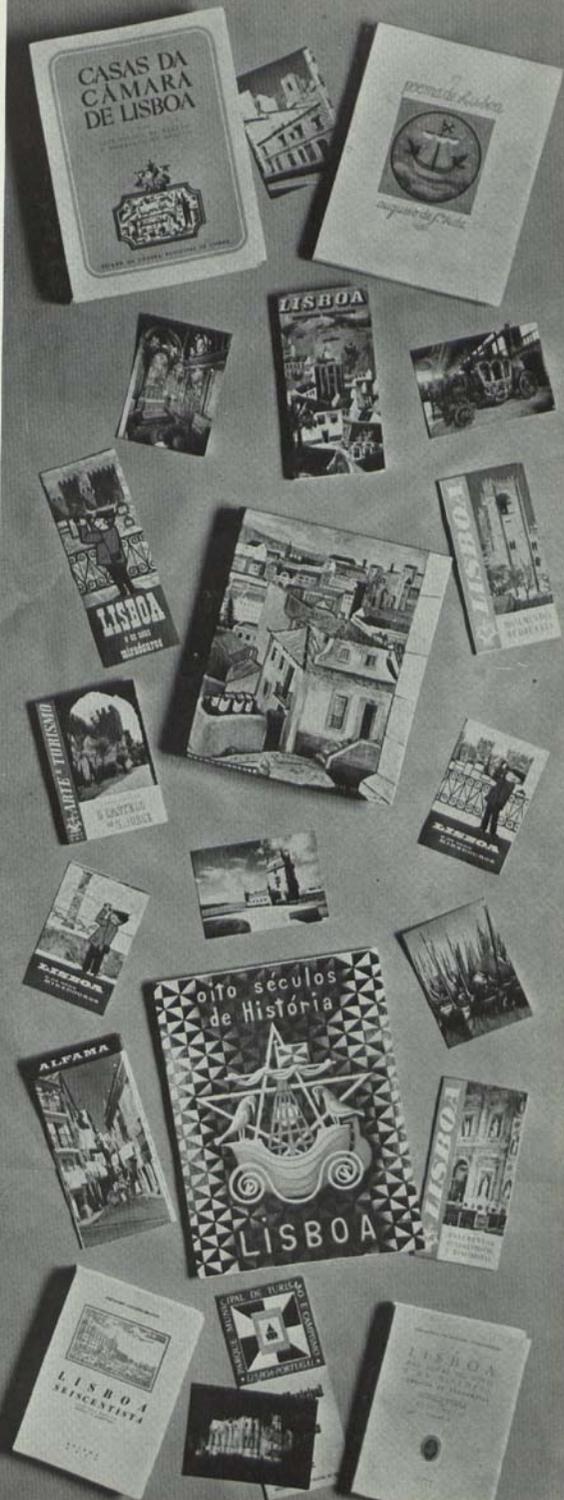
MONUMENTOS DE LISBOA
MAIA ATHAYDE

ESTUFA FRIA
JEAN CHABLOZ

ARREDORES DE LISBOA
ESTER DE LEMOS E MAIA ATHAYDE

MIRADOUROS DE LISBOA
JOÃO PINA VIDAL

JARDINS DE LISBOA
NATÉRCIA FREIRE





PREÇARIO DA REVISTA:

Pteço avulso	12\$50
Números duplos	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números)	40\$00

DEPOSITARIO GERAL:

Crupu «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º
Telefone 32 57 11

CORRESPONDENCIA:

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa
Praça do Município — Telefone 36 29 51

